

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CENTRO DE ESTUDOS DO MAR

CAROLINA DE ANDRADE MELLO

**TIPOS DE TRABALHO DA MULHER NA PESCA DO LITORAL DO PARANÁ**

PONTAL DO PARANÁ  
2010

CAROLINA DE ANDRADE MELLO

## **TIPOS DE TRABALHO DA MULHER NA PESCA DO LITORAL DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sistemas Costeiros e Oceânicos (PGSISCO), Área de concentração em Manejo Integrado da Zona Costeira, Universidade Federal do Paraná (UFPR), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Naína Pierri Estades

*“Tipos de trabalho da mulher na pesca do litoral do Paraná”*

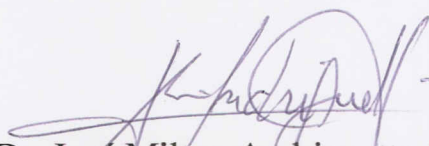
POR

Carolina de Andrade Mello

Dissertação nº 60 aprovada como requisito parcial do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Sistemas Costeiros e Oceânicos da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:



Dr<sup>a</sup> Náina Pierri Estades (UFPR/CEM)  
Orientadora e Presidente



Dr. José Milton Andriguetto (UFPR)  
Membro Examinador



Dr<sup>a</sup> Cristina Frutuoso Teixeira (UFPR)  
Membro Examinador

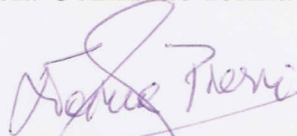
Pontal do Paraná, 30 de março de 2010.

## TERMO DE APROVAÇÃO

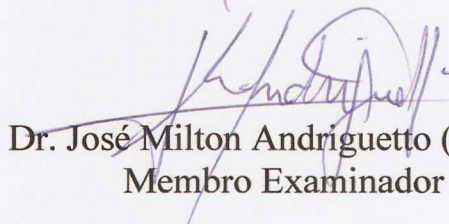
Carolina de Andrade Mello

***“Tipos de trabalho da mulher na pesca do litoral do Paraná”.***

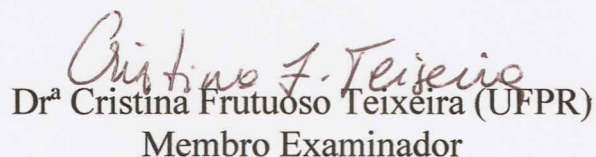
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sistemas Costeiros e Oceânicos, da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:



Dr<sup>a</sup> Náina Pierri Estades (UFPR/CEM)  
Orientadora e Presidente



Dr. José Milton Andriguetto (UFPR)  
Membro Examinador



Dr<sup>a</sup> Cristina Frutuoso Teixeira (UFPR)  
Membro Examinador

Pontal do Paraná, 30 de março de 2010.

CATALOGAÇÃO NA FONTE:  
UFPR / SIBI - Biblioteca do Centro de Estudos do Mar

M527t Mello, Carolina de Andrade  
Tipos de trabalho da mulher na pesca do Litoral do Paraná.  
/ Carolina de Andrade Mello. – Pontal do Paraná, 2012.  
194 f.; 29 cm.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Naína Pierri Estades.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação  
em Sistemas Costeiros e Oceânicos, Centro de Estudos do Mar,  
Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

1. Pescadoras. 2. Gênero. 3. Trabalho. 4. Litoral do Paraná . I.  
Título. II. Naína Pierri Estades. III. Universidade Federal do Paraná.

CDD 338.3727

*“(Como não dedicar essa dissertação) àquelas que trabalham”*

*“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”*

*Paulo Freire*

## AGRADECIMENTOS

Luiz, ao amor não se agradece, mas preciso dizer aqui o quanto foi importante contar com sua paciência e seu carinho. Obrigado por não desistir nunca de tentar me tirar do sério! Sem mais palavras para agora, completamente.

Mãe e Su, obrigado por tudo (mesmo). Vocês são a minha vida. Somos exemplo de amor, de coragem, posso mudar o ditado para “casa de ferreiro, espeto de ferro” se tratando desta dissertação.

Pai, um dia você ainda vai entender as escolhas dessa sua filha mais velha. Obrigado, por nunca desistir de mim. Ale, meu menino, obrigado por cuidar e mimar o seu Mello por nós três.

Rafa, Erick, Bya, Mari, Dani, obrigado por crescerem comigo. Obrigado por mostrar que amizade não tem tempo, distância, diferenças de vida, ideologias ou religião.

Aninha e Ig, Paula e Ale, Mari Jorge, Carlos (Birigui), Quim, Lizi, André (Magrão), Fabian obrigado pela parceria. É muito gratificante compartilhar a vida com quem é nobre de coração.

Natália Tanno, Gisele Fredo e Ana Rainho, obrigado pelo carinho meninas, pela companhia e ajuda nesta empreitada, pela coragem de enfiar o pé e a mão na lama!

Naina Pierri Estades, muito obrigado pelo saber e pela sabedoria. Minha orientadora, madrinha, amiga, irmã. Chefa querida e paciente! A orientação desta pesquisa não é nem um décimo do enriquecimento que você dá a minha vida.

Cleonice, exemplo de mulher do trabalho e da luta! Continue sempre! Nós ainda temos muito para conquistar por todas nós e pelos pescadores.

Por fim, agradeço as Trabalhadoras da pesca do litoral do Paraná, em especial a Ester, Janete, Jaci, Jurema, Doroti, Cristiane, Marinalva, Maria Rosa, Virgilina e Maria. Obrigado por nos receber em suas vidas, doar seus tempos, partilhar sua comida, seu teto, seu cotidiano, seu trabalho e seus saberes. Obrigado por ensinar a essas meninas da academia como não apanhar tanto para filetiar, descascar, descarnar e desmariscar e obrigado por acreditar que podemos fazer a diferença.

## RESUMO

Este estudo trata dos tipos de trabalho realizados pelas mulheres na pesca do litoral do Paraná. A investigação foi realizada em três etapas. A primeira tratou-se de uma fase exploratória, de revisão bibliográfica e visitas às comunidades pesqueiras para identificação de casos representativos dos tipos de trabalho realizados pelas mulheres. A segunda etapa incluiu a aplicação de um questionário semi-estruturado, a realização de entrevistas abertas com roteiro, conversas informais e observações participativas para sete casos escolhidos como representativos de diferentes realidades da pesca marinha do Estado. A terceira etapa consistiu em entrevistas a informantes qualificados para complementar os dados levantados nas fases anteriores. Os resultados mostram que a escassez de recursos pesqueiros, e a irregularidade e imprevisibilidade da renda obtida com a atividade pesqueira favorecem que as mulheres das comunidades de pescadores se incorporem ao trabalho remunerado, dentro ou fora da pesca. Foram corroboradas as informações obtidas por Pierri et al., (2005), evidenciando que a inserção das mulheres na pesca (direta ou indireta) se diferencia segundo espaços geográficos que supõem diferentes recursos, condições e tipos de pescarias. Para decidir trabalhar na pesca ou na extração de organismos marinhos, tem um peso fundamental o fato de pertencer a uma cultura de pesca (comunidade e família). A escolha por trabalhar na pesca também depende das diferentes possibilidades de acesso a oportunidades econômicas fora da pesca e é relativo à qualificação de cada trabalhadora. A decisão de onde e como se inserir na atividade pesqueira está relativamente limitada em função do esforço físico exigido, das condições de segurança e da distância de sua casa. Contudo, quanto menor é a renda familiar, maior é a chance de participação na fase de captura propriamente dita, reduzindo o peso dos condicionantes relativos ao esforço físico e à segurança. Conclui-se que as formas de trabalho das mulheres das comunidades de pescadores do litoral do Paraná se diferenciam segundo a necessidade econômica - grau de pobreza/riqueza; segundo as possibilidades - inserção em família de pescadores, propriedade de meios de produção, acesso ao local de venda, capital para investir e saber fazer; e segundo as oportunidades – localização dentro das baías ou em mar aberto.

Palavras-chave: Pescadoras. Gênero. Trabalho. Litoral do Paraná



## ABSTRACT

The present study deals with types of work performed by women in fisheries at Paraná coast. The research was developed in three steps. The first step was exploratory and consisted in literature review and field visits to the fisheries communities to identify representative cases of types of work performed by women. The second step included application of semi-structured questionnaire, conducting interview with script, informal conversations and participatory observations to seven cases chosen as representatives from different realities of marine fisheries in Paraná. The third step consisted of interviews with qualified informants to supplement data collected in previous steps. Results shown that lack of fisheries resources and irregularity and unpredictability of income from fisheries promote inclusion of women to paid work in or out fishing. These corroborate information obtained by Pierri *et al.* (2005) highlighting inclusion of women in fisheries (directly or indirectly) differs according to geographical spaces which assumes different resources, conditions and types of fisheries. To decide working in fishing or fisheries resource extraction weighs fundamentally the fact of belonging to a fishing culture (community and family). The choice to working in fishing also depends on different possibilities of access to economic opportunities out of fishery activities and it is related to qualification of each worker. The decision on where and how to insert into the fishing activity is relatively limited due to the physical effort required, the safety conditions and the distance from their homes. However, the smallest the income the greater the chance of participation in the capture phase itself reducing the weight of the constraints related to physical efforts and safety conditions. We conclude that the women ways of working in fishing communities on the coast of Paraná are differentiated according to economic needs – poverty / wealth degree; to possibilities – belonging to a family of fishermen, ownership of means of production, access to the point of sale, investment capital and know-how; and to opportunities – location of communities within the bays or open seas.

Keywords: Fisherwomen. Gender. Work. Coast of Paraná.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Componentes do modo de produção.....	24
FIGURA 02 – Diferenciação social da sociedade capitalista.....	30
FIGURA 03 – Área de estudo: O litoral do Paraná.....	48
FIGURA 04 – Localização das vilas pesqueiras paranaenses.....	70
FIGURA 05 – Sinopse da pesca no litoral do Paraná. As zonas indicadas para os recursos de ocorrência geral correspondem aos grandes espaços pesqueiros com associações semelhantes de recursos e práticas de pesca. Os pontos indicados para a frota de barcos correspondem aos portos de abrigo ou fundeio permanente. ....	78
FIGURA 06 – Descasque da produção de um grupo de pesca, na beira da praia e em estrutura de comerciante. Vila das Peças (Guaraqueçaba) .....	87
FIGURA 07 – Embarcações utilizadas no transporte dos marisqueiros e marisqueiras da comunidade até os baixios. Foto: Carolina Mello. ....	91
FIGURA 08 – Coletora se deslocando até o baixio com auxílio da canoa a remo. Foto: Carolina Mello. ....	93
FIGURA 09 – Processo de coleta do bacucu: a e b) coletora agachada escavando e retirando uma porção do marisco com lama; c) coletora realizando o peneiramento com auxílio de uma enxada para retirada grosseira da lama; d) ensacamento dos mariscos após o peneiramento; e e f) sacos com os mariscos coletados sendo transportados até a embarcação de transporte. Fotos: Carolina Mello. ....	94
FIGURA 10 – Grupo de coletores explorando os bancos de bacucu no baixio próximo ao Porto de Paranaguá, Baía de Paranaguá. Foto: Carolina Mello. ....	98
FIGURA 11 – Etapa de descarne do beneficiamento do siri. Acima, mulheres realizando o descarne em grupo (a) e individualmente (b) na parte de fora se suas casas; c) mulheres realizando o descarne em local construído para o beneficiamento; d) detalhe da tarefa de descarne. Fotos: (a),(b) e (d) Carolina Mello; (c) Ana C. Franco. ....	106
FIGURA 12 – Exemplo de instrumentos utilizados no beneficiamento (a) fogão a lenha; (b) bacia e colher. Fotos: Carolina Mello. ....	107
FIGURA 13 – Caboeiros puxando a rede depois do cerco de um cardume. Foto Carolina Mello. ....	119
FIGURA 14 – Detalhe para a presença das mulheres trabalhando como caboeiras. Foto: Carolina Mello. ....	119
FIGURA 15 – Vista do Mercado de Pescados de Shangri-lá, Pontal do Paraná. Foto: Carolina Mello. ....	130

FIGURA 16 – Mercado Municipal Manoel Machado, conhecido como Mercado de Pescados de Matinhos, Matinhos. Fotos: Carolina Mello.....	131
FIGURA 17 – Mercado Municipal João Batista de Miranda, conhecido como Mercado de Pescados de Piçarras, Guaratuba. Fotos: Carolina Mello.....	134
FIGURA 18 – Trabalhadoras realizando a tarefa de descabeçamento do camarão no Mercado Municipal João Batista de Miranda. Fotos: Carolina Mello.....	137
FIGURA 19 – Detalhe das tarefas de beneficiamento dos peixes: (a) corte em postas e (b) corte em filés. Fotos: Carolina Mello.....	137
FIGURA 20 – Comercialização de pescados em uma das bancas do Mercado de Pescados de Shangri-lá, Pontal do Paraná. Foto: Carolina Mello.....	139

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Período de investigação de cada grupo de trabalho.....	63
QUADRO 02 – Informações sobre as entrevistas realizadas nos casos investigados .....	67
QUADRO 03 – Características dos principais tipos de embarcação motorizadas utilizadas na pesca do litoral paranaense .....	73
QUADRO 04 – Tipos de trabalhos realizados por mulheres vinculadas a pesca no Paraná.....	89
QUADRO 05 – Rendimentos e principais custos das trabalhadoras em um mês de trabalho, considerando o exemplo genérico utilizado para as formais de organização do trabalho .....	102
QUADRO 06 – Categorias econômicas em que se enquadram as mulheres que trabalham vinculadas à coleta de mariscos em Antonina.....	103
QUADRO 07 – Rendimentos e principais custos das trabalhadoras, considerando um mês de trabalho, referente aos exemplos genéricos formulados para os esquemas de organização da pós-captura .....	114
QUADRO 08 – Categorias econômicas em que se enquadram as mulheres que trabalham vinculadas à pesca do siri em Antonina. ....	115
QUADRO 09 – Rendimentos e principais custos da patroa de pesca, considerando um mês de trabalho realizado somente com os instrumentos de produção de sua propriedade. ....	125
QUADRO 10 – Categorias econômicas em que se enquadram as mulheres que trabalham vinculadas à pesca de arrastão da tainha em Pontal do sul.....	126
QUADRO 11 – Categorias econômicas em que se enquadram as mulheres que trabalham vinculadas aos mercados comunitários de venda de pescado.....	151
QUADRO 12 – Tipificação dos instrumentos e tipos de trabalho realizados pelas mulheres segundo as tarefas identificadas .....	158
QUADRO 13 – Nível de exposição a riscos e nível de esforço físico exigido na realização do trabalho segundo cada tipo de atividade identificada.....	161
QUADRO 14 – Custo dos principais meios de produção necessários para que a mulher seja dona do produto com que trabalha segundo os tipos de trabalho desta na pesca (em R\$).....	165

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Produção da pesca extrativa marinha no Brasil, por região e forma de produção. 2006. (toneladas e %) .....	16
TABELA 02 – Área e população residente no litoral do Paraná, entre 1970 e 2007.....	56
TABELA 03 – Índice de desenvolvimento humano (IDH) e número de famílias em condição de pobreza para os municípios do litoral do Paraná, 2000.....	58
TABELA 04 – Produção da pesca extrativa marinha na região sul segundo formas de produção da atividade em 2006.....	69
TABELA 05 – Quantidade e proporção de pescadores (2003) na população total dos municípios pesqueiros do litoral do Paraná (2007) .....	71
TABELA 06 – Quantidade de mulheres trabalhadoras identificadas para as distintas fases do processo produtivo na pesca .....	159

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	16
1.1 APRESENTAÇÃO.....	16
1.2 OBJETIVOS .....	19
2 MARCO TEÓRICO: CONCEITOS ECONÔMICOS BÁSICOS, FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA MERCANTIL E CONDIÇÃO DA MULHER NO TRABALHO .....	20
2.1 CONCEITOS BÁSICOS: TRABALHO, RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, FORÇAS PRODUTIVAS E MODOS DE PRODUÇÃO.....	21
2.2 FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA MERCANTIL E CAPITALISTA .....	25
2.2.1. A Lei do valor regula a economia mercantil.....	25
2.2.2 Formas de organização social da produção mercantil e as categorias econômico-sociais presentes .....	31
2.2.3 Algumas especificidades do trabalho na pesca.....	32
2.3 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA MARINHA NO BRASIL .....	34
2.4 ELEMENTOS PARA ANALISAR AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO NA PESCA.....	38
2.4.1 Divisão sexual do trabalho e formas de discriminação das mulheres .....	38
2.4.2 As mulheres na produção pesqueira artesanal .....	42
3.1 ASPECTOS BIOFÍSICOS DO LITORAL PARANAENSE .....	47
3.2 HISTÓRICO DE USO E OCUPAÇÃO E O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO LITORAL PARANAENSE .....	51
4 METODOLOGIA.....	60
4.1 FASE EXPLORATÓRIA .....	60
4.2 FASE DE INVESTIGAÇÃO DOS CASOS ESCOLHIDOS.....	62
4.2.1 Questionários aplicados às trabalhadoras.....	63
4.2.2 Entrevistas abertas com roteiro.....	64
4.2.3 Roteiro do pesquisador .....	66
4.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	68

5 A PESCA, OS PESCADORES E AS PESCADORAS DO LITORAL DO PARANÁ	69
5.1 A PRESENÇA DA MULHER NA PESCA DO LITORAL DO PARANÁ	82
5.2 INFORMAÇÕES PRETÉRITAS SOBRE A PRESENÇA DA MULHER NA PESCA	83
6 OS TRABALHOS DAS MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA: INSTRUMENTOS, PROCESSOS DE TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO	90
6.1 A COLETA DE BACUCU REALIZADA PELAS MARISQUEIRAS DAS COMUNIDADES DA VILA DOS POLACOS, VILA NOVA E VILA DA PONTA DA PITA (ANTONINA)	90
6.1.1 Processos e Instrumentos de Trabalho	92
6.1.1.1 A fase de coleta	92
6.1.1.2 A fase de beneficiamento	95
6.1.1.3 A fase de comercialização	96
6.1.1.4 Instrumentos necessários nos processos de trabalho	96
6.1.2 Organização social do trabalho na coleta de bacucu observada em Antonina	98
6.2 O BENEFICIAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO SIRI REALIZADO PELAS TRABALHADORAS DA VILA PORTINHO (ANTONINA)	104
6.2.1 Processos e Instrumentos de Trabalho	105
6.2.1.1 A fase do beneficiamento	105
6.2.1.2 A fase de comercialização	107
6.2.1.3 Instrumentos necessários nos processos de trabalho	107
6.2.2 Organização social do trabalho no caso do beneficiamento do siri em Antonina	108
6.3 A PRESENÇA DAS MULHERES NA PESCA DE ARRASTÃO DE PRAIA DIRECIONADA À CAPTURA DA TAINHA ( <i>MUGIL LIZA E MUGIL PLATANUS</i> ), BALNEÁRIO DE PONTAL DO SUL (PONTAL DO PARANÁ)	116
6.3.1 Processo e instrumentos de trabalho	118
6.3.1.1 A fase de captura	118
6.3.1.2 A fase de beneficiamento	120
6.3.1.3 A fase de comercialização	120

6.3.1.4 Instrumentos necessários para nos processos de trabalho.....	121
6.3.2 Organização social do trabalho no grupo de praticantes do arrastão de praia observado em Pontal do Sul (Pontal do Paraná) .....	122
6.4 O TRABALHO DE COMERCIALIZAÇÃO E BENEFICIAMENTO DO PESCADO NOS MERCADOS COMUNITÁRIOS DE SHANGRI-LÁ (PONTAL DO PARANÁ), MATINHOS E PIÇARRAS (GUARATUBA) .....	126
6.4.1 Processos e Instrumentos de Trabalho .....	136
6.4.1.1 A fase de beneficiamento .....	136
6.4.1.2 A fase de comercialização.....	138
6.4.1.3 Instrumentos necessários nos processos de trabalho.....	140
6.4.2 Descrição da organização social do trabalho nos mercados comunitários de comercialização do pescado .....	142
6.5 O BENEFICIAMENTO DO PESCADO NO MERCADO MUNICIPAL BASÍLIO ABUD, NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.....	152
6.5.1 Descrição da organização social do trabalho no beneficiamento do pescado realizado pelas mulheres no Mercado de Paranaguá .....	154
7 DISCUSSÃO .....	157
7.1 Análise dos trabalhos das mulheres na pesca segundo aspectos técnicos e sociais relevantes.....	157
7.2 Necessidades, oportunidades e possibilidades para o trabalho da mulher na pesca.....	165
8 CONCLUSÃO.....	175
REFERÊNCIAS.....	177
ANEXO 01 – Questionários e Roteiros .....	186



## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 APRESENTAÇÃO

No Brasil, a atividade pesqueira é realizada principalmente por duas formas diferenciadas de produção: a produção industrial - representada pelos armadores e pela frota pesqueira chamada “empresarial”, e a produção mercantil simples - representada pelas pescarias comumente denominadas “artesanal” ou “de pequena escala” (MARRUL-FILHO, 2003; VASCONCELLOS *et al.*, 2004). Ambas as formas produtivas são quase que equivalentes quanto à produção, mas as pequenas pescarias ainda representam o maior percentual produzido pela atividade de pesca extrativa marinha. A *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) estima que o setor artesanal envolva um contingente de cerca de 2 milhões de trabalhadores no país, e, segundo o Boletim de Estatística da Pesca divulgado pelo IBAMA (2008), este foi responsável por cerca de 52% das 527.871,5 toneladas de pescado produzida no ano de 2006 (TABELA 01) (FAO, 2004; IBAMA, 2008).

TABELA 01 – Produção da pesca extrativa marinha no Brasil, por região e forma de produção. 2006. (toneladas e %)

Regiões	Total		Pesca industrial		Pesca Artesanal	
	(t)	%	(t)	%	(t)	%
Nordeste	85.603,0	16	14.549,5	17	71.053,5	83
Norte	155.162,0	29	9.142,5	6	146.019,5	94
Sudeste	118.857,0	23	80.685,5	68	38.171,5	32
Sul	168.249,5	32	148.655,0	88	19.594,5	12
Total	527.871,5	100	253.032,5	48	274.839,0	52

FONTE: IBAMA (2008)

Caracterizada por apresentar uma variedade de situações moldadas pela influência de fatores naturais e socioeconômicos, as pescarias artesanais e de pequena escala se manifestam em práticas multiespecíficas marcadas por uma distribuição espacial heterogênea (DIEGUES, 2004; 2006; MARRUL-FILHO, 2003; ANDRIGUETTO-FILHO *et al.*, 2006). A complexidade de suas formas técnicas e sociais de produção se materializa em obstáculos na obtenção de estatísticas precisas sobre a caracterização estrutural<sup>1</sup> do setor. A dificuldade em se obter

<sup>1</sup> Segundo ARAGÃO; CASTRO E SILVA (2006) um eficiente censo estrutural da pesca deve conter informações quantitativas sobre: a quantidade desembarcada em cada local; a composição dos desembarques; tipos e número de barcos e aparelhos de pesca utilizados; esforço de pesca; taxas de captura das espécies; custos das operações. E informações qualitativas sobre: a infra-estrutura de desembarque e do processamento do pescado; estaleiros e oficinas de reparo; prestadoras de serviços de logística e apoio; além de informações detalhadas sobre aspectos econômicos, sociais

informações sobre aspectos da produção, da frota e da mão-de-obra relacionada a este tipo de pescarias resulta em impasses ao planejamento e implementação de medidas eficientes para o manejo do uso e acesso aos recursos pesqueiros. Além de comprometer-se à reprodução física, social e econômica da atividade como um todo (DIAS NETO; DORNELES, 1996; VASCONCELLOS *et al.*, 2004; BERKES *et al.*, 2006; IBAMA, 2008).

No universo artesanal, onde o processo de trabalho é baseado na unidade familiar ou no grupo de vizinhança, as mulheres adquirem um papel fundamental (DIEGUES, 2006; MANESCHY; ESCALLIER, 2002). Pesquisas em comunidades pesqueiras em todo mundo têm contribuído para mostrar a importância das atividades da mulher nos espaços de produção e comercialização da atividade pesqueira de pequena escala e também fora deste, desempenhando, em conjunto, um papel chave na reprodução econômica e social das comunidades (MANESCHY ; ESCALLIER, 2002; KUMAR, 2004<sup>2</sup>; PIERRI *et al.*, 2005; SERAVAL, 2006).

No espaço privado, as mulheres das famílias de pescadores realizam, assim como a maioria das mulheres na sociedade atual, as tarefas domésticas diárias essenciais, que mantêm o grupo familiar e possibilitam o trabalho de outros indivíduos da família que ficam livres das mesmas. Quando diretamente voltada à atividade da pesca, a participação da mulher assume distintas formas para cada situação particular.

Com relação à captura, elas geralmente têm suas atividades condicionadas pela capacidade física relativamente menor que a dos homens, e a necessidade de preservar sua segurança e de não se distanciar demais do seu lar, devido à responsabilidade de cuidar da casa, dos filhos e de outros eventuais dependentes. Assim, suas atividades são habitualmente desenvolvidas em mar “raso”, em baías, manguezais, canais de maré e na faixa de praia, sem embarcar ou utilizando embarcações a remo e técnicas e instrumentos de pesca simples. Em terra, sua

---

e culturais dos produtores tais como formação cultural, características das famílias, relações sociais, valor e formas de remuneração.

<sup>2</sup> KUMAR, K.G., 2004 trata-se de um dossiê especial intitulado *Gender Agenda – Women in fisheries*. O dossiê é uma compilação de 21 artigos, selecionados do Relatório SAMUDRA, relacionados com a questão do gênero na pesca em diferentes partes do mundo, incluindo países desenvolvidos e em desenvolvimento, publicados desde 1992 até 2003. SAMUDRA é um boletim quadrimestral do ICSF (CIAPA - Coletivo Internacional de Apoio à Pesca Artesanal) com sede na Índia e escritório em Bruxelas, Bélgica. ICSF é uma ONG internacional, vinculada à FAO, que trabalha em assuntos que concernem à pescadores de todo o mundo e tem um Programa das Mulheres na Pesca.

presença é marcada nas atividades realizadas antes e depois da captura propriamente dita, no tecer ou reparar redes, no beneficiamento do pescado e na comercialização da produção (MANESCHY, 2001; MANESCHY; ÁLVARES, 2005; KUMAR, 2004; PIERRI *et al.*, 2005).

A fragmentação do tempo e a sobreposição de tarefas que marcam a jornada de trabalho da mulher são responsáveis por grande parte dos problemas enfrentados pelas trabalhadoras do setor pesqueiro artesanal (MANESCHY 1995; MANESCHY; ESCALLIER, 2002). Esta realidade e o fato de se tratar muitas vezes de trabalhos complementares ao do marido ou outro familiar e pelos quais não recebe uma remuneração específica, faz com que o aporte da mulher na reprodução da pesca muitas vezes não seja reconhecido como trabalho, mas apenas como parte dos afazeres domésticos e de manutenção da família (MANESCHY, 1995; KUMAR, 2004; PIERRI *et al.*, 2005). A falta de reconhecimento formal, principalmente quando se trata de atividades não relacionadas diretamente com a captura, contribui para sua invisibilidade dentro do setor, resultando em barreiras que privam às mulheres do acesso aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários (OIT, 2004; CELESTE *et al.*, 2006).

Tratando-se das regiões costeiras, os estudos que abordam a perspectiva de gênero têm buscado compreender os impactos das transformações econômico-sociais e ambientais sobre a atividade pesqueira, e como estas têm influenciado a atuação da mulher no setor (MANESCHY e ESCALIER, 2002; PIERRI *et al.*, 2005; SERAVAL *et al.*, 2008).

Parte destas pesquisas tem sido impulsionadas pelas novas políticas de gestão que visam integrar a sustentabilidade econômica e social à sustentabilidade ecológica das pescarias e dos ecossistemas. Estas abordagens partem das premissas de que a eficiência dos sistemas de manejo dos recursos é dependente do atendimento das demandas sociais de todos os atores envolvidos e de que essas demandas não podem ser contempladas sem a participação dos mesmos<sup>3</sup> (DIAMOND *et al.*, 2003; BERKES *et al.*, 2006; IBAMA, 2005; FAO, 2007).

---

<sup>3</sup> O Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI), aplicado nas atuais práticas de gerenciamento das zonas costeiras, pode ser definido como um processo contínuo e dinâmico, que tem como principal objetivo melhorar a qualidade de vida das comunidades humanas que dependem dos recursos costeiros, levando em consideração a manutenção da diversidade biológica e a produtividade dos ecossistemas costeiros (GESAMP, 1996). Sobre o manejo das pescarias, a FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) o define como “um processo integrado de agrupamento de informações, análise, planejamento, consulta, tomada de decisões, alocação de

As dificuldades para esclarecer em que medida as mulheres podem ser consideradas pescadoras e trabalhadoras da cadeia produtiva, limitam a compreensão da pesca em si, e são um impasse à formulação de políticas e medidas mais realistas ao gerenciamento da atividade (BECK, 1989; MANESCHY, 1995; LIMA, 2002; DIAMOND *et al.*, 2003 e DIEGUES, 2006). Contemplada a perspectiva de gênero nas pesquisas que subsidiam a gestão costeira e pesqueira, não se estereotipam erradamente os papéis de homens e mulheres, o que conduz a um levantamento de informações mais amplo, a um conhecimento mais realista das formas de uso e acesso aos recursos, e a uma melhor compreensão do cenário produtivo da atividade pesqueira.

## 1.2 OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo geral identificar e analisar os tipos de trabalho desenvolvidos pelas mulheres vinculadas ao setor da pesca no litoral do Paraná de forma de compreender a sua condição e o seu papel econômico. Os objetivos específicos são:

- i) identificar os diferentes tipos de trabalho desempenhados pelas mulheres segundo os diferentes contextos em que se insere a produção pesqueira paranaense;
- ii) fazer uma descrição sistemática dos trabalhos identificados, do ponto de vista técnico e social;
- iii) Identificar as categorias econômicas em que se enquadram cada tipo de trabalhadora;
- iv) Interpretar as condicionantes que favorecem ou explicam a presença das mulheres em cada tipo de trabalho na pesca e as perspectivas para cada categoria econômica presente.

Para isto, foram investigadas as formas de participação feminina em sete casos representativos do quadro pesqueiro paranaense que apresentam cenários naturais, sociais e culturais específicos.

---

recursos e implementação das regulamentações ou normas que governam as atividades pesqueiras, de modo a assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos e o alcance de outros objetivos das pescarias” (FAO, 1997). Através do Código de Conduta da Pesca Responsável, documento aprovado pela Conferência da FAO em 31 de outubro de 1995, se estabelece os princípios e normas internacionais para aplicação de práticas responsáveis com o objetivo de assegurar a conservação, a gestão e o desenvolvimento dos recursos aquáticos vivos, reconhecendo a importância nutricional, econômica, social, cultural e ambiental da pesca e os interesses de todos os envolvidos no setor (FAO, 2007).

## **2 MARCO TEÓRICO: CONCEITOS ECONÔMICOS BÁSICOS, FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA MERCANTIL E CONDIÇÃO DA MULHER NO TRABALHO**

A atividade de pesca marinha, na sociedade contemporânea, se desenvolve prioritariamente como uma atividade mercantil sob relações sociais baseadas na propriedade privada dos meios de produção. Para iniciar a compreensão do papel da mulher vinculada à atividade pesqueira faz-se necessário discorrer sobre as bases gerais do contexto socioeconômico deste tipo de produção. E, tendo esta dissertação um enfoque de gênero, deve-se conhecer também as assimetrias presentes na divisão social do trabalho entre os sexos, de maneira de compreender quais são os lugares e papéis econômicos que ocupam as mulheres na atividade pesqueira atual.

Neste capítulo serão apresentados os elementos de teoria econômica, necessários para analisar a economia em geral e o funcionamento da economia mercantil em particular, e aqueles necessários para analisar como nela se insere o trabalho da mulher. Também se apresenta uma categorização das formas de organização social do trabalho presentes na pesca marinha no Brasil proposta por DIEGUES (1983; 2004) elaborada sob o mesmo enfoque teórico adotado neste estudo.

## 2.1 CONCEITOS BÁSICOS: TRABALHO, RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, FORÇAS PRODUTIVAS E MODOS DE PRODUÇÃO

Na ciência econômica existem dois grandes paradigmas teóricos, com bases filosóficas, lógicas e epistemológicas diferentes, assim como diferentes implicações metodológicas. Depois do momento fundacional da ciência econômica com a chamada escola clássica, na segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX (Adam Smith, 1776; Thomas Robert Malthus, 1798; e David Ricardo, 1817<sup>4</sup>), se constituíram as duas grandes formas ou paradigmas de interpretar a economia até hoje vigentes: por um lado, a economia política marxista e, por outro, a economia neoclássica (Jevons, 1871; Walras, 1874; Böhm Bawerk, 1889; e Pareto, 1906), ambas formuladas na segunda metade do século XIX e início do século XX (ROSETTI, J.P. 175; SINGER, 1975).

A economia política marxista é a teoria econômica do materialismo histórico cujos fundadores foram Karl Marx (1811-1883) e Frederico Engels (1820-1895). Sem entrar no mérito da discussão filosófica e teórica existente entre os grandes paradigmas da economia, a opção por este marco teórico se justifica por se tratar de uma abordagem social e histórica que aprofunda na questão do trabalho, e oferece elementos que permitem descrever e analisar de maneira eloqüente as formas de organização social do trabalho assim como voltar-se à explicação e previsão científicas na análise de realidades e processos econômicos concretos (SINGER, 1975; MANDEL, 1986).

O **trabalho** é um processo entre o ser humano e a natureza onde o homem, de forma consciente, proposital, aplica energia física e mental para se apropriar de partes dela e transformá-la em produto, e, nesse processo, também se transforma a si mesmo. Para a concepção marxista, o trabalho é a forma em que a espécie humana se adapta ao meio e realiza a missão biológica de sua sobrevivência. O homem tem a particularidade de acumular conhecimento e transmiti-lo de forma intergeracional, de maneira que a adaptação através do trabalho segue uma trajetória histórica de otimização progressiva. Assim, o homem se adapta através do trabalho de forma inovadora o que lhe permite não só se adaptar a um meio senão a vários, os transformando, e não apenas para sobreviver, como também para viver em melhores condições geração após geração (FOLADORI, 2001; MARX, 1987)

---

<sup>4</sup> Anos de publicação das principais obras dos autores citados.

O trabalho tem duas **dimensões: uma técnica e outra social**, de forma que, ao trabalhar, o homem estabelece, por um lado, uma relação técnica com as coisas ou a restante natureza e, do outro, uma relação social com outras pessoas. O trabalho, independente de sua forma concreta, sempre tem caráter social e técnico, sempre supõe uma forma de organização social da produção, isto é, um arranjo social entre os envolvidos. Também supõe uma forma técnica de agir sobre coisas. Entre os aspectos técnico e social do trabalho, o aspecto principal é o social, pois é através das relações sociais - e só através delas - que os homens se relacionam com a natureza e que se efetua a produção (FOLADORI, 2001; MARX, 1979).

Determinados **processos de trabalho** são muito simples e implicam apenas uma operação. Outros, mais complexos, implicam diferentes operações e fases de elaboração de um produto. Neste caso, o processo pode ser realizado por uma pessoa que conhece e tem habilidades para todas as operações, ou pode ser descomposto em diferentes operações e fases e cada uma delas ser realizada por pessoas diferentes. Neste último caso, acontece **divisão técnica do trabalho**, divisão que permite a especialização dos trabalhadores em operações parciais mais simples, o que aumenta a produtividade do conjunto, mas, por outro lado, tira do trabalhador o conhecimento e habilidades necessárias para elaborar o produto completo (FOLADORI, 2001; MARX, 1979).

A divisão técnica difere da **divisão social do trabalho**, esta se refere a que diferentes setores da sociedade se ocupam de diferentes trabalhos. Assim, a humanidade, desde seus primórdios, apresentou a divisão social do trabalho sexual e também a etária na medida em que as pessoas dos diferentes sexos e idades realizavam trabalhos diferentes, seja por condições físicas como por atribuições culturais. Existe também divisão social do trabalho territorial, na medida em que populações de diferentes regiões se especializam em produtos diferentes: regiões agrícolas e industriais, por exemplo. Outro tipo de divisão social do trabalho é a que existe por ramo da produção e, dentro destes, por produtos, etc., sendo que existe uma tendência cada vez mais acelerada de intensificação da divisão social do trabalho, segundo a ampliação da diversificação produtiva (FOLADORI, 2001; MARX, 1979).

O trabalho, enquanto ação ou processo técnico se exerce sobre coisas ou **objetos de trabalho** e quando o homem utiliza elementos auxiliares além de suas mãos, se trata dos chamados **meios de trabalho**, sendo, o conjunto de meios e

objetos de trabalho denominado **meios de produção**. Já **força de trabalho** é a capacidade de trabalhar que possuem os trabalhadores, a que não deve ser confundida com o trabalho enquanto atividade ou produto. O conjunto destes elementos: força de trabalho e meios de produção, constitui as chamadas **forças produtivas materiais**. Estas compreendem diversos elementos que, em conjunto, constituem a capacidade ou potencial produtivo que possui uma sociedade num momento e lugar determinados, mas que também podem ser identificadas para regiões, setores econômicos ou até empresas: as características naturais do assentamento riquezas naturais, clima, localização geográfica, etc.; os meios de produção (instrumentos de trabalho, matérias primas, objetos de trabalho), as formas de organização do trabalho (individual, cooperação simples, cooperação complexa, destreza e habilidades); a força de trabalho (quantidade, composição por sexo e idade, qualificação) (FOLADORI; MELAZZI, 1987; MARX, 1987).

Retomando a dimensão social do trabalho, chamam-se **relações sociais de produção** a todas as relações estabelecidas entre as pessoas em torno da produção em sentido amplo, isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo. Elas assumem funções essenciais: determinar a forma social de acesso e controle dos meios de produção, redistribuir a força de trabalho social entre os diferentes processos de trabalho, determinar a forma social de distribuição dos produtos do trabalho, e determinar as formas de circulação ou não desses produtos (FOLADORI, 1986; MARX, 1987).

Ao longo da história, a humanidade tem dado lugar a relações sociais de produção de diferente tipo: não antagônicas/igualitárias e antagônicas/não igualitárias, sendo o fator determinante disso a propriedade privada dos meios de produção. Quando esta existe, se estabelece uma desigualdade fundamental que obriga a que a maioria não proprietária se subordine à minoria proprietária porque necessita trabalhar para viver. Neste cenário, a minoria, estendendo a propriedade dos meios para a propriedade dos produtos produzidos com estes, se apropria da maior parte da nova riqueza social produzida, recriando e ampliando a desigualdade. Essa organização social do trabalho caracteriza uma sociedade de classes com interesses econômicos opostos, antagônicos.

Por outro lado, naquelas sociedades ou âmbitos onde os meios de produção são sociais ou coletivos, existe uma igualdade fundamental, o produto do trabalho social tende a ser repartido igualitariamente, e não existem interesses econômicos



antagônicos senão de solidariedade e cooperação (FOLADORI; MELAZZI, 1987; MARX, 1987).

As relações de produção, junto com as forças produtivas materiais presentes numa sociedade dada, constituem os **modos de produção**. Historicamente, entre as forças produtivas e as relações sociais de produção de um modo de produção estabelecido, existe uma relação de correspondência, de onde as relações de produção são aquelas possíveis para o nível presente de desenvolvimento das forças produtivas, e ao mesmo tempo aquelas capazes de impulsionar esse desenvolvimento. Porém, em determinado momento, o papel otimizador dessa forma social vai diminuindo, de maneira que esta vai perdendo correspondência com a sua base material, situação contraditória que pressiona para que aconteça uma mudança social que estabeleça outras relações de produção com capacidade de dinamizar as forças produtivas. Em termos simplificados, esta é a primeira grande hipótese de Marx sobre as forças que atuam para a evolução econômica histórica da humanidade (FOLADORI; MELAZZI, 1987; MARX, 1987). (FIGURA 01).

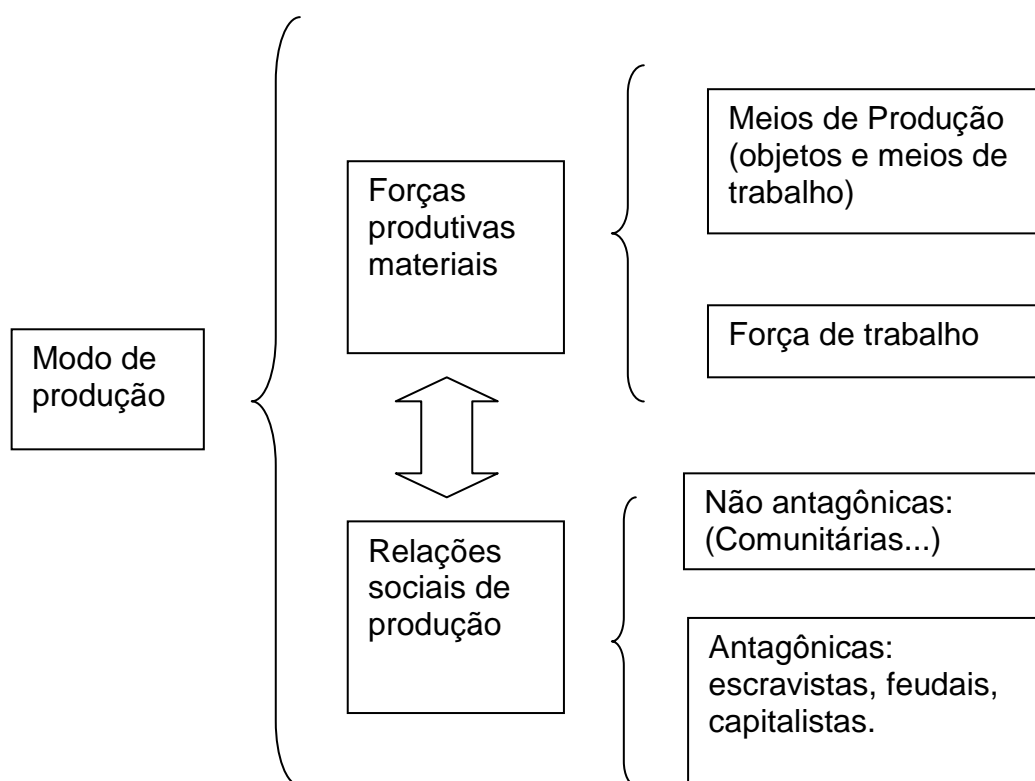


FIGURA 01 – Componentes do modo de produção  
 FONTE: Modificado de FOLADORI; MELAZZI, (1987)

Ao longo da história, tem se constituído uma sucessão de modos de produção que tem dado lugar às **fases econômicas da humanidade**. Estes foram, por sua ordem: o modo de produção comunitário primitivo, o das comunidades agrárias excedentárias, o tributário, o escravista, o feudal, e o capitalista, sendo que os primeiros três caracterizaram sociedades não antagônicas, onde não havia classes sociais e as relações econômicas eram de cooperação, enquanto que os últimos três, caracterizaram sociedades antagônicas, de classe, com relações econômicas de exploração (FOLADORI; MELAZZI, 1987).

Nas sociedades concretas, denominadas neste enfoque como **formações econômico-sociais**, coexistem diversos modos de produção, sendo que aquele modo que consegue maior produtividade do trabalho predomina sobre os outros, os subordina e funcionaliza a seus próprios fins. Assim, por exemplo, na sociedade capitalista atual, existem ainda relações de produção escravistas, porém estas não se dão na forma antiga, não existe um senhor dono desses escravos, mais existe a “figura” do capitalista que obriga pela força essas pessoas a trabalhar para ele, como um meio de extremar a exploração capitalista do trabalho (FOLADORI & MELAZZI, 1987).

## 2.2 FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA MERCANTIL E CAPITALISTA

### 2.2.1. A Lei do valor regula a economia mercantil

O processo generalizado de troca de mercadorias que conhecemos hoje é resultado de uma evolução histórica. Na época feudal, o intercâmbio era apenas eventual e acontecia, principalmente, entre produtores de um mesmo feudo. Os servos produziam essencialmente para a satisfação das necessidades (próprias e do Senhor proprietário da terra), elaborando produtos na qualidade e quantidade possíveis e necessárias. Assim, o produto do trabalho era **diretamente social**, já que era produzido para o próprio consumo ou encomendado por terceiros sem que mediasse o mercado. A partir do aumento significativo do excedente econômico devido a sucessivos aumentos da produtividade do trabalho, a troca de produtos se intensificou e passou a se realizar além do espaço de cada feudo. Isto pressionou para a dissolução da forma feudal de organização social da produção, principalmente para liberar a compra-venda da terra e da força de trabalho, cujo impedimento limitava fortemente a expansão econômica. Na medida em que estas se foram libertando para a compra-venda, a forma mercantil se generalizou, e se foi

constituindo um sistema social onde os novos proprietários de terra se transformaram em produtores diretos de mercadorias, ou seja, de produtos concebidos para serem vendidos no mercado. Estes produtores eram independentes e relativamente homogêneos enquanto suas capacidades econômicas; constituindo o cenário inicial do sistema capitalista, na sua fase mercantil. Na medida em que a produção é concebida para ser vendida no mercado, o trabalho se torna **indiretamente social**. O produto produzido com esse fim constitui uma mercadoria, porém necessita ser efetivamente vendida no mercado para realizar-se enquanto tal. Nesse ato, o preço pago ao produtor, em princípio reconhece o trabalho investido na produção, e o produto é apropriado para ser utilizado na sociedade (FOLADORI; MELAZZI, 1987; FOLADORI, 1986).

A mercadoria tem, pois, dois aspectos intrínsecos: o **valor de uso e o valor de troca** sendo que o primeiro refere à utilidade específica do produto e o valor de troca à capacidade de ser intercambiado no mercado (FOLADORI & MELAZZI, 1987; MARX, 1987).

As relações de troca requerem avaliar e comparar mercadorias diferentes de forma de permitir o intercâmbio de equivalentes. É o trabalho investido na produção que passa a ser o elemento utilizado para a comparação entre mercadorias sendo medido em **termos de tempo necessário para sua realização**. Mas o mercado não reconhece o tempo individual senão o tempo médio requerido pelos produtores para produzir a mesma mercadoria, tempo que expressa as condições médias de produção que existem nesse lugar e momento na sociedade. Ele é denominado **Tempo de Trabalho Socialmente Necessário (TTSN)** e muda constantemente na medida em que se desenvolve a produtividade (FOLADORI; MELAZZI, 1987; MARX, 1987; SINGER, 1975).

Entre os produtores que fabricam um determinado bem e tentam vendê-lo no mercado existem diferentes condições de produção (tecnologia, instalações, etc.) e, portanto, diferente produtividade. As unidades produtivas que possuem melhores condições e produzem sua mercadoria em um tempo menor que o TTSN se apropriam da diferença entre o valor individual de seu produto e o valor médio estabelecido pelo mercado para sua troca. Por sua vez, as unidades que possuem piores condições de produção e produzem em tempo maior que o médio, recebem apenas o valor médio estabelecido pelo mercado, e o que elas perdem é transferido

para aquelas unidades mais produtivas (FOLADORI; MELAZZI, 1987; MARX, 1987; SINGER, 1975).

O **preço**, em primeira instância, está determinado pelo valor de troca, de onde vai variar conforme varie a produtividade social do trabalho. Acima disto, o preço de uma mercadoria flutua segundo a relação entre oferta e demanda no mercado. Em situações de oferta escassa e de grande demanda, os preços tendem a aumentar significativamente. Quando a oferta do produto aumenta e/ou quando diminui a demanda, os preços pagos pelo produto tendem a diminuir (FOLADORI; MELAZZI, 1987; MARX, 1987; SINGER, 1975).

A dinâmica pela qual o mercado reconhece os valores de troca dos produtores em relação ao valor social médio que adquirem as mercadorias é conhecida como **Lei do valor**, que é a lei fundamental que regula o funcionamento de toda economia mercantil. A Lei do valor determina três processos fundamentais que se inter-relacionam, a saber: o desenvolvimento da divisão social do trabalho, o ritmo e a forma de desenvolvimento das forças produtivas, e os processos de diferenciação social (FOLADORI, 1986; FOLADORI; MELAZZI, 1987).

A **divisão social do trabalho** se refere, como já dito, à distribuição das pessoas em trabalhos diferentes. Cada produtor é independente para escolher qual o produto e a quantidade do que irá produzir, mas a determinação dos tipos de mercadorias mais necessárias em determinado momento é feita de forma impessoal no mercado, onde se descartam alguns produtos e se elegem outros. Dessa forma, todos os produtores que se dedicam à produção de um bem entram em concorrência no mercado. Aqueles produtores cujo trabalho não foi reconhecido como socialmente útil (não se concretizou a venda) ou pelo qual o mercado pagou menos do correspondente ao tempo individual investido na produção poderão trocar de atividade para tentar concorrer em melhores condições em um novo ramo. Aquele que inicie a produção de algo novo, em princípio, não tem concorrentes e pode vender a preços monopólicos, acima do valor. Isso é uma oportunidade de se recuperar para alguns produtores sob risco de falência, e é também oportunidade de se enriquecer para produtores bem sucedidos que tem capital para investir em ramos novos. Assim, a lei do valor incentiva a divisão social do trabalho, gerando cada vez maior diversidade de produtos. Esta diversificação não atende em primeira instância as necessidades sociais a não ser a necessidade de lucro e de aumento de lucro dos produtores, que é condição para se manter no mercado. Assim, o

sistema gera, além do efetivamente necessário, cada vez mais produtos supérfluos e até prejudiciais para a saúde, segurança e bem estar social (FOLADORI, 1986; FOLADORI & MELAZZI, 1987).

O ritmo e a forma com que ocorre o **desenvolvimento das forças produtivas** também são determinados pela lei do valor. O grau de evolução dessas forças, numa determinada sociedade e momento, está associado a cinco elementos principais: i) destreza ou habilidade do trabalhador; ii) nível de qualificação do trabalho; iii) organização do processo de trabalho; iv) tecnologia utilizada (qualidade e escala dos instrumentos de produção); e v) as condições naturais e sociais em que se produz. Destes, o elemento principal, por ser o mais dinâmico e não ter limites para seu desenvolvimento salvo temporais (o tempo que demora a geração de conhecimento e a inovação), é a tecnologia. Para obter bons resultados nas relações de concorrência, os produtores devem buscar constantemente diminuir o valor individual dos produtos que colocam no mercado sendo necessário aumentar permanentemente a produtividade de seu trabalho. A produtividade depende, principalmente, da tecnologia envolvida na produção, de onde o processo de concorrência regulado pela lei do valor incentiva, como nunca antes na história, o desenvolvimento das forças produtivas sociais aumentando permanentemente, e a uma velocidade cada vez maior, a produtividade social do trabalho (FOLADORI, 1986; FOLADORI; MELAZZI, 1987).

A operação da lei do valor também determina a **forma em que as forças produtivas se desenvolvem** na sociedade capitalista, já que o objetivo do lucro privado preside a lógica dos investimentos em pesquisa tecnológica de maneira que resulta inerente ao sistema a irresponsabilidade social de produzir tecnologias e produtos de alto risco ou com conseqüências destrutivas para o meio ambiente e à população se estas representam oportunidades de incremento de taxa e massa de lucro. É o caso, por exemplo, do desenvolvimento de tecnologias aplicadas à indústria armamentista ou os agrotóxicos (FOLADORI, 1986; FOLADORI; MELAZZI, 1987).

A lei do valor gera também um **processo de diferenciação social** entre os produtores. O enfrentamento no mercado gera o enriquecimento daqueles com melhores condições de produção e, por outro lado, o empobrecimento relativo dos demais produtores. Em situações extremas de fragilidade econômica ou pobreza, alguns produtores são forçados a se desfazer totalmente dos meios de produção,

tornando-se, primeiro, em desempregados em busca de oportunidades para vender sua força de trabalho em troca de remuneração e, se conseguem emprego, em trabalhadores assalariados. Por outro lado, produtores enriquecidos compram mais meios de produção para expandir seus negócios, mas estes demandam mais força de trabalho que a própria ou da família, de onde se vêm necessitados de contratar força de trabalho alheia. Isto pode ser, em princípio, ocasional, ou em baixa quantidade, mas, na medida em que exista maior investimento, a força de trabalho necessária será fundamentalmente externa à família do proprietário dos meios de produção. Esta será contratada para trabalhar determinado tempo em troca de um salário que será menor que o valor produzido, de onde o proprietário dos meios de produção se apropria de parte do produto do trabalho alheio, se constituindo em capitalista a partir do momento em que o excedente produzido seja majoritária ou completamente produzido por essas pessoas e já não mais por ele e sua família. Assim, as relações mercantis determinam o surgimento das classes sociais próprias do capitalismo (capitalistas e assalariados), que se distinguem, essencialmente, pela propriedade privada ou não dos meios de produção.

Logo, cada uma destas classes terá um gradiente de situações dentro de uma escala de riqueza/pobreza e entre ambas permanecerá um setor de produtores mercantis simples, não capitalistas, que, no mesmo momento que continua produzindo aquelas classes, como tendência dominante, é realimentado, recebendo, por um lado, capitalistas mal sucedidos, que tiveram que diminuir seus meios de produção e deixaram de contratar força de trabalho alheia, e, por outro, trabalhadores bem sucedidos que conseguiram juntar um capital e se autonomizar. Porém, a tendência histórica de médio e longo prazo é a redução (“relativo desaparecimento”) desse setor para dar lugar às classes propriamente capitalistas e sua realimentação é apenas uma contra-tendência cujo peso pode variar dependendo de diversos fatores, como, por exemplo, políticas econômicas dirigidas a fortalecer os pequenos e medianos produtores, muito comuns no setor agrário (FOLADORI, 1986; FOLADORI; MELAZZI, 1987).

A FIGURA 02 representa a diferenciação social da sociedade capitalista resultante da operação da lei do valor. A forma triangular expressa a quantidade de pessoas: menor quantidade de pessoas mais ricas e maior quantidade de pessoas mais pobres. As linhas que separam os setores representam situações intermediárias ou transicionais entre as diferentes condições, situações híbridas

transitórias que expressam a força desigualadora e excludente da Lei do valor e as estratégias de oposição ou resistência à mesma.

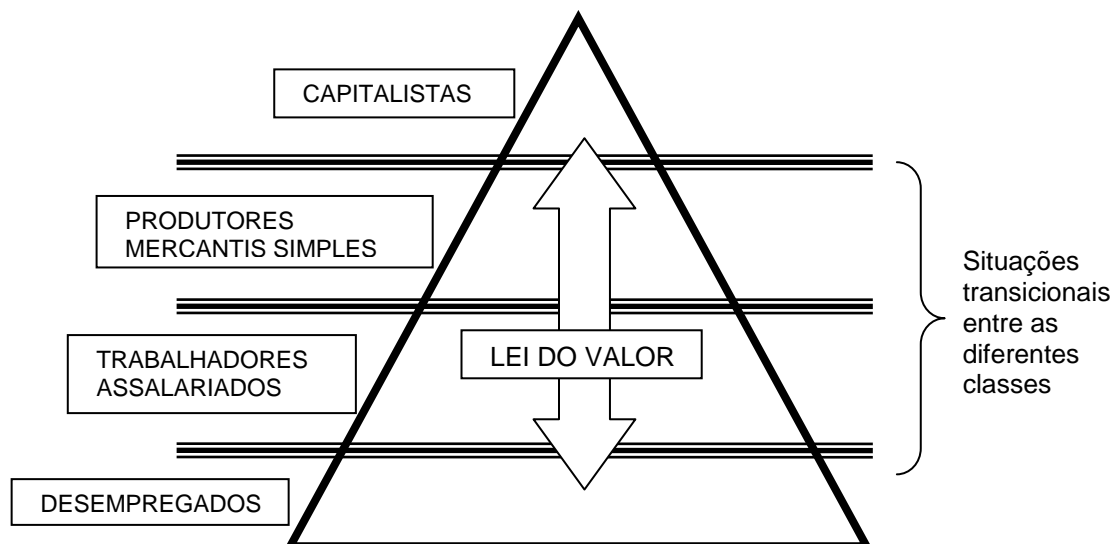


FIGURA 02 – Diferenciação social da sociedade capitalista  
 FONTE: A autora (2010) baseada em FOLADORI & MELAZZI (1987); FOLADORI (1986).

O **capital comercial** tem cumprido papéis diferentes de acordo com o momento e as condições dos produtores que o abastecem. Tão logo que a produção mercantil se generaliza surge à figura do comerciante. Este atua como intermediário entre o produtor e o consumidor e investe seu capital na circulação de mercadorias (capital comercial). Ele facilita o intercâmbio da produção chegando até aqueles produtores que, por si mesmos, não podem alcançar o mercado para vender e financiando aqueles produtores que têm uma defasagem de tempo entre suas necessidades e a venda do seu produto. Esta figura custa ao produtor uma diminuição do seu lucro, uma vez que o comerciante não pode incrementar o preço do produto porque está sob a concorrência do mercado. Nesse esquema, em princípio, se beneficiam ambas as partes, se tratando de uma divisão social do trabalho que os complementa mutuamente (SINGER, 1975; FOLADORI, 1986; FOLADORI; MELAZZI, 1987).

Porém, na mesma velocidade que se desenvolve a concorrência cresce também a subordinação do produtor com menores condições ao comerciante ou atravessador que intermedia as suas mercadorias, pois este se aproveita da dependência do produtor, lhe impondo um preço de compra abaixo do preço “justo”, para incrementar o seu ganho comercial. Às vezes, os comerciantes aproveitam

esse cenário para aumentar a dependência do produtor de maneira que perca a sua autonomia e passe, de fato, a trabalhar para ele. Isto, muitas vezes o faz adiantando ou emprestando dinheiro ao produtor, adiantando matéria prima, pagando a gasolina ou o conserto de máquinas de maneira de constituir uma dívida muito difícil ou impossível de pagar de forma que trabalhe apenas para pagá-la. Esse comerciante, com o fim de otimizar o seu negócio, além de impor o preço que o produtor recebe dele pelos produtos, lhe poderá impor outras condições, tais como o que produzir, como produzir (com que tecnologia), e em que quantidade e qualidade, etc. Quando essa situação chega a esse ponto, o produtor já não é independente e o comerciante, de fato, se constituiu também em produtor capitalista, nem que ambos aparentemente pareçam continuar na condição prévia: o primeiro, como produtor mercantil simples autônomo, e o segundo apenas como comerciante (SINGER, 1975; FOLADORI, 1986).

#### 2.2.2 Formas de organização social da produção mercantil e as categorias econômico-sociais presentes

Na sociedade contemporânea, são dominantes as relações sociais mercantis baseadas na *propriedade privada dos meios de produção* de maneira que os produtores se enquadram, fundamentalmente, na *produção mercantil simples* e na *produção mercantil capitalista*, envolvendo, neste caso, aos capitalistas e os trabalhadores assalariados (FOLADORI, 1986; FOLADORI; MELAZZI, 1987).

A *produção mercantil simples* é definida por se tratar de proprietários de meios de produção que são trabalhados por eles mesmos junto com pessoas que pertencem à unidade familiar imediata ou domiciliar. Duas características são geralmente, mas não necessariamente, presentes nesse modo de produção: i) os instrumentos utilizados pelos produtores são limitados em termos de quantidade e sofisticação; ii) e o trabalho costuma ser organizado de forma espontânea, na maioria das vezes sem planejamento ou divisões de tarefas onde, em geral, cada trabalhador domina todas as etapas do processo produtivo. Isto acontece historicamente devido a certa correspondência entre essa forma econômica e um baixo nível técnico e de investimento, mas não é necessariamente assim (FOLADORI, 1986; FOLADORI; MELAZZI, 1987).

Na *produção mercantil capitalista* os meios de produção estão nas mãos de poucos indivíduos e o trabalho é realizado por trabalhadores contratados que



vendem sua força de trabalho por determinado tempo ou jornada, em troca de uma remuneração. Esses trabalhadores produzem valor durante a jornada completa, porém, eles são remunerados por um valor menor, de forma que o proprietário dos meios de produção se apropria de parte do produto do trabalho alheio, denominado *mais-valia* (FOLADORI, 1986; FOLADORI; MELAZZI, 1987).

Na produção capitalista, os meios de produção costumam ser mais intensivos e sofisticados do que aqueles utilizados na produção mercantil simples, e geralmente os processos de trabalho envolvem planejamento e complexos sistemas de divisão de tarefas e cooperação entre os trabalhadores envolvidos. Embora sejam elementos históricos (não estruturais ou necessários para caracterizar a produção capitalista), a tecnologia e os processos de trabalho revelam-se fatores fundamentais para o funcionamento desse modo de produção. Uma das principais conseqüências é que a combinação desses elementos costuma potencializar ou elevar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, as condições de acumulação de capital por parte das unidades de produção capitalistas (FOLADORI, 1986; FOLADORI; MELAZZI, 1987).

Cabe esclarecer que muitas vezes se equivale a produção mercantil simples à expressão “produtores familiares”, porém, em termos rigorosos, o trabalho em família não caracteriza como um determinado tipo de relação de produção, já que famílias sempre tem existido, e suas formas tem variado historicamente, podendo, por tanto, existir “trabalho familiar” em qualquer local e época de forma que não pode tipificar nenhuma relação de produção em particular (FOLADORI, 1986).

### 2.2.3 Algumas especificidades do trabalho na pesca

As conseqüências da corrida por maior produtividade dependem do caráter do processo produtivo. Duas questões são importantes quando tratamos de processos produtivos primários de alimentos que dependem diretamente da exploração da natureza, como no caso da agricultura e da pesca. Uma delas está relacionada ao que Marx chama de *forças produtivas naturais* e a outra diz respeito ao nível de sujeição do produtor ao capital comercial (DIEGUES, 2004).

Nesses casos, o produtor não age sobre um objeto ou ambiente de trabalho estático, mas sobre um complexo sistema natural regido por leis e processos alheios à vontade humana. Nos quadros em que o grau de desenvolvimento das *forças produtivas sociais* é baixo, todos os produtores se submetem ao ritmo das *forças da*

*natureza*. Mas à medida que se desenvolvem alguns elementos, principalmente a tecnologia, se adquire um controle e se interfere de forma determinante nas *forças naturais*. Quando o número de produtores que investem em certo tipo de produto é grande pode haver um comprometimento das “forças produtivas da natureza”, com uma incompatibilidade entre os ritmos de exploração e a resiliência dos ambientes naturais, surgindo cenários de sobre-exploração (DIEGUES, 2004).

Tratando dos níveis de sujeição do produtor ao capital comercial, têm-se uma maior dependência dos trabalhadores que produzem produtos que não podem ser armazenados facilmente ou devem vender-se dentro de um período de tempo determinado. Isso diminui as estratégias possíveis do produtor frente ao mercado. Alguns cultivos ou formas de captura são facilmente mecanizados e aceleram o desenvolvimento das relações capitalistas; em outros, a mecanização é mais difícil ou custosa apresentando formas mais atrasadas de relações sociais (DIEGUES, 2004).

O tratamento sobre ambas as questões só pode ser realizado em particular, tendo-se maior precisão sobre quais condições ecológicas e quais condições sociais particulares são determinantes a cada processo produtivo.

Por último, cabe esclarecer que as categorias “pescador artesanal” ou “pescadores de pequena escala” utilizadas comumente para se referir a produtores mercantis simples do setor pesqueiro, não são adequadas para se referir a um tipo de relação de produção. “Artesanal” remete a um aspecto técnico do trabalho, ao fato de ser realizado principalmente de forma manual; e “pequena escala” faz alusão a uma baixa quantidade de produção, ambas implicando ou supondo, baixa produtividade do trabalho. Se bem estes aspectos historicamente estão mais associados à produção mercantil simples que à capitalista, isso não é necessário e pode se dar o caso de produção mercantil capitalista que seja artesanal e de pequena escala, como produção mercantil simples que seja industrial e de escala maior. O anterior indica que não se devem confundir os aspectos sociais e os técnicos do trabalho, nem as categorias econômicas próprias de certa organização social do trabalho com formas históricas às quais elas possam se associar em determinados lugares e momentos (PIERRI, 2008).

### 2.3 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA MARINHA NO BRASIL

Existem distintas formas de organização social da produção pesqueira litorânea. DIEGUES (1983; 2004) propõe uma categorização socioeconômica dos tipos de produção pesqueira que estariam presentes no Brasil, a partir do estudo que realizou sobre os pescadores da região Sudeste, mais especificamente de São Paulo, em 1979<sup>5</sup>, e que se entende vigente no presente. Este trabalho tem se constituído em referência fundamental para interpretar as diferentes formas de produção na pesca desde o enfoque que Diegues denomina de “neo-marxista”. É o caso de autores importantes como Lourdes Gonçalves Furtado (1993), por exemplo, que o utilizou para categorizar as formas presentes na produção pesqueira no Baixo Amazonas. Daí o interesse de apresentar aqui esse aporte de Diegues, como referência para a categorização dos casos analisados neste estudo.

Diegues (1983; 2004), pois, identifica três formas de produção social na pesca brasileira, diferenciadas segundo as forças produtivas e as relações sociais de produção estabelecidas. Estas são: a *produção de subsistência*, a *pequena produção mercantil*, e a *produção capitalista*. A primeira, a de subsistência, seria realizada para o auto-consumo, sem o objetivo de vender no mercado. Já as outras duas têm sua produção voltada ao mercado, ainda que em diferentes proporções. O autor coloca que, se historicamente tem havido, até certo ponto, e como efeito dos processos econômicos, uma evolução de uma categoria para a outra, essa evolução não é necessária e hoje coexistem todas elas, sendo que a dominância é exercida pela forma de produção capitalista.

A ***pesca de subsistência***, segundo o autor, é uma forma de produção praticamente desaparecida no litoral do Brasil. Hoje estaria limitada a algumas tribos indígenas e pequenos grupos ribeirinhos de regiões isoladas. A atividade de pesca, nesse caso, é realizada de maneira complementar à agricultura e à caça, também praticadas com objetivo de subsistência. Normalmente a troca entre produtores só se apresenta na existência de um eventual excedente e ocorre em forma direta, sem intermediação do mercado. Não há propriedade privada dos meios de produção, senão que estes pertencem ao grupo ou à comunidade. Os instrumentos de trabalho

---

<sup>5</sup> DIEGUES, A.C.S. **Pescadores, sitiantes e trabalhadores do mar**. Tese de Doutorado. USP. 1979. Publicada em forma de livro em **Pescadores, Camponeses e trabalhadores do mar**, São Paulo: Ática, 1983, e parcialmente em **A pesca construindo sociedades**, São Paulo: NUPAUB-USP, 2004, Cap. 5 e 7.

são simples, construídos pelos trabalhadores e têm baixa capacidade de captura. Geralmente não há divisão técnica do trabalho e todos realizam todas as etapas do processo produtivo (DIEGUES, 1983; 2004).

Na pesca realizada nos moldes da **pequena produção mercantil**, o pescado é produzido tendo em vista sua venda. Os produtores apresentam dois subtipos: *pescadores-lavradores* ou *litorâneos* e *pescadores artesanais* (DIEGUES, 1983; 2004).

No caso dos **pescadores-lavradores**, a pesca é uma atividade ocasional de pequenos produtores mercantis agrícolas. Normalmente, são os membros do grupo familiar (ou da unidade domiciliar) que constituem a base da unidade de produção que se dedica a trabalhar na terra e a realizar capturas. A propriedade dos meios de produção é familiar e os instrumentos também são simples. As embarcações não são motorizadas e tanto estas quanto os demais apetrechos são construídos pelos produtores. A pesca é realizada preferencialmente em ambientes protegidos, como lagoas, estuários e baías onde as capturas podem ser feitas por meio de armadilhas fixas (cerco e curral). Quando voltada ao mar aberto, ocorre na praia, na forma de 'pesca de beirada', como o cambal e os arrastões. A divisão social do trabalho, segundo o autor, geralmente se dá com as mulheres não participando das atividades de captura.

A intensidade da produção é limitada pelo número de trabalhadores diretos existentes em cada grupo. Nos episódios de colheita e nas pescarias mais complexas, como o arrastão da tainha, podem participar várias unidades familiares, e o trabalho é feito na forma de mutirão. Quando a pesca é realizada com o objetivo de venda, principalmente nos períodos de entre safra, a divisão dos rendimentos se dá pelo sistema de partes ou quinhão. Contudo, como a produção é pouca e os instrumentos são simples e baratos, a partilha é marcada pela divisão homogênea entre os trabalhadores. A comercialização do pescado é dependente de um intermediário, e este geralmente é a mesma pessoa responsável pela distribuição do excedente agrícola (DIEGUES, 1983; 2004).

Na pequena **produção mercantil dos pescadores artesanais** existe a manutenção de algumas características básicas da produção mercantil simples, mas alguns elementos permitem falar desta pesca como pequena produção mercantil ampliada (ou em transição a pequena produção mercantil capitalista). Nesses quadros a pesca deixou de ser uma atividade complementar para tornar-se a

principal fonte de produção. A captura é marcada por avanços tecnológicos, a pesca é realizada por embarcações motorizadas e os pescadores utilizam redes de náilon. Também existem melhores condições para o acondicionamento e transporte da produção. O grupo doméstico, ainda que importante, pode não mais constituir a base das unidades de produção, já que a mão-de-obra mais apropriada para o manejo das embarcações a motor nem sempre é encontrada na família. Há um avanço tecnológico importante com a introdução da embarcação motorizada e se passa a explorar ambientes mais amplos, o que exige maior experiência e conhecimento específico dos trabalhadores. A propriedade dos instrumentos de produção passa a ser um elemento fundamental na organização produtiva. Ao passo de que a propriedade familiar deixa de ser tão relevante e os proprietários podem individualizar-se mesmo dentro da família, contratando aos demais membros (DIEGUES, 1983; 2004).

A produção de maiores excedentes, o maior investimento de capital e custos de operação, faz com que a distribuição dos rendimentos seja menos igualitária. Os proprietários dos meios de produção passam a exigir um quinhão maior, com isso, torna-se mais visível a diferença entre eles e os trabalhadores não apetrechados (quinhoeiros) (DIEGUES, 1983; 2004).

Na comercialização da produção organiza-se toda uma rede de complexa distribuição e o pescado pode ser vendido diretamente ao consumidor final, contudo, os produtores ainda se encontram subordinados a atravessadores. Na intermediação, progressivamente os atravessadores individuais acabam perdendo terreno para as empresas de pescado. O atravessador ou as empresas que revendem a produção financiam o produtor em períodos difíceis em que não se consegue sair ao mar (DIEGUES, 1983; 2004).

Semelhante aos *pescadores-lavradores*, para a os *pescadores artesanais* a pesca também é caracterizada por um excedente de produção irregular, pela baixa capacidade de acumulação de capital e pela dependência de intermediários, sendo os pontos relativamente fortes de sua situação a propriedade dos meios de produção e a experiência de saber pescar (DIEGUES 1983; 2004).

É nesta categoria que se enquadra grande parte dos trabalhadores da pesca do litoral do Paraná. Como detalhado mais adiante, os pescadores paranaenses que se dedicam à captura dos organismos marinhos são profissionais exclusivos desta atividade, têm na família um grande aporte para garantir a reprodução econômica,

mas contratam trabalhadores alheios a ela para auxiliar nas capturas realizadas em alto mar (PIERRI *et al.*, 2005; ANDRIGUETTO *et al.*, 2006).

A pesca realizada dentro da **organização social capitalista**, apresenta, segundo Diegues (1983; 2004), dois sub-tipos: os *armadores* e a *produção empresarial-capitalista propriamente dita*.

Os **armadores** seriam proprietários de mais de uma embarcação que não saem a pescar e que colocam um mestre para conduzir a pesca. Trabalha uma equipe de pessoas com funções diferentes, e o trabalho ainda é fundamentalmente manual. A remuneração, para a maioria das funções, ainda é pelo sistema de partes (DIEGUES 1983; 2004).

Por sua parte, a **produção empresarial-capitalista** é aquela onde a propriedade dos meios de produção está concentrada nas mãos de empresas organizadas em setores e integradas verticalmente (realiza a captura, o beneficiamento, e a comercialização), e empregam força de trabalho assalariada. São utilizados modernos sistemas de rádio, e existe um planejamento das capturas feito em terra, que é fundamental para a decisão sobre os locais, os momentos e a quantidade que cada embarcação deve pescar. A capacidade de captura é consideravelmente maior que nas outras formas, sendo que as embarcações são maiores, capazes de realizar o congelamento do pescado a bordo e de realizar viagens que podem durar meses. Normalmente possuem equipamentos eletrônicos de localização dos cardumes e equipamentos mecanizados para auxiliar nas tarefas de baixar e puxar a rede (DIEGUES 1983; 2004).

Segundo o autor, o beneficiamento e a comercialização também são feitos pela empresa, através dos setores de processamento industrializado e de comercialização. Existe certa divisão técnica nos processos de trabalho, no mar e em terra, associada, principalmente, à operação dos maquinários. Os trabalhadores são assalariados formais, mas alguns tripulantes podem receber, além do salário, cotas da produção estabelecidas de acordo com cada função (DIEGUES 1983; 2004).

No Paraná, as pescarias mais capitalizadas são representadas também por *armadores* de pesca, produtores com considerável acumulação de capital (principalmente aplicado em embarcações), mas que possuem formas de organização do trabalho um pouco distintas daquelas encontradas nas empresas de pesca (ANDRIGUETTO *et al.*, 2006; 2009). No capítulo de contextualização da

pesca do litoral do Paraná as diferenças entre as formas de organização na produção e de divisão de trabalho são descritas a partir dos dados empíricos.

## 2.4 ELEMENTOS PARA ANALISAR AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO NA PESCA

A literatura acadêmica aponta para a existência de uma divisão sexual do trabalho no setor pesqueiro e para a invisibilidade das atividades realizadas pelas mulheres nas comunidades pesqueiras (WOORTMANN, 1992; MANESCHY, 1995; MOTTA-MAUÉS, 1999; LIMA, 2003). Isto diz respeito às atribuições ocupacionais distintas dadas a homens e mulheres, que podem variar de cultura para cultura, ou de uma época para outra, dependendo dos aspectos econômicos, culturais e sociais de cada comunidade (YANNOULAS, 2002).

### 2.4.1 Divisão sexual do trabalho e formas de discriminação das mulheres

A divisão sexual do trabalho atribui a esfera produtiva aos homens, enquanto que relega às mulheres à esfera da reprodução biológica, isto é ter e criar filhos, alimentar e cuidar da família. Sendo a primeira investida por um forte valor social, as atividades realizadas pelos homens são mais valorizadas do que as das mulheres. Essa divisão sexual do trabalho está pautada em dois princípios organizadores presentes nas sociedades: o da distinção entre o trabalho feminino e o trabalho masculino; e o da hierarquia do trabalho de homens em relação ao das mulheres (KERGOAT, 2002).

A separação entre o local de produção (fora da casa) e o de reprodução (dentro da casa) consolidada historicamente com o avanço do capitalismo industrial, propiciou a forma inicial que adota a divisão *sexual* do trabalho na sociedade contemporânea. A geração de renda que sustenta a família, realizada pelo homem, se considera “trabalho” e se supervaloriza, e as atividades domésticas realizadas pelas mulheres dentro da família são consideradas “não trabalho” e se subestimam. Confunde-se “produção” com “produção de mercadorias” e “trabalho” com “emprego”. Essa percepção estabelece uma associação linear entre a atividade masculina e a produção mercantil e a feminina e a atividade familiar doméstica e é a base da chamada “invisibilidade” social do trabalho das mulheres (GAZZOLA & AZAMBUJA, 2000).

ENGELS (*apud* GUTIERRES, 2001) coloca que a diferença no tratamento da mulher surge com a família monogâmica e com a apropriação privada do excedente de produção. A família patriarcal e monogâmica passou a servir como uma forma de preservar a riqueza, no sentido de que era necessário saber quem eram os herdeiros dos proprietários homens, pois no capitalismo o parentesco se torna o referencial para a preservação da riqueza. Assim, as relações estabelecidas na família monogâmica de caráter patriarcal, se associaram à apropriação do homem das condições de trabalho, dos meios de produção e de subsistência do trabalhador. A mulher permanece enclausurada no âmbito doméstico, o que caracteriza o homem como sendo o chefe da família, e reproduz relações de dominação e de poder econômico.

Assim estruturada, a sociedade não adverte que a divisão sexual do trabalho permite que determinados membros da família trabalhem para que outros possam investir o tempo poupado em casa, no trabalho produtivo, “fora de casa”. Porém, esse tempo de trabalho doméstico poupado é alocado à produção capitalista. O trabalho doméstico, apesar de não produzir (diretamente) valores de troca, propicia, indiretamente, no âmbito público, a extração de mais-valia e, portanto, o processo de valorização do capital. Ele cria as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho dos maridos, filhos e da própria mulher. O núcleo familiar patriarcal reproduz as relações internas de dominação entre homens e mulheres onde o homem se fortalece como dominador e a mulher como dominada (GUTIERREZ, 2001).

Com a necessidade da mulher contribuir com o orçamento familiar, não ocorre uma redistribuição das funções dentro da família, o que torna muito mais oneroso o ingresso no mercado de trabalho para as mulheres. Assim, a construção social do gênero (papel atribuído culturalmente aos sexos) no modo de produção capitalista, designa para o sexo feminino uma dupla subordinação: fora da casa, no processo de assalariamento, a mulher se subordina ao proprietário dos meios de produção, enquanto que no ambiente doméstico se subordina ao homem e sofre uma sobrecarga de funções, que reserva à ela as tarefas do cuidado do lar, mesmo com sua inserção no mercado de trabalho. Na medida em que o tempo destinado ao trabalho doméstico e de reprodução social é destituído de valor econômico, a mão-de-obra feminina torna-se sujeita à sobre-exploração e manipulação por mecanismos de mercado fundamentados em uma hierarquização de tarefas, uma



vez que as exigências oriundas da esfera produtiva passam a determinar a dinâmica da vida cotidiana, priorizando necessidades e valores (LOBO, 1991).

Para Bruschini (1998), esta definição social dos papéis masculinos e femininos no âmbito da família têm conseqüências diferenciais sobre um e outro sexo, em sua participação no mercado de trabalho. A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais (a dupla jornada de trabalho) limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, e essa disponibilidade não depende apenas da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre de uma complexa combinação de características pessoais e arranjos no âmbito doméstico. O estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, como o ciclo de vida familiar em formação, com filhos pequenos, famílias maduras, filhos adolescentes, famílias mais velhas, e a estrutura familiar -família conjugal, chefiada por mulher, ampliada, presença de outros parentes- são fatores que estão sempre presentes na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, embora a necessidade econômica e a existência de emprego tenham papel fundamental (BRUSCHINI, 1998). A identidade da mulher como trabalhadora, portanto, vai estar sempre associada ao seu papel de reprodutora. Essa imagem básica, originária da mulher família, mãe, dona-de-casa vai estar sempre na frente (ABRAMO, 1998).

A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas manifesta-se não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, e na disciplina do trabalho. A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma conseqüência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho (LOBO, 1991).

A situação atual das mulheres no mundo do trabalho apresenta diversas formas de desigualdade e discriminação. Aos efeitos de mostrar essas formas, mas sem intenção de quantificar, sintetiza-se uma descrição da situação recente na América Latina e no Brasil, sistematizada por CARREIRA (2004):

- Aumento da participação no mercado de trabalho, o que nem sempre é positivo, como por exemplo, quando se trata de uma entrada prematura de jovens em idade escolar que por conta disso, pioram seus estudos ou deixam de estudar, ou quando esse aumento se dá principalmente no setor informal;

- Predomínio feminino nos segmentos menos valorizados, tais como: emprego doméstico, trabalho agrícola, saúde, educação, administração, comunicações, serviços comunitários, sendo que a maioria dessas atividades oferece baixos salários e condições de trabalho precárias;
- Presença marcante no mercado informal, maior que a dos homens;
- Desemprego maior que o dos homens. Entre os pobres, as mulheres também apresentam as maiores taxas de desemprego, e este é maior entre mulheres negras que brancas;
- Desigualdades nos rendimentos entre homens e mulheres que realizam o mesmo trabalho. No Brasil, a brecha média é de 65% do que recebem os homens, sendo que mulheres negras recebem, em média, 50% e isto é pior no setor informal;
- Contribuição econômica central das mulheres para a sobrevivência das famílias: no Brasil, mais de ¼ das famílias a única fonte de renda da família é o trabalho das mulheres; em outros 25%, as mulheres contribuem com mais do 50% da renda familiar;
- Maior exposição a riscos às saúdes física e mental. As mulheres contam com menos cobertura de seguridade social e estão concentradas em setores precários, o que, associado à dupla jornada, repercute nessa maior exposição;
- Maior escolaridade que os homens que não repercute em igualdade salarial: em média, no Brasil, as mulheres necessitam 4 anos mais de estudos formais para conseguir os mesmos rendimentos que os homens;
- Maiores dificuldades para ascender a cargos de maior poder e melhor remunerados. Mesmo em setores de ocupação predominantemente feminina, os cargos de chefia são exercidos pela minoria masculina;
- O trabalho doméstico é um dos guetos do trabalho feminino com as piores condições e remunerações, contribuindo para amortecer a dupla jornada de trabalho das mulheres com um pouco mais de renda;
- Em todos os aspectos mencionados, as mulheres negras apresentam piores condições de trabalho que as brancas;
- Sub-representação das mulheres em espaços estratégicos do mundo do trabalho, como sindicatos de trabalhadores e do patronato.

#### 2.4.2 As mulheres na produção pesqueira artesanal

Como resultado das relações sociais, o trabalho é considerado como 'produção de vivência' coletiva – referente ao trabalho como de produção e relação de serviço – e, individual – como produção de si, na qual o trabalho constrói as pessoas (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2002). É a partir dessa perspectiva de trabalho que a literatura acadêmica sobre a participação feminina na pesca tem baseado seus estudos.

Assim como em outros domínios, a participação das mulheres na atividade pesqueira está presente tanto na produção como na reprodução da mesma (WOORTMANN, 1992; MANESCHY, 1995; 1999; MOTTA-MAUÉS, 1999; ESCALIER, 1999; LIMA, 2003; SENA, 2001; RIBEIRO, 2003; SERAVAL, 2006; FASSARELA, 2008).

De modo variado nas comunidades pesqueiras, as mulheres realizam atividades que envolvem a captura de peixes – a pesca de linha de mão e pequenas redes, coleta de mariscos, a despesca de curral, pesca de polvo; o beneficiamento do pescado – a salga do peixe, a evisceração; a manutenção dos instrumentos de pesca- confecção e o reparo de redes e velas de canoa; e a comercialização de pescado (MANESCHY, 1995; KUMAR, 2004).

Quando relacionadas ao ambiente aquático, as atividades realizadas pelas mulheres se desenvolvem, geralmente, em áreas próximas a terra (rios, lagos, manguezais e praias) ou no mar raso, enquanto que as realizadas pelos homens ocorrem em mar alto. As demais atividades, também são realizadas em terra, nas casas e/ou nas proximidades destas ou nos mercados de comercialização do pescado, como o reparo de redes que as mulheres fazem nos intervalos das atividades domésticas (MANESCHY, 1995).

Nas comunidades pesqueiras litorâneas estudadas por WOORTMANN (1992) a oposição entre os espaços terra/mar corresponde à oposição entre mulher/homem, a qual se refere a divisão sexual espacial do trabalho. Os espaços de atuação na pesca são divididos em mar de fora, mar alto ou mar grosso (espaço de atuação masculina) e em mar de dentro (entre a praia e os arrecifes), onde homens e mulheres dividem o espaço e realizam as atividades produtivas.

É pela socialização que as atividades de homens e mulheres são naturalizadas, bem como seus espaços de atuação (WOORTMANN, 1992). Vários outros autores (LIMA, 2003; MANESCHY, 1995; MOTTA-MAUÉS, 1999; DIEGUES,

1993), apontam esse aspecto – o da divisão sexual do espaço – como algo aprendido desde cedo pelo processo de socialização pautada no princípio da distinção entre tarefas femininas e masculinas na pesca. A socialização da mulher, em termos de aprendizagem, estaria relacionada a um saber ligado à terra (a casa, o roçado), enquanto que a do homem ocorre pela aquisição de conhecimento acerca do manejo dos apetrechos de pesca, do navegar, do movimento das marés. Isto é, se dá num saber ligado ao mar (WOORTMANN, 1992; DIEGUES, 1993; LIMA, 2003; GOES, 2008).

A mulher é educada para cuidar de tudo o que estiver relacionado à casa – filhos, marido, limpeza da casa, alimentação do grupo familiar – e ao roçado (espaço privado), enquanto que o homem é educado para trabalhar fora do domínio doméstico, no espaço público. É, portanto, no mar, que os homens realizam o saber característico de seu gênero e exercitam a coragem ao enfrentar os perigos (GOES, 2008).

As mulheres tendem a conciliar a realização das atividades pesqueiras às domésticas. A realização tanto das atividades pesqueiras, como a de outras atividades extra-domésticas é feita sempre observando as necessidades do grupo familiar. Assim, elas geralmente realizam os seus afazeres domésticos antes de se dedicarem à roça ou à pesca. Há casos em que as filhas ou mães aposentadas da mulher que trabalha na pesca assumem as tarefas domésticas ou pedem para uma vizinha cuidar do almoço (LIMA, 2003).

Essa conciliação trabalho doméstico/trabalho na pesca, quando não acompanhada pela conscientização de que as mulheres realizam várias atividades, dificulta o seu reconhecimento enquanto trabalhadoras (LIMA, 2003; PIERRI *et al.*, 2005). MANESCHY (1995) também relata que muitas mulheres não consideram o que fazem na pesca ou na agricultura como trabalho, pois muitas vezes as tarefas são realizadas para parentes e no âmbito doméstico. E quando as atividades não possuem valor econômico, são desqualificadas dentro da reprodução social, ou seja, quando não remuneradas, não recebem o *status* de trabalho (LIMA, 2003).

Mesmo sem se reconhecer como trabalhadora, a participação das mulheres têm uma funcionalidade para a organização da produção pesqueira artesanal, no que diz respeito a sua capacidade de reduzir custos quando diminuem as capturas ou os preços do pescado (RIBEIRO, 2003; MANESCHY, 1999, 1995; ESCALLIER, 1999; LIMA, 2003). Essa participação constitui uma estratégia de sobrevivência para

a pesca artesanal, visto que pescadores possuem poucos recursos financeiros para dispendar com essas atividades. Realizar o reparo de redes, o beneficiamento e a venda do pescado significa, para os homens, tempo de trabalho perdido sem pescar ou mesmo menos tempo para o descanso necessário para a lida da pesca que possibilita o retorno ao mar todos os dias (MANESCHY, 1995; ESCALIER, 1999).

Além da conciliação entre tarefas domésticas e pesqueiras, as mulheres também realizam outras atividades econômicas. Dependendo do contexto do espaço onde moram, elas se engajam também em outros setores, tais como a indústria, o turismo e o os serviços gerais (WOORTMANN, 1992; MANESCHY, 1995; MOTTA-MAUÉS, 1999; ESCALLIER, 1999; LIMA, 2003; PEIRRI *et al.*, 2005)

Segundo LIMA (2003), geralmente, o que determina a escolha de trabalhar ou não com a pesca está ligado à propriedade dos meios de produção. As mulheres estão mais ligadas à atividade pesqueira quando são esposas ou filhas de pescadores que possuem embarcação. Quando são esposas de quinhoeiros (mesmo quando estes são assíduos na atividade) elas geralmente auxiliam na renda da casa com a prestação de outros serviços, “bicos” como lavar roupa, faxina na casa de turistas, ou mesmo o descasque do camarão em época de safra.

Por outro lado, MANESCHY (1995) e WOORTMANN (1992) apontam para tendências ao afastamento das mulheres do setor pesqueiro, sendo que elas vêm se engajando cada vez mais nas atividades urbanas, decorrente dos processos de modernização que afetaram e afetam as comunidades pesqueiras. Por outro lado, a introdução de certas inovações tecnológicas suprimiram tarefas que antes exigiam a participação dos membros do grupo familiar na atividade, como a utilização do gelo para conservar os peixes em substituição à salga e a secagem dos peixes, as quais eram realizadas pelas mulheres (MANESCHY, 1995).

A existência desses causais de afastamento não significa que as mulheres fiquem completamente fora do setor. De forma direta ou indireta, elas continuam a contribuir para a realização da atividade pesqueira, pois o trabalho feminino sempre foi, e ainda é realizado como complementar na renda do grupo familiar. Os ganhos incertos da atividade pesqueira realizada pelos maridos, caracterizada por um período entressafra e pelas regras da partilha da pesca artesanal, nunca foram suficientes para a sustentabilidade familiar (ESCALLIER, 1999; MANESCHY, 1995).

MANESCHY (1995) chama a atenção para a compreensão do caráter complementar da atividade feminina. A complementaridade, que em principio

denotaria interdependência e, portanto, pressuposto para relações simétricas entre os sexos, é tradicionalmente pensada em termos de ascendência dos papéis masculinos sobre os femininos, tidos como acessórios. Tal modelo ideológico é acentuado sob o capitalismo, na medida em que a noção de trabalho é associada à geração de renda monetária, concebendo-se como secundárias aquelas atividades não pagas, relacionadas ao consumo, como o preparo dos alimentos, sua distribuição e, logicamente, o cuidado com os seres humanos (MANESCHY, 1995).

WOORTMANN (1992) partilha a compreensão de MANESCHY (1995) ao considerar que a complementaridade existente entre homens e mulheres na reprodução do grupo social sempre foi hierárquica. Mesmo antes das transformações do setor pesqueiro, quando as mulheres contribuíam com o que produziam no roçado, juntamente com o homem que trazia produtos do mar para a alimentação do grupo familiar. Sendo a identidade do grupo social formada a partir da figura masculina (o pescador), as atividades das mulheres, enquanto participantes das comunidades 'pesqueiras', foram e são pensadas a partir das realizadas pelos homens, que é a totalidade. Dito de outra forma, o trabalho feminino sempre foi pensado sob a ótica da 'ajuda' ou relacionado ao trabalho do homem.

Por outro lado, a recente ampliação da compreensão do que é a produção pesqueira, considerando as atividades de processamento dos peixes, de preparo e de conservação dos instrumentos de pesca, permite considerar que as mulheres não estão fora do universo pesqueiro (MANESCHY, 1995).

Muitas discussões no âmbito internacional, implicaram na realização de robustos diagnósticos que vêm embasando conjuntos de ações articulados relacionados ao gênero (eg. LOPEZ, 1997; FAO, 1980; 2004; MESQUITA, 2000; COMISSÃO EUROPÉIA, 2002; 2003a; 2003b).

No Brasil, principalmente, após as Conferências estaduais e nacionais da Aquicultura e Pesca organizadas pelo governo Lula em 2003, 2006 e 2009, com destaque ao Encontro das Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura (2004) as mulheres da pesca estão se apresentando ao cenário político de forma a abrir possibilidades de reconhecimento e regulamentação das suas atividades.

No âmbito jurídico, esse processo teve uma importante conquista na aprovação da nova "Lei da Pesca" (LEI Nº 11.959, de 29 de JUNHO de 2009), que, juntamente a outras revisões emergentes na legislação pesqueira, traz uma nova definição da atividade que transcende o conceito de pesca como atividade limitada à

captura no meio aquático, como era definida na lei anterior, dando espaço de reconhecimento como “trabalhadoras da pesca” àquelas mulheres que trabalham em atividades complementares à captura, iniciando um processo de direito ao usufruto dos benefícios sociais e econômicos antes destinados apenas aos que realizavam a captura.

### 3 O LITORAL DO PARANÁ

Sendo que o tema da presente dissertação é o trabalho das mulheres na pesca, no presente capítulo se apresentam aspectos biofísicos do litoral paranaense com foco na área costeira utilizada por dita atividade, e aspectos históricos e socioeconômicos gerais que a contextualizam.

#### 3.1 ASPECTOS BIOFÍSICOS DO LITORAL PARANAENSE

O litoral paranaense localiza-se entre os paralelos 25° e 26° de latitude sul e 48° e 49° de longitude oeste, com uma superfície total de cerca de 6.000 km<sup>2</sup>. Seus limites são o oceano Atlântico, ao leste, a Serra do Mar, ao oeste, os litorais dos Estados de São Paulo, ao norte, e Santa Catarina, ao sul. Administrativamente, o litoral é constituído pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá (FIGURA 03).

O clima da região é classificado como Cfa (segundo KÖEPPEN), caracterizado como subtropical úmido mesotérmico com verão quente, com a temperatura média anual entre 20,8°C e 22°C (IPARDES, 1990). A dinâmica dos ventos é controlada principalmente pelo Anticiclone do Atlântico Sul. Os ventos mais freqüentes são os de NE, com velocidade média de 4m/s, mas as massas de ar polar podem trazer tempestades do sul e sudeste durante o inverno e o vento pode chegar a 25 m/s, dificultando a navegação (IPARDES, 1990). O sistema de brisa na região é relevante, sendo detectadas velocidades de até 2 m/s nos meses de novembro a março (CAMARGO; MARONE, 1996). As chuvas que caem no litoral são dos tipos ciclônico, orográfico e de convecção. A média anual está em torno de 2.500 mm. As chuvas ocorrem em mais de 100 dias no ano e há anos que ela ocorre em mais de 200 dias. É no verão que ocorrem as maiores precipitações em 24 horas, sendo freqüentes valores de 100 mm, podendo alcançar máximos de 400 mm (IPARDES, 1990).



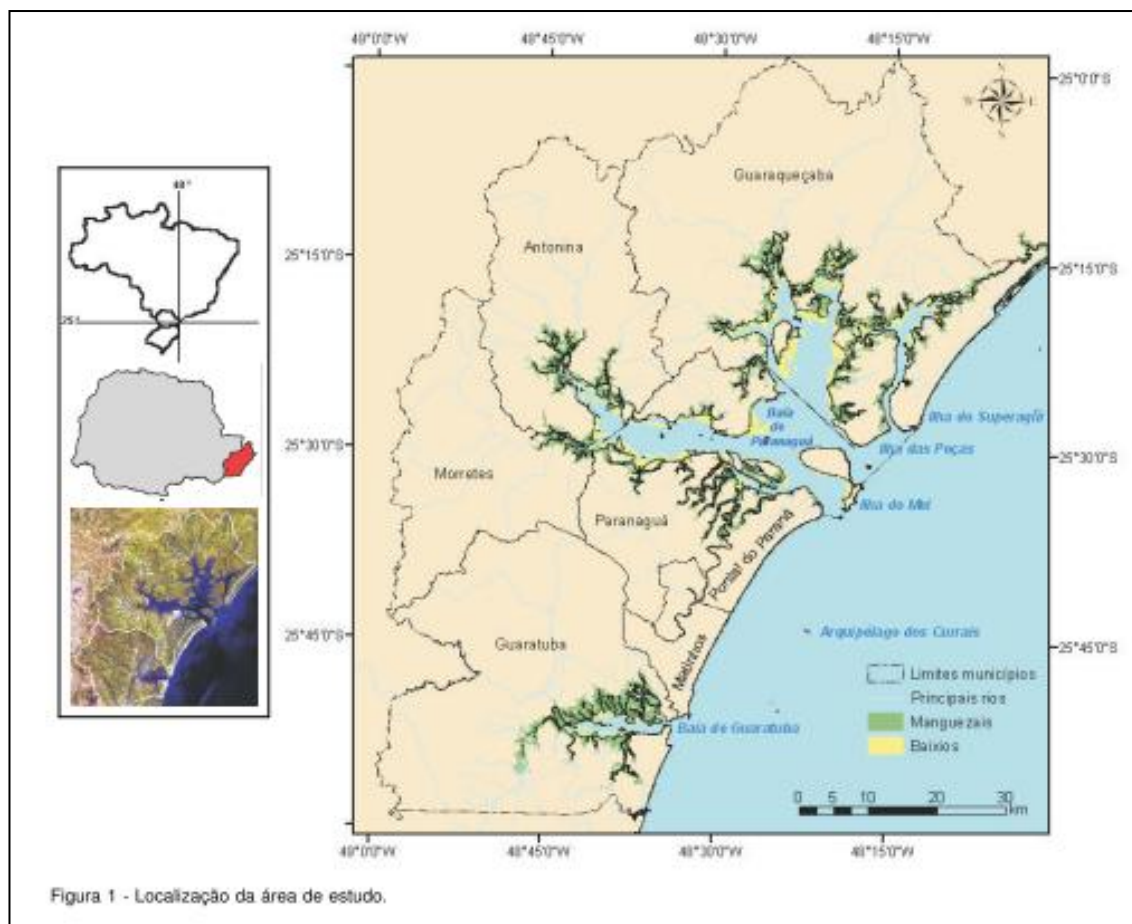


FIGURA 03 – Área de estudo: O litoral do Paraná  
 FONTE: NOERNBERG *et al.*, 2008

O litoral é formado por uma extensa planície costeira caracterizada por praias arenosas, pela presença de sistemas estuarinos (o CEP - Complexo Estuarino de Paranaguá, na porção norte, e a Baía de Guaratuba, ao sul) e pela plataforma continental. Quando se considera a distância entre seu limite norte e sul, possui apenas 107 km de extensão, sendo considerada a segunda menor do Brasil, mas, somando-se a costa profundamente recortada pelos estuários e as ilhas seu comprimento fica em torno de 1.400 km.

As praias arenosas compõem a linha de costa exposta ao oceano, enquanto o interior das baías é margeado principalmente de planícies de maré. A maior parte dessas planícies é ocupada pelos manguezais, e entre os manguezais e o estuário, ocorrem marismas formados por *Spartina* e bancos arenosos e areno-argilosos, sem vegetação (ANGULO *et al.*, 2004).

O sistema denominado Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP) possui dois eixos principais: um de orientação leste-oeste, formado pelas baías de Antonina

e de Paranaguá, com comprimento de aproximadamente 45 km e largura máxima em torno de 7 km, e outro eixo de orientação norte-sul, constituído pelas baías das Laranjeiras e Pinheiros, com comprimento aproximado de 30 km e largura máxima em torno de 13 km. O complexo estuarino se comunica com o mar por duas desembocaduras localizadas entre Pontal do Sul e Ilha do Mel - desembocadura Sul - e entre as ilhas do Mel e das Peças - desembocadura Norte.

A maré é do tipo semi-diurna com desigualdades diurnas, ou seja, ocorrem duas preamares e duas baixamares por dia, com amplitudes diferentes e média de 2,2 m. Medidas realizadas nas baías de Paranaguá e Antonina mostram um efeito de amplificação na variação da maré em direção à cabeceira deste estuário (MANTOVANELLI 1999).

O sistema é classificado como parcialmente misturado do tipo B, com heterogeneidades laterais. Em estuários deste tipo, normalmente rasos, a salinidade aumenta de montante para jusante em todas as profundidades (MARONE *et al.*, 1997). A salinidade média varia entre 12 a 29 no verão e 20 a 34 no inverno. A profundidade média é de 5,4 m, ocorrendo extensos baixios, com profundidades inferiores a 2 m, que podem ficar emersos durante as maiores baixa-mares. Somente nos dois canais principais da baía, as profundidades ultrapassam 10 m, atingindo em alguns locais 20 m (ANGULO *et al.*, 2004).

A Baía de Guaratuba é um corpo de água raso, de orientação leste-oeste, com comprimento em torno de 16 km e largura máxima aproximada de 3 km, quando se considera a linha de maré baixa, e 10 km, quando se inclui a planície de maré. Sua comunicação com o oceano é feita por uma única e estreita desembocadura, com aproximadamente 500 m de largura, limitada por pontais rochosos correspondentes ao extremo meridional da Serra da Prata, ao norte, e ao Morro de Guaratuba, ao sul. Os mapas batimétricos mostram que a Baía de Guaratuba possui características morfológicas diversificadas: no interior, os fundos rasos são representados por baixios e planícies de maré, e no setor próximo à desembocadura, existem canais profundos, variando entre 5m e 20m de profundidade, que foram formados em conseqüência da alta energia hidrodinâmica. A salinidade é alta e pouco variável na desembocadura, em torno de 30 a 32, e muito variável na embocadura, onde pode atingir valores de 1 a 31 (ANGULO *et al.*, 2004).

A plataforma costeira paranaense é extensa e homogênea, com profundidades inferiores a 30 m e com o talude situado a 200 km da linha de costa. Até aproximadamente 100 m de profundidade, predominam as águas costeiras influenciadas pela penetração da Água Central do Atlântico (ACAS). A maior parte do fundo é composto por areias, lamas e argilas, de origem continental e fluvial. A salinidade das águas varia entre 28 e 37 ppm, com os valores mínimos nos extratos superficiais da coluna d'água ocorrendo no verão (BRANDINI *et al.*, 2006).

A diversidade geológica, geomorfológica e dinâmica do litoral propicia a formação de inúmeros tipos de costa. ANGULO e ARAÚJO (1996), classificaram as costas paranaenses em três tipos principais: (a) oceânicas ou de mar aberto; (b) estuarinas ou protegidas; e, fazendo a ligação entre elas, (c) costas associadas às desembocaduras de estuários e complexos estuarinos.

A costa estuarina ocorre no interior de estuários e complexos estuarinos e tem sua dinâmica dominada pelas marés. Caracteriza-se pela presença de extensas planícies de maré recobertas principalmente por manguezais. Em alguns locais, canais de maré erodem terraços arenosos e formam-se falésias de até 10 m de altura; em outros locais, onde as ondas possuem energia suficiente, desenvolvem-se pequenas praias arenosas. As costas estuarinas paranaenses são observadas no interior das baías de Paranaguá e Guaratuba, no mar do Ararapira, no extremo norte do litoral, e no rio Saí-Guaçu, extremo sul, e têm comprimento aproximado de 1.317 km (ANGULO; ARAÚJO, 1996).

As costas de desembocadura ocorrem próximas às desembocaduras tanto voltadas para o estuário como para o mar aberto. Possuem dinâmica complexa, pois além de ondas e correntes de deriva litorânea, também são influenciadas pelas correntes de maré. Caracterizam-se normalmente pela ocorrência de praias arenosas e, em locais protegidos, de pequenas planícies de maré. Seus limites podem variar temporal e espacialmente, dependentes da dinâmica das desembocaduras. No litoral, essas praias ocorrem nas áreas de influência das desembocaduras do mar do Ararapira, Baía de Paranaguá, canal do Superagüi, Baía de Guaratuba e rio Saí-Guaçu, e totalizam cerca de 100 km de comprimento (ANGULO; ARAÚJO, 1996; ANGULO *et al.*, 2004).

A costa oceânica é retilínea e possui orientação aproximadamente nordeste, é voltada para mar aberto onde não se apresenta influência significativa das desembocaduras estuarinas e cuja dinâmica é dominada por ondas e correntes de

deriva litorânea. Caracteriza-se pela presença de praias arenosas e, em alguns locais, por costões rochosos. As praias consideradas oceânicas no litoral paranaense são a Praia Deserta de Superagüi, o arco praiial entre Pontal do Sul e a Ponta de Matinhos, a Praia Brava de Caiobá, a Praia de Guaratuba e Praia de Brejatuba, somando apenas 61 km de comprimento (BIGARELLA *et al.*, 1978; ÂNGULO; ARAÚJO, 1996; ANGULO *et al.*, 2004).

### 3.2 HISTÓRICO DE USO E OCUPAÇÃO E O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO LITORAL PARANAENSE

Segundo os registros históricos, a ocupação do litoral se iniciou pelo homem do sambaqui, há, mais ou menos, 6.000 anos. Contudo, pouco se tem de informação sobre a cultura dessas populações. Os melhores registros datam a partir da chegada dos europeus, quando a cultura do sambaqui já era extinta e a região encontrava-se ocupada pelos índios carijós. Sabe-se que esses nativos tinham estreita relação com a costa através de atividades de pesca (BIGARELLA, 1999; IPARDES, 2001 e PIERRI *et al.*, 2008).

A ocupação européia no estado iniciou-se pelo litoral, impulsionada pela exploração do ouro, no século XVI. O padrão de ocupação dos primeiros europeus corresponde a uma localização estratégica à economia e ao transporte. As primeiras vilas se estabeleceram no interior do estuário e próximas a canais favoráveis à navegação (IPARDES, 2001).

O uso portuário caracterizou a ocupação da região no século seguinte, quando a população já era suficiente também para impulsionar a produção de alimentos destinados ao abastecimento local. No século XVIII, as cidades de Paranaguá e Antonina se constituíram como eixo central da economia. Antonina, sendo mais próxima da capital, ganhou conexão terrestre com o planalto e conquistou o *status* de cidade portuária na década de 1920 (IPARDES, 2001).

Até o início do século XIX, o litoral prosperou com os ciclos do café, do arroz, do açúcar e da erva-mate, chegando a ser a região economicamente mais desenvolvida do estado. Nessa época, a atividade de pesca era bastante difundida, realizada para autoconsumo pela maioria da população, mas também como atividade econômica dirigida ao mercado, sendo o peixe seco, em certo momento,

um dos principais produtos de exportação do Porto de Paranaguá (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999; MIGUEL, 1997<sup>6</sup> *apud* ANDRIGUETTO-FILHO, 2003).

A partir da segunda metade do século XIX, a produção agrícola do litoral entra em crise, frente à preferência do Estado em impulsionar e financiar a produção das regiões do planalto. A economia de Antonina entra em declínio, juntamente com a atividade de seu porto.

Pouco depois, a agricultura de queimada, centrada na plantação de banana, possibilitou certa reorganização da atividade agrícola, atraindo imigrantes ao litoral norte e resultando num crescimento econômico e populacional marcante para o município de Guaraqueçaba. Em meados de 1930, começam a aparecer os efeitos de perda de produtividade do solo e a atividade agrícola é economicamente suplantada pelo litoral paulista (MIGUEL, 1997<sup>7</sup> *apud* ANDRIGUETTO-FILHO, 2003).

A partir daí, a agricultura passa a ser limitada à produção para autoconsumo e venda apenas para o mercado local. Intensificam-se as migrações de agricultores para as vilas ribeirinhas de Paranaguá, e para as regiões mais próximas à costa, com o esvaziamento das zonas rurais. Muitos agricultores-pescadores passam a investir principalmente na pesca, e a esta começa a ser voltada ao mercado regional de maneira mais significativa. No final da década de 1960, as políticas estaduais incentivam as atividades agroflorestais, consolidando grandes latifúndios de exploração de madeira, palmito, café e de criação de búfalos (principalmente no município de Guaraqueçaba), o que resultou no desmatamento de grandes áreas e impulsionou ainda mais a migração dos pequenos agricultores (MIGUEL, 1997<sup>8</sup> *apud* ANDRIGUETTO-FILHO, 2003).

Nesse momento, a atividade portuária encontra-se consagrada devido à agricultura desenvolvida nos planaltos, mas é o Porto de Paranaguá e não o de Antonina, que recebe os investimentos necessários ao escoamento da produção. Em 1970, com o avanço da produção de soja para exportação, Paranaguá ganha conexões terrestres adequadas e tem o aprofundamento dos seus canais de navegação, possibilitando a entrada de navios maiores e mais modernos. Consagra-

---

<sup>6</sup> MIGUEL, L. A. 1997. Formation, évolution et transformation d'un système agraire dans le sud du Brésil: une paysannerie face à une politique de protection de l'environnement: Chronique d'une mort annoncée?. Tese de Doutorado, Institut National Agronomique Paris - Grignon, Paris.

<sup>7</sup> *Op. Cit.*

<sup>8</sup> *Op. Cit.*

se assim como principal porto do estado, substituindo o de Antonina, e se mantém de forma eficiente até os dias atuais (PIERRI, 2003).

A segunda metade do século XX é marcada pela consagração de dois novos usos para o litoral: o uso balneário e o de conservação. Entre as décadas de 1920 e 30, se inicia a ocupação balneária, realizada primeiramente por curitibanos. São implantados os primeiros loteamentos da orla, é aberta a Estrada do Mar ligando a rodovia portuária a um ponto central da orla oceânica, com a criação da Vila de Praia de Leste e, logo depois, originando o município de Matinhos. Define-se o modelo de ocupação da orla voltada ao mar aberto, que se apressa a partir dos anos cinqüenta, com ações por parte do governo para melhorar as condições de salubridade e as vias de acesso (SAMPAIO, 2006).

Ao final dos anos 1980, toda a extensão sul da orla litorânea (municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba) é tomada pelo uso balneário. Na costa de mar aberto, há uma expansão e densificação de edificações voltadas ao uso sazonal de veranistas na região mais próxima à linha de costa e a instalação de marinas, nas margens das baías e rios, suplantando, em ambos os espaços, as áreas utilizadas pelas comunidades de pescadores (DESCHAMPS, 2000; SAMPAIO, 2006).

O crescimento balneário não foi conduzido no sentido da construção de um desenvolvimento sustentável para esses municípios. Do ponto de vista ambiental, a ocupação se realizou desconsiderando restrições físicas e naturais, sem realizar as obras de infra-estrutura necessárias, e sem prover os serviços adequados, de forma que se criaram diversos problemas, tais como inundações regulares por dificuldade de drenagem, erosão das praias por ocupação da área de restinga e dunas, contaminação do solo, das águas e praias por falta de saneamento, entre outros. Do ponto de vista socioeconômico, os limites estruturais de um turismo sazonal limitado a dois meses do verão, e com um público fundamentalmente de classe média baixa, não consegue sustentar devidamente a população permanente acrescida por uma forte imigração (PIERRI, 2003; SAMPAIO, 2006).

Paralelo aos demais acontecimentos históricos surgem, em 1980, políticas nacionais e estaduais de caráter preservacionista, que consistiram na criação de várias unidades de conservação e regulamentação das atividades econômicas baseadas em recursos naturais<sup>9</sup>. Neste momento, foram incentivadas novas

---

<sup>9</sup> Entre 1980 e 1990 foram criados o Parque Natural do Marumbi e a Estação Ecológica de Guaraqueçaba (1982); a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (1985); e o Parque

atividades agrícolas para as áreas rurais, principalmente a plantação de palmito nativo (Morretes e Guaraqueçaba), e se instituíram leis para proteger os recursos pesqueiros da baía, com regulamentações acima das técnicas, os desembarques e o calendário da pesca estuarina (RAYNAUT *et al.*, 2002; PIERRI *et al.*, 2006).

Os municípios de Guaraqueçaba e de Guaratuba foram os mais atingidos pela política ambiental, que priorizou a conservação de áreas de Mata Atlântica economicamente marginalizadas. Guaraqueçaba teve cerca de 80% do seu território demarcado como área de conservação, limitando fortemente suas atividades econômicas e sendo marcando mais uma vez por movimentos migratórios internos em direção à costa - acrescentando a população que tenta sobreviver da pesca - e externos para o centro regional do litoral (Paranaguá) (IPARDES, 2001).

A criação das unidades de conservação trouxe sérios conflitos de uso e é, muitas vezes, erroneamente responsabilizada pelo baixo desenvolvimento da região litorânea. De fato, ela dificulta a conquista de condições de sustentabilidade socioeconômica para as populações internas e do entorno das áreas de preservação. Entretanto, a pobreza e a falta de oportunidades de grande parte da população rural do litoral norte, já haviam sido consagradas anteriormente, por perda de competitividade em relação a outras regiões do estado e de outros estados, pelas políticas de incentivo a atividades econômicas socialmente excludentes (produção extensiva no uso da terra de florestas e de búfalo) e pela falta de apoio às atividades agrícolas de pequeno e médio porte (RODRIGUES *et al.*, 2002-2003<sup>10</sup>, *apud* PIERRI *et al.*, 2006).

Assim, toma-se a caracterização atual do litoral, com as áreas urbanas formadas pelo município de Paranaguá estruturando-se e desenvolvendo-se principalmente para a função portuária e os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba com funções voltadas ao turismo, tentando adequar-se às necessidades de um padrão de ocupação e uso sazonal, sendo que Pontal do Paraná, tende a fortalecer atividades industriais e a implantar atividades portuárias devido às condições privilegiadas para este uso que tem a parte de sua costa

---

Nacional do Superagui (1990). Ainda em 1989 foi realizado o Zoneamento do Litoral e em 1992 foi criada a Área de Proteção Ambiental de Guaratuba.

<sup>10</sup> RODRIGUES, A.; TOMASSINO, H.; FOLADORI, G.; GREGORCZUK. É correto pensar a sustentabilidade a nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma área de proteção ambiental no litoral sul do Brasil. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v.5, n.2, p.109-127, ago./dez.2002; v.6, n.1, jan./jul.2003.

voltada ao estuário. As áreas rurais, formadas pelos municípios de Morretes e Guaraqueçaba, estão relativamente pouco povoadas e com as atividades agrícolas enfraquecidas, sendo que apresentam comunidades isoladas e inseridas em áreas de conservação ou na zona de amortecimento destas, supondo diferentes tipos de limites. Antonina não recuperou sua economia depois que a atividade portuária principal do estado foi centralizada por Paranaguá, desenvolvendo uma atividade portuária bem menor, e pesca artesanal, num contexto de forte desemprego (PIERRI *et al.*, 2006; PIERRI *et al.*, 2008).

Apesar das determinantes naturais apresentarem grande influência na ocupação e uso do solo costeiro paranaense, são os processos históricos de desenvolvimento econômico do Estado que se mostram como principais responsáveis pela configuração atual do seu espaço (PIERRI *et al.*, 2006). Os reflexos dos processos de ocupação mais recentes são demonstrados nos dados de densidade populacional, entre 1970 e 2007, e nos valores dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), da renda mensal *per capita* e nas taxas municipais de famílias em condição de pobreza, para o ano 2000 (TABELAs 02 e 03) (PIERRI, 2003; DESCHAMPS, 2008).

Em 2007, o litoral possuía uma população residente de 245.845 habitantes, distribuídos de formas muito desigual. Paranaguá tem apenas 13% da superfície total e concentra 54% dos habitantes (133.559), enquanto Guaraqueçaba, com 33% da superfície tem apenas 3% da população (7.732) (TABELA 02) (DESCHAMPS, 2008; PIERRI *et al.*, 2008).

A população do litoral duplicou entre os anos de 1970 e 2000, passando de 112.310 para 235.840 habitantes e as diferenças intra-regionais foram marcantes. O município de Paranaguá se destaca claramente entre os demais, concentrando metade da população litorânea desde a década de 1970, expressando a condição de pólo econômico regional. No extremo oposto, Antonina apresenta baixas taxas de crescimento até o ano 2000, e um déficit populacional entre 2000 e 2007, refletindo a perda do seu protagonismo portuário, que induziu a emigração de sua população (TABELA 02) (DESCHAMPS, 2008; PIERRI, 2003).

No ano 2000, Antonina apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,770 (próximo à média paranaense), uma renda *per capita* de R\$ 196,80, e 33,88% (1.876) das famílias vivendo em condições de pobreza (TABELA 03). O déficit populacional entre os anos 2000 e 2007, quando a população passou de



19.174 para 17.591, demonstra que o município se mantém numa fase de decadência econômica e expulsa sua população permanente (PIERRI, 2003; DESCHAMPS, 2008).

TABELA 02 – Área e população residente no litoral do Paraná, entre 1970 e 2007.

Município	Área		População 1970	População 2000	População 2007		
	km <sup>2</sup>	%			População	Densidade demográfica	%
Paranaguá	807	13	62.327	127.339	133.559	165	54
Antonina	880	15	16.448	19.174	17.581	20	7
Guaraqueçaba	2.030	33	7.648	8.288	7.732	4	3
Morretes	695	11	11.836	15.275	16.198	23	7
Guaratuba	1.329	22	9.734	27.257	30.793	23	13
Matinhos	117	2	4.317	24.184	23.357	199	10
Pontal do Paraná	201	3	-	14.323	16.625	82	7
Litoral do Paraná	6.061	100	112.310	235.840	245.845	41	100

FONTE: IBGE (2000, 2007), Adaptado de DESCHAMPS, 2008.

Em Paranaguá, no mesmo período, o IDH era de 0,782, a renda mensal *per capita* era de R\$ 305,36 reais, e a condição de pobreza foi identificada em 19,06 % das famílias (TABELA 03). Embora a porcentagem seja baixa comparada às demais regiões do estado, é preciso considerar que Paranaguá abriga quase a metade das famílias pobres que residem no litoral (7.094, de um total de 15.113), o que implica em um número considerável de famílias que não consegue atender as necessidades básicas de qualidade de vida (DESCHAMPS, 2008).

Guaraqueçaba foi o município que menos cresceu nos últimos anos. A população registrada em 1970 (7.648) é praticamente a mesma registrada para 2007 (7.732), o que provavelmente é reflexo da falta de desenvolvimento econômico e as restrições ambientais. O mesmo quadro, também pode ser utilizado para explicar, até certo ponto, a pequena variação populacional de Morretes (11.836 habitantes, em 1970, e 16.198 habitantes em 2007) (PIERRI, 2003; DESCHAMPS, 2008).

Guaraqueçaba se mantém com um perfil econômico agropecuário e pesqueiro, apresentando, no ano 2000, o pior IDH do litoral (0,659), a menor renda mensal *per capita* (R\$ 107,13), e a maior porcentagem de famílias em condição de pobreza (49,05%). A falta de alternativas e as restrições ambientais do município continuam a intensificar os movimentos migratórios históricos em direção a Paranaguá e do interior para a costa (IPARDES, 2001; RODRIGUES *et al.*, 2003 *apud* PIERRI *et al.*, 2006). Morretes possuía renda *per capita*, em 2000, de R\$ 223,13 e condição de pobreza em 23,78% do total de famílias. Sem limites com o

mar, o município aposta atualmente no turismo baseado no patrimônio histórico, em pratos regionais e no artesanato local que, até certo ponto, vêm garantindo o desenvolvimento econômico local (PIERRI, 2003; PIERRI *et al.*, 2006 e DESCHAMPS, 2008).

A ‘explosão’ da ocupação balneária, entre as décadas de 80 e 90, explica o alto crescimento populacional dos municípios de Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos registrado, claramente, até o ano 2000. A partir desse ano, o ritmo de crescimento demográfico nesses municípios diminuiu bastante. No período entre 2000 e 2007, apenas Pontal do Paraná e Guaratuba apresentaram um crescimento acima do vegetativo, atraindo certo volume de população externa, porém bem menor que antes de 2000. Desta forma, entre 2000 e 2007, Matinhos, assim como os demais municípios do litoral, não tem se mostrado área de atração populacional, senão área de expulsão demográfica (DESCHAMPS, 2008). Isto está indicando que as atividades durante a temporada vinculadas ao turismo e as que se realizam no restante do ano, (construção civil, vigilância e manutenção das propriedades dos veranistas, comércio informal, etc.) resultam insuficientes para reter parte da população que buscou no litoral melhorar sua condição de vida (PIERRI, 2003; DESCHAMPS, 2008).

O IDH de Matinhos calculado para o ano 2000, foi 0,793, melhor desempenho entre os municípios do litoral. Pontal do Paraná apresentou no mesmo período IDH de 0,788, e teve seu valor rebaixado por conta do subíndice referente à renda (0,707). Em Guaratuba, o IDH foi 0,764, mais baixo entre os municípios praianos, devido a baixo desempenho nos componentes expectativas de vida e educação. Pontal do Paraná possuía a menor renda *per capita* (R\$ 269,09) e Matinhos a maior (R\$ 286,57), contudo os três apresentaram rendas superiores aos demais municípios do litoral, com exceção de Paranaguá. A porcentagem de famílias em condição de pobreza é relativamente próxima entre os municípios, sendo 18,47% em Matinhos e 21,89% em Guaratuba. Pontal do Paraná é o município que mais se aproxima da média estadual (município 20,20%, estadual 20,87%) e teve o menor número de famílias pobres entre os municípios do litoral, apresentando, em 2007, a segunda menor população da região costeira paranaense (16.625 habitantes) (DESCHAMPS, 2008).

TABELA 03 – Índice de desenvolvimento humano (IDH) e número de famílias em condição de pobreza para os municípios do litoral do Paraná, 2000.

Município	IDH_M	IDH_M Educação	IDH_M Longevidade	IDH_M Renda	Renda per capita (em R\$)	Famílias pobres	% de famílias em condição de pobreza
Pontal do Paraná	0,788	0,883	0,774	0,707	269,09	886	20,20
Antonina	0,770	0,844	0,811	0,655	196,80	1.876	33,88
Guaraqueçaba	0,659	0,760	0,663	0,553	107,13	1.123	49,05
Guaratuba	0,764	0,871	0,711	0,710	274,31	1.721	21,89
Matinhos	0,793	0,894	0,767	0,717	286,57	1.345	18,47
Morretes	0,755	0,878	0,711	0,675	223,13	1.068	23,78
Paranaguá	0,782	0,897	0,720	0,728	305,36	7.094	19,06
						589.42	
Litoral do Paraná	0,787	0,879	0,747	0,736	321,39	0	20,87

FONTE: PIERRI (2003) e PNUD (2003)

NOTA: Classificação segundo IDH – Elevado (0,800 e superior); Médio (0,500 – 0,799); Baixo (abaixo de 0,500)

O litoral do Paraná é marcado por complexidade e uma série de problemas nos sistemas naturais e sociais. A complexidade do espaço costeiro esta relacionada à variedade de ecossistemas, e à heterogeneidade das situações culturais e de condições de vida da população, convivendo ora com o isolamento ora com a urbanização. Neste quadro se destacam as desigualdades econômicas pautadas pelas diferentes condições de acesso aos recursos (dependentes de posse de capital e de terra, e da legislação ambiental), assim como pelas disparidades de inserção no mercado, num contexto onde a maioria das indústrias está concentrada na região portuária (ANDRIGUETTO-FILHO e MARCHIORO, 2002).

Em síntese, o litoral paranaense apresenta vários paradoxos. Em primeiro lugar, apresenta uma grande riqueza natural em termos de ecossistemas e biodiversidade, e a maioria de seu território sob diferentes regimes de conservação, porém, isso não tem evitado a geração de importantes problemas ambientais derivados das formas de ocupação e uso e das formas ineficientes de gestão. Em segundo lugar, o litoral paranaense atrai atividades econômicas importantes e dinâmicas, como a portuária e a turística que, por diferentes motivos, resultam insuficientes para embasar o desenvolvimento econômico sustentado da região e para superar as desigualdades, a pobreza e a falta de expectativas de grande parte da população permanente. E, em terceiro lugar, do ponto de vista de quem se

beneficia das oportunidades e atividades presentes, o litoral serve muito mais à economia e o bem estar de setores externos ao mesmo (exportadores, turistas, etc.) que à economia e o bem estar próprios (PIERRI, 2003; PIERRI *et al*, 2006).

## 4 METODOLOGIA

A presente pesquisa, realizada entre novembro de 2007 e agosto de 2009, foi feita em três etapas. A primeira, depois da revisão bibliográfica básica, tratou-se de uma fase exploratória, de identificação dos casos representativos dos tipos de trabalho realizados pelas mulheres, a partir do qual foram construídos os roteiros de observação e perguntas. A segunda etapa incluiu a aplicação de um questionário semi-estruturado, a realização de entrevistas abertas com roteiro, conversas informais e observações participativas para os sete casos escolhidos. A última etapa serviu para corroborar e ou somar informações àquelas obtidas anteriormente. A revisão bibliográfica continuou-se ao longo de todo o período.

### 4.1 FASE EXPLORATÓRIA

A primeira fase iniciou com a revisão bibliográfica sobre o tema geral da pesca e a inserção da mulher na atividade, realizada através do ordenamento e análise das informações secundárias já existentes, somadas às informações do banco de dados do laboratório Sócioambiental do CEM/UFPR. Desta forma foi elaborado um panorama geral referente às formas de inserção da mulher trabalhadora na atividade pesqueira do Estado, diferenciando os tipos de trabalho realizados e relacionando-os com localização das comunidades, tipos de pesca desenvolvidos, e tipos de comercialização dos produtos. As informações não contempladas pelo banco de dados e/ou documentos foram coletadas por meio de visitas às comunidades de pescadores e entrevistas pertinentes a cada caso.

Nesta etapa foram realizadas cinco entrevistas abertas: três com as pessoas que ocupavam o cargo de Presidente nas Colônias de Pescadores Z1 de Paranaguá, Z4 de Matinhos e Z8 de Antonina e duas com as pessoas que ocupavam cargos na secretaria das Colônias Z5 de Pontal do Paraná e Z7 de Guaratuba. O roteiro dessas entrevistas privilegiou a obtenção de informações referentes às atividades de pesca realizadas nos municípios tais como: número de pescadores (registrados e não registrados), número aproximado de mulheres envolvidas na atividade pesqueira, identificação das vilas/balneários onde se realiza cada um dos trabalhos, identificação de mulheres ocupando cargos nas Colônias de Pescadores, e a identificação das pessoas mais indicadas para falar do histórico de participação das mulheres em cada atividade pesqueira (ANEXO 1).

Num terceiro momento, foram realizadas visitas a campo para conhecer e escolher os casos a serem aprofundados. Em cada local visitado foi explicitado às mulheres abordadas o objetivo da investigação e o roteiro das conversas privilegiou temáticas referentes às atividades desenvolvidas por elas, às práticas de pesca local e o número de trabalhadoras que elas reconheciam como envolvidas em cada atividade. Estas visitas foram realizadas na residência de algumas trabalhadoras das vilas Portinho, Graciosa, Polacos e Ponta da Pita, no município de Antonina; nos mercados de venda de pescado em Shangri-lá, no município de Pontal do Paraná, e no município de Matinhos; na Vila Guarani e no mercado municipal em Paranaguá, e nos mercados comunitários de Piçarras e Caieiras, no município de Guaratuba.

Em base às informações desse levantamento inicial, foram escolhidos sete casos que representam diferentes quadros pesqueiros e tipos de trabalho realizados pelas mulheres, considerando especificidades das comunidades onde estes se localizam aos efeitos de colher uma maior diversidade de situações.

Esta etapa de pesquisa foi bastante útil para adequação dos questionários e entrevistas e direcionamento do foco de observação para as especificidades de cada caso escolhido. Nesse momento, optou-se por não realizar as investidas de campo nas épocas de temporada de veraneio e feriados devido à densa movimentação de compradores. Por um lado, esta estratégia levou à perda de representatividade quantitativa de trabalhadoras e pode ter acarretado em deixar de fora algumas formas de relações existentes. Por outro, priorizou-se a obtenção de informações qualitativas que requerem maior tempo disponível para conversas e entrevistas. Dessa forma, para informantes-chave desta pesquisa foram escolhidas as pessoas que trabalhavam com a atividade há pelo menos 20 anos e conheciam grande parte dos demais envolvidos, confiando no fato de que sabiam dar informações sobre o número de trabalhadores não presentes no momento e os tipos de estratégias utilizadas por eles.

Vale ressaltar, que, além das localidades visitadas, a autora identificou os trabalhos realizados pelas mulheres no município de Guaraqueçaba e nas indústrias de processamento de pescado localizadas no município de Guaratuba. As mulheres do município de Guaraqueçaba não foram incluídas como caso a ser investigado nessa pesquisa devido a sua situação na atividade pesqueira já ter sido parcialmente investigada pelo Laboratório Socioambiental do CEM/UFPR, através de um estudo realizado na Vila das Peças (Ilha das Peças - Guaraqueçaba), sobre a

participação da mulher na reprodução econômica e social da comunidade de pescadores da vila. Além disso, o acesso relativamente difícil às comunidades do local dificultaria a realização dos procedimentos de campo, demandando um maior período de tempo e dedicação. No que diz respeito às mulheres que trabalham como operárias da indústria de processamento do pescado, o fato de apresentarem um contexto particular de organização e relações de trabalho, que requer a análise de um universo técnico, natural e social distinto, resultou na opção de realizar uma investigação específica num momento posterior a esse, também no âmbito dos trabalhos do Laboratório Socioambiental do CEM/UFPR.

Os casos escolhidos para o estudo mais aprofundado foram: 1) a pesca do arrastão direcionada à captura da tainha realizada no balneário de Pontal do Sul (Pontal do Paraná); 2) a coleta de mariscos marinhos realizada pelas comunidades de pescadores da Vila dos Polacos (Antonina); 3) o beneficiamento e a comercialização do siri na comunidade de pescadores da Vila Portinho (Antonina); 4) o beneficiamento e comercialização do pescado no mercado comunitário de pescadores do balneário de Shangri-lá (Pontal do Paraná); 5) o beneficiamento e a comercialização do pescado no mercado comunitário de pescadores de Matinhos; 6) o beneficiamento e a comercialização do pescado no mercado comunitário de pescadores do balneário de Piçarras (Guaratuba) e; 7) o beneficiamento do pescado no mercado municipal do município de Paranaguá.

#### 4.2 FASE DE INVESTIGAÇÃO DOS CASOS ESCOLHIDOS

Esta fase consistiu na coleta de dados em campo. Foram utilizadas as seguintes técnicas de levantamento de dados: aplicação de questionários semi-estruturados, entrevistas abertas com roteiro, e observação participante, abordando os diferentes tipos de trabalho dos casos escolhidos. Foram realizadas, ao todo, 73 entrevistas nesta etapa. Destas, 47 correspondem aos questionários aplicados às trabalhadoras, e 26 corresponderam a entrevistas feitas com informantes identificados como qualificados por conhecer o histórico dos trabalhos ou das atividades realizadas por elas. As informantes foram trabalhadoras escolhidas entre as que já tinham respondido ao questionário, quando estas se mostravam conhecedoras da realidade específica. O QUADRO 01 apresenta o período de investigação de cada um dos casos.

Município/local de trabalho	Atividades realizadas pelas mulheres	Período de realização da 2ª fase da pesquisa
Paranaguá/ Mercado Municipal Basílio Abud no centro histórico de Paranaguá	Beneficiamento de pescado	Fevereiro de 2008
Pontal do Paraná/ Mercado de Peixe no balneário de Shangri-lá	Beneficiamento e venda de pescado	Junho de 2008
Pontal do Paraná/ Praia do balneário de Pontal do Sul	Captura, beneficiamento e venda da tainha	Julho de 2008
Matinhos/ Merc. Munic. Manoel Machado no centro de Marinhos	Beneficiamento e venda de pescado	Novembro de 2008
Guaratuba/ Merc. Munic. de Pescados no balneário de Piçarras	Beneficiamento e venda de pescado	Novembro 2008
Antonina/ Residências na Vila Portinho	Beneficiamento e venda do siri	Março 2009
Antonina/ Baixio na Baía de Paranaguá e residências das vilas Polacos, Nova e Ponta da Pita	Coleta, beneficiamento e venda de marisco	Agosto de 2009

QUADRO 01 – Período de investigação de cada grupo de trabalho

Como uma terceira etapa foram realizadas novas entrevistas, com algumas das pessoas entrevistadas durante a primeira e a segunda fase, para confirmação das informações obtidas junto aos grupos de trabalhadoras e obtenção de novos elementos que se mostraram pertinentes à análise. Foram realizadas mais quatro entrevistas: uma com o Presidente da Colônia de Pescadores Z5 de Pontal do Paraná e três com pescadores, sendo dois do município de Matinhos e um de Guaratuba.

#### 4.2.1 Questionários aplicados às trabalhadoras

O questionário semi-estruturado consistiu em um grupo de perguntas de respostas abertas e fechadas e teve dois objetivos: a homogeneidade na coleta de informações pertinentes aos trabalhos da mulher na atividade pesqueira e a obtenção de informações relacionadas às condições de saúde e segurança no trabalho realizado por elas. Este último é objetivo de outra pesquisa desenvolvida pelo Laboratório Socioambiental em parceria com a Fundação Duprat Figueiredo de Saúde e Segurança do Trabalhador (FUNDACENTRO) realizada no âmbito do Projeto *Aquafórum* de Saúde e Segurança na Atividade Pesqueira<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> No qual a autora está inserida desde 2006.



Dessa forma o questionário foi formado por um conjunto de perguntas que abordaram os seguintes temas: i) identificação das trabalhadoras: local de residência, local de nascimento, situação civil, número de filhos, e escolaridade, atividades laborais e renda dela e dos familiares com quem divide a residência; ii) histórico da vida profissional: idade em que começou a trabalhar, empregos anteriores e paralelos; responsabilidade sobre o trabalho doméstico, postura do companheiro sobre o trabalho fora de casa, duração da jornada de trabalho, detalhe das tarefas realizadas, instrumentos utilizados, vínculo empregatício e forma de remuneração, origem dos produtos, posturas de trabalho, doenças e acidentes relacionados às atividades desenvolvidas ou às condições do ambiente de trabalho, auxílio técnico relacionado à atividade; e iii) associação e benefícios relacionados a direitos trabalhistas: filiação e formas de participação na Colônia de Pescadores e outras associações; Carteira de Pesca, Seguro Defeso, Licença Maternidade, Auxílios Doença, Aposentadoria, e postura sobre a procura de informações relacionadas a direitos trabalhistas e previdenciários (ANEXO 1).

#### **4.2.2 Entrevistas abertas com roteiro**

As entrevistas foram guiadas por roteiros de perguntas abertas. Essas intervenções foram realizadas paralelamente ao período da aplicação dos questionários e após a aplicação destes. Elas tiveram como objetivo validar alguns dados obtidos anteriormente e obter novas informações sobre o histórico de participação das mulheres em cada atividade, sobre o contingente de mulheres não entrevistadas por meio do questionário e sobre os demais atores e elementos pertinentes às formas de organização social do trabalho. Os roteiros que abordaram questões relativas à atividade de pesca de cada local e a participação das mulheres foram comuns para os diferentes entrevistados. Em alguns casos, foi necessária a construção de roteiros específicos para entender o contexto dos casos abordados. Para informações sobre os mercados comunitários foram entrevistadas donas de banca de venda, pescadores e as pessoas responsáveis pela administração do local. No caso do Mercado Municipal de Paranaguá foi entrevistado um dono de peixaria do local, e, no caso de Antonina, foi entrevistado um atravessador local da carne de siri. Uma síntese do conjunto de questões contidas em cada roteiro é apresentada a seguir.

As entrevistas sobre a atividade de pesca e a participação da mulher nos processos de trabalho abordaram questões relativas aos seguintes temas: i) calendário de pesca do local; ii) recursos de maior valor econômico; iii) tipos de embarcações e apetrechos utilizados; iv) o valor das embarcações e apetrechos; v) formas de organização do trabalho na captura, no beneficiamento e na venda dos pescados; vi) número de trabalhadores (as) envolvidos na captura, no beneficiamento e na comercialização; vii) formas de comercialização e número de atravessadores envolvidos; viii) as influências ambientais na quantidade de recurso capturada; ix) quem e como se escolhem os locais de captura; x) instrumentos necessários para a realização do beneficiamento e da comercialização e a propriedade dos instrumentos; xi) e quais os principais custos para a realização do trabalho (ANEXO 01).

O roteiro das entrevistas sobre os mercados comunitários abordou as seguintes questões: i) data e forma de construção do estabelecimento; ii) forma de divisão das bancas na época da construção e a atual; iii) quem são os donos das bancas; iv) formas de se perder o direito a banca; v) forma de divisão dos custos do mercado; vi) origem dos produtos vendidos; vii) forma de compra e venda dos produtos; viii) como e onde é feita a limpeza dos pescados; ix) existem pessoas contratadas para o beneficiamento; x) como é feita a escolha dessas trabalhadoras, quanto recebem e forma de remuneração; xi) quando as mulheres começaram a trabalhar no local e de que forma isso aconteceu; xii) de onde vem o gelo e as embalagens e quanto custam; xiii) responsabilidade sobre a limpeza do local, quanto se paga e qual a forma de remuneração; xiv) existência de outros locais de venda do pescado e onde são; xv) existência de outros tipos de comercialização do pescado, quais, o que é vendido, quanto e em que época do ano (ANEXO 01).

A entrevista realizada com o dono de peixaria no mercado de Paranaguá abordou questões sobre a origem dos recursos vendidos, a quantidade de pessoas que prestam o serviço de beneficiamento, a forma de contratação das pessoas, e valor e forma de remuneração dos trabalhadores (ANEXO 01).

A entrevista realizada com o atravessador de carne de siri da Vila Portinho em Antonina perguntou sobre as formas de compra e venda da produção, de contratação de mão-de-obra para o beneficiamento, a quantidade de pescadores e mulheres envolvidas na atividade, os valores de compra e venda do pescado, o

custo do beneficiamento e o número de atravessadores presentes na Vila (ANEXO 01).

#### **4.2.3 Roteiro do pesquisador**

Um roteiro de observação e descrição das informações relatadas foi utilizado em todas as visitas de campo realizadas para aplicação de questionários e em algumas das ocasiões de realização das entrevistas abertas. Da mesma forma que os anteriores, ele serviu de garantia para que nenhum dos pontos pertinentes à pesquisa fosse esquecido durante o campo de forma a homogeneizar a coleta de informações em todos os locais visitados. O roteiro era preenchido entre uma conversa e outra (questionário e entrevistas abertas) e complementado pela pesquisadora após a realização das visitas.

Eram descritas as seguintes informações: i) número de mulheres trabalhando no local da visita; ii) tipo de recurso, detalhe das tarefas desempenhadas e formas de divisão do trabalho; iii) vínculo empregatício e formas de remuneração declarados pelas mulheres; iv) posturas e esforços das trabalhadoras, horários de trabalho e o que, segundo as trabalhadoras, estipulava a duração da jornada de trabalho; v) vestimentas, instrumentos de trabalho, condições e propriedade dos instrumentos; vi) utilização de equipamentos ou medidas de proteção contra acidentes de trabalho; vii) condições de higiene, local e forma de armazenamento dos produtos, local e forma de descarte dos resíduos; viii) presença de banheiros, local para o descanso, realização das refeições e para acondicionar objetos pessoais; ix) presença de crianças no local; x) existência de alguma forma de fiscalização declarada pelas trabalhadoras; xi) relatos de interesse em curso de qualificação e auxílio técnico, sobre a participação nos encontros da pesca e sobre conhecimento e interesse acerca da Articulação Nacional das Mulheres na Pesca.

O QUADRO 02 apresenta o número de entrevistas realizadas para cada tipo de atividade investigada identificando as pessoas entrevistadas. Todos os instrumentos de pesquisa utilizados na fase de investigação encontram-se no ANEXO 01.

Município/local de trabalho	Identificação dos entrevistados <sup>12</sup>				Nº entrevistas
	1ª etapa (pesquisa exploratória)	2ª etapa (investigação dos grupos)		3ª etapa (investigação dos grupos)	
	Entrevistas abertas	Aplicação de questionários	Entrevistas semi-estruturadas	Entrevistas complementares	
Pontal do Paraná/ Praia em Pontal do Sul	---	(7) pescadoras de arrastão de praia;	(1) armadora da pescaria; (2) pescadoras de arrastão de praia	---	10
Pontal do Paraná/ Mercado de Peixe em Shangri-lá	(1) Secretária da Colônia de Pescadores, beneficiadora e comerciante de pescado	(6) beneficiadoras e comerciantes de pescado.	(2) beneficiadoras e comerciantes de pescado (2) pescadores	(1) Presidente da Colônia de Pescadores	12
Paranaguá/ Mercado Municipal em Paranaguá	(1) Presidente da Colônia de Pescadores	(7) beneficiadoras de pescado;	(2) beneficiadoras de pescado (1) proprietário de peixaria	--	11
Matinhos/ Merc. Munic. Manoel Machado em Matinhos	(1) Presidente da Colônia de Pescadores	(5) beneficiadoras e comerciantes de pescado;	(3) beneficiadoras e comerciantes de pescado	(2) pescadores	11
Guaratuba/ Merc. Munic. de Pescados em Piçarras	(1) Secretária da Colônia de Pescadores	(6) beneficiadoras e comerciantes de pescado; (2) beneficiadoras de pescado	(3) beneficiadoras e comerciantes de pescado (1) administrador do mercado	(1) pescador	14
Antonina/ Residências na Vila Portinho	(1) Presidente da Colônia de Pescadores	(5) beneficiadoras de siri; (3) beneficiadora e comerciante de siri;	(2) beneficiadoras e comerciantes de siri (2) pescadores (1) atravessador de siri.	--	14
Antonina/ Baixio na Baía de Paranaguá e residências das vilas em Antonina	---	(4) coletoras de marisco; (2) beneficiadoras de marisco	(2) coletoras de marisco; (1) coletora aposentada; e (1) pescador e dono de embarcação de transporte	--	10
Total de entrevistas	5	47	26	4	82

QUADRO 02 – Informações sobre as entrevistas realizadas nos casos investigados

<sup>12</sup> Os números entre parênteses indicam a quantidade de entrevistas realizadas em cada caso.

### 4.3 ANÁLISE DOS DADOS

As informações foram organizadas em banco de dados digital, aos efeitos de processar os dados quantitativos. A análise das mesmas foi realizada por meio da leitura percentual e indicadores estatísticos descritivos pertinentes.

As informações qualitativas obtidas com o roteiro de observação visual, bem como as demais entrevistas realizadas com informantes qualificados foram transcritas em formato digital. Os dados referentes a cada caso foram catalogados por assunto de interesse para complementação das informações tendo como produto uma primeira descrição com a unificação dos elementos coletados. Esta descrição foi dividida em: i) informações sobre os grupos entrevistados; ii) locais de trabalho; iii) os instrumentos de trabalho; iv) os processos de trabalho e; v) considerações econômicas e de trabalho. Esse produto foi utilizado para a análise de cada caso em particular e serviu posteriormente para a análise conjunta dos modos de inserção das mulheres nas atividades de pesca.

## 5 A PESCA, OS PESCADORES E AS PESCADORAS DO LITORAL DO PARANÁ

A pesca industrial da Região Sul do Brasil é responsável pela maior parte da produção da pesca extrativa marinha do país, representando 32% (168.249,5 t) da produção nacional registrada para o ano de 2006. Mas o Paraná não compartilha dessa realidade. Segundo a classificação utilizada pelo IBAMA, as atividades de pesca realizadas no litoral do estado se desenvolvem de maneira artesanal quando comparada ao resto do país<sup>13</sup>. Em 2006, a produção do Estado correspondeu a apenas 1% (1.993,0 t) do total produzido pela pesca marinha nos estados do Sul (TABELA 04) (IBAMA, 2008).

TABELA 04 – Produção da pesca extrativa marinha na região sul segundo formas de produção da atividade em 2006

Estado	Total		Pesca industrial		Pesca Artesanal	
	(t)	%	(t)	%	(t)	%
Paraná	1.993,0	1	0,0	0	1.993,0	100
Santa Catarina	127.164,0	76	117.681,0	93	9.483,0	7
Rio Grande do Sul	39.092,5	23	30.974,0	79	8.118,5	21
Total	168.249,5	100	148.655,0	88	19.594,5	12

FONTE: IBAMA (2008)

Apesar de sempre ter tido relevância secundária para o desenvolvimento econômico do litoral, quando comparada aos demais usos do espaço costeiro, a atividade pesqueira sempre foi o meio de produção de alimento e de geração de renda de uma significativa parte da população, além de ser uma das únicas atividades econômicas que tem como principais beneficiários as pessoas que vivem no litoral de forma permanente (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999; PIERRI *et al.*, 2006).

O estudo mais amplo e significativo sobre a pesca no litoral foi realizado por ANDRIGUETTO-FILHO que, em 1994, identificou 60 vilas de pescadores no litoral com mais de 5 residências permanentes (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999). Os pescadores foram encontrados em seis

<sup>13</sup> Ainda que o IBAMA considere para suas estatísticas que todo o segmento pesqueiro desenvolvido no litoral do Paraná seja artesanal, é necessário esclarecer que o faz considerando o contexto nacional. Por outro lado, os estudos que caracterizaram os sistemas técnicos de pesca do litoral do estado identificam um setor empresarial entre as pescarias, representado principalmente pela frota semi-industrial especializada na pesca de arrasto do camarão (ANDRIGUETTO ; MACHIORO, 2002; ANDRIGUETTO *et al.*, 2006). Assim, outros autores apresentam estatísticas diferentes referentes a forma da produção pesqueira.

dos sete municípios do litoral (todos exceto Morretes), seja em pequenos povoados exclusivamente pesqueiros, como em Guaraqueçaba, ou dispersos em bairros dos municípios urbanos, como em Antonina e Pontal, onde a minoria da população se dedica à atividade (FIGURA 04).

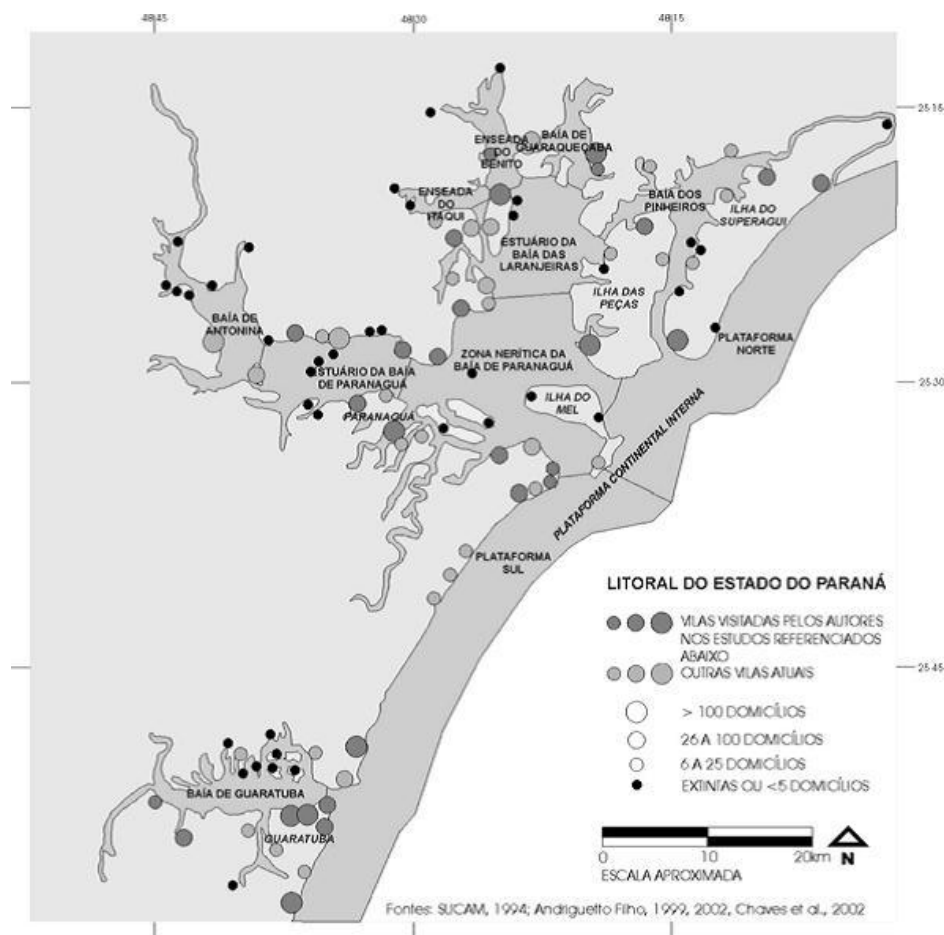


FIGURA 04 – Localização das vilas pesqueiras paranaenses  
 FONTE: ANDRIGUETTO-FILHO *et al.* 2006

Até 2003 o litoral possuía 4.277 pescadores profissionais registrados pelo MPA/PR, a maioria nos municípios de Guaraqueçaba (1000), Paranaguá (1001) e Guaratuba (900). Em Antonina existiam 700 pescadores registrados, em Pontal do Paraná, 365, e em Matinhos 215 (TABELA 05). Considerando a população total de 2007, Guaraqueçaba é o município que mantém seu perfil econômico-social mais ligado à pesca, onde um de cada sete moradores está registrado como pescador. Nos demais municípios essa proporção diminui, sendo em Antonina, um em cada 25 habitantes, em Guaratuba, um em cada 34 habitantes e em Pontal do Paraná um em cada 46 habitantes. Em muito menor proporção Matinhos e Paranaguá, apresentam um em cada 109 e a cada 133

habitantes registrados como pescadores, respectivamente (TABELA 05) (PIERRI *et al.*, 2008).

Não há registro sobre o número de mulheres que trabalham em atividades vinculadas à pesca no Paraná já que tanto os dados dos censos realizados pelo IBGE, quanto os registros do MPA e do IBAMA, restringiam-se ao total de pescadores e aqüicultores, sem discriminação por sexo. Sabe-se que existem tanto mulheres que realizam ditas atividades sem possuir carteira profissional quanto mulheres que possuem a carteira sem realizar nenhum trabalho do tipo, sendo esta última provavelmente a situação mais freqüente, tratando-se, comumente, de familiares diretas de pescadores homens (esposas, filhas, etc.) que recorrendo a subterfúgios, tiram a carteira com o fim de receber benefícios sociais tais como o seguro defeso<sup>14</sup> e a aposentadoria (PIERRI *et al.*, 2005).

No que se refere à população que se sustenta parcial ou totalmente da pesca, o número é maior do que o registrado pelo MPA. Considerando o grupo familiar dos pescadores<sup>15</sup>, outras pessoas diretamente envolvidas e os mercados imediatos da cadeia produtiva, estima-se que entre 11 e 15.000 pessoas no litoral estejam dependendo ou sendo beneficiadas com a atividade (ANDRIGUETTO-FILHO *et al.*, 2006; PIERRI *et al.*, 2008).

TABELA 05 – Quantidade e proporção de pescadores (2003) na população total dos municípios pesqueiros do litoral do Paraná (2007)

Município	População 2007 (*)	%	População de pescadores 2003 (**)	%	1 pescador a cada x habitantes
Antonina	17.581	7,6	700	16,5	25
Guaraqueçaba	7.732	3,4	1096	25,6	7
Guaratuba	30.793	13,4	900	21,0	34
Matinhos	23.357	10,2	215	5,0	109
Paranaguá	133.559	58,2	1001	23,4	133
Pontal do Paraná	16.625	7,2	365	8,6	46
TOTAL	229.647	100	4.277	100	54

FONTE: PIERRI *et al.* (2008)

NOTA: (\*) Contagem IBGE em 2007; (\*\*) Pescadores registrados no DPA/SEAP-PR, hoje MPA em 2003 (Antonina e Guaratuba foram estimados)

<sup>14</sup> Mudanças nas disposições sobre o defeso ocorridas recentemente (2008) limitam o seguro defeso àqueles pescadores proprietários de embarcações com licença de pesca de camarão e à tripulação declarada por este. Desta forma, aquelas mulheres com carteira que não sejam proprietárias dessas embarcações nem sejam declaradas como parte da tripulação, não recebem o seguro.

<sup>15</sup> Em 2007, segundo a Contagem Populacional do IBGE, o número médio de pessoas por família no Brasil era da ordem de 3,5 pessoas (DESCHAMPS, 2008).



O litoral também não possui registros sistemáticos sobre a atividade pesqueira, o que tem sido suprido, parcialmente, por alguns estudos recentes, sendo que alguns têm realizado medições de desembarque em certos locais por certo período, e outros tentam englobar a complexidade dos aspectos naturais, econômicos e sociais. Deve-se dizer também que o número de registros oficiais para a frota e os locais de desembarques podem não refletir a realidade, sendo controversos nos dados dos boletins expedidos pelas instituições (IBAMA, 2005; IBAMA, 2008).

Os principais tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores do litoral são: canoas, bateiras, botes, baleeiras e barcos. Os dois últimos são maiores e mais bem equipados. Existe ainda, um sem número de canoas a remo utilizadas no interior das baías. Grande parte delas são as chamadas '*canoas de um pau só*' que são construídas com troncos retirados da mata pelos próprios pescadores. As canoas a motor e bateiras são as embarcações utilizadas pelos pescadores de praias expostas, enquanto as bateiras de fundo chato, menores, são usadas para a pesca de fundeio e algumas outras práticas no interior das baías. Botes e barcos exigem porto mais abrigado, e o desembarque se faz em cais ou através de pequenas embarcações a remo (ANDRIGUETTO *et al.*, 2006). As principais características das embarcações de pesca do litoral paranaense são descritas no QUADRO 03.

O último censo estrutural da pesca realizado pelo IBAMA no litoral do Paraná, foi em 2004, e identificou uma frota de 1.563 embarcações. Dessas, cerca de 930 estavam registradas como motorizadas na sede regional da instituição em Paranaguá. O mesmo boletim catalogou 46 locais de desembarque de pescado no litoral, entre empresas de processamento, portos públicos e mercados comunitários, quase a metade dos quais estão situados no município de Guaraqueçaba (IBAMA, 2005).

A frota motorizada mais expressiva concentra-se em Guaratuba e está composta por inúmeras pequenas embarcações e cerca de 50 embarcações de grande porte (ANDRIGUETTO *et al.*, 2006). Levantamentos recentes sobre o número de embarcações foram realizados por CALDEIRA (2009) que identificou, em 2007, 140 embarcações motorizadas, principalmente canoas, em Pontal do Paraná, e por MALHEIROS (2008), que registrou 133 embarcações para a frota de captura do camarão (botes, bateiras e canoas a

motor) das Vilas de Superagui e das Peças, locais mais importantes no cenário econômico pesqueiro de Guaraqueçaba. Por sua parte, Matinhos possuía uma frota de 66 canoas a motor em 2009, segundo declarações do Presidente da Colônia de Pescadores para esta pesquisa.

Tipo Atributo	Canoa	Bateira	Bote	Barco
Construção	Casco de seção transversal em U e proa quilhada em V, monóxilo, ou seja, feito a partir de um único tronco de árvore escavado. Pode ser dotado de borda ou saia.	Casco com fundo em V (com quilha) ou chato, de tábuas coplanares (lisas) ou imbricadas (escamadas); proa e popa agudos (bicudos), sem porão, convés ou casario.	Casco com quilha, de tábuas encaixadas de forma coplanar (lisa); popa chata, sem porão (“boca aberta”); quando dotado de casario, este se encontra a proa. Os menores podem ter fundo chato.	Casco com quilha, de tábuas coplanares (lisas), ou imbricadas (escamadas); popa chata. Sempre dotada de porão, convés e casario à ré (instalações para a tripulação no convés - cabine, cozinha, beliches).
Comprimento	6 a 8 m (máx. 10 m).	Até 12 m de comprimento	De 7 até 12 ou mesmo 14 m	Acima de 12 m; podendo ultrapassar os 14 m
Propulsão	Remo, vela ou motor de centro, de 11 a 24 HP	Motor até 30 HP	Motor até 36 HP	Motor, usualmente acima dos 100 HP (alguns superiores a 150 HP)
Conservação de pescado	Usualmente nenhuma	Nenhuma ou caixa de gelo	Nenhuma ou caixa de gelo	Porão com gelo em barra ou escama
Capacidade	Centenas de quilos	(Não estimado)	Até 2.000 kg	8.000 kg (até 16.000 kg)
Autonomia	Pequena; volta ao porto diariamente	Pequena; volta ao porto diariamente	Pequena a média; volta ao porto diariamente ou viagens de poucos dias.	Grande; viagens de até duas semanas
Tripulação	1 ou 2	1 ou 2	1 ou 2	3 ou 4 (até 6)
Equipamento	Nenhum	Pode ter guincho. Nenhum eletrônico.	Os maiores podem ter tangones e guincho. Eventualmente eletrônicos, principalmente rádio.	Tangones e guincho. Rádio, navegação e sonda; às vezes sofisticados.
Área de atuação	A remo, nos interior das baías. A motor, em todo o litoral, no mar e nas baías.	Em todo o Litoral, principalmente em mar aberto.	Plataforma sul, de Barra do Saía até a Ilha do Mel.	Na plataforma, ao longo de toda a costa. Aportam no interior das baías.

QUADRO 03 – Características dos principais tipos de embarcação motorizadas utilizadas na pesca do litoral paranaense

FONTE: CALDEIRA (2009), adaptado de ANDRIGUETTO-FILHO *et al.* (2006)

Nas regiões situadas no interior e arredores das baías, de maneira geral, ainda predomina uma pesca artesanal rudimentar, com pescadores autônomos ou quinhoeiros, geralmente proprietários de instrumentos simples: canoas a remo, conjunto de linha e anzol, gerival (tarrafinhas), e panos de rede para a pesca de caceio ou deriva. Nessas regiões ocorrem inúmeras modalidades de pesca: i) pesca de espinhéis direcionadas às espécies de peixes bênticas; ii) pesca de fundeio, de caceio e de cerco fixo destinadas às espécies de peixes pelágicas e algumas demersais; iii) pesca de “gerival”<sup>16</sup> destinada à captura do camarão; iv) pesca com a rede de filó, destinada à captura da manjuba; e v) pesca com puçás, destinada à captura de siris (ANDRIGUETTO *et al.*, 2006).

A coleta de moluscos e crustáceos também é significativa, principalmente de ostras, bacucus, siris e caranguejos. NOERNBERG *et al.* (2008) identificaram 9 locais de extração de ostras, 17 de exploração de mariscos e 28 de coleta de caranguejos, considerando somente os locais mais próximos às comunidades de pescadores ribeirinhos. A extração desses recursos pode ocorrer também em locais distantes da residência dos extrativistas, abrangendo vários bosques do interior do CEP e da baía de Guaratuba (FRANCO, 2004; CALDEIRA, 2004; MIRANDA, 2004, ANDRIGUETTO FILHO *et al.*, 2006 e NOERNBERG *et al.*, 2008).

Nas praias oceânicas e na plataforma adjacente a maioria dos trabalhadores atua na pesca do camarão sete barbas e do camarão branco, realizado através do arrasto de porta, sendo a pesca mais importante em volume e valor econômico do litoral do Estado. As pescarias de peixes mais difundidas e importantes são: o fundeio de pescadas e cações. Além destas, são praticadas também a pesca de caceio, o “cambau” e o arrasto de praia. Os dois últimos são realizados apenas por alguns grupos de pescadores ao longo da costa (ANDRIGUETTO *et al.*, 2006; PINHEIRO, 2007).

Na plataforma é possível observar a existência de uma pesca semi-industrial empresarial em menor escala, mas que constitui a frota de maior porte para o padrão do estado e, pode representar uma pescaria de médio porte no contexto nacional. Trata-se da pesca de arrasto voltada

---

<sup>16</sup> Gerival ou tarrafinha é um apetrecho que consiste na modificação da tarrafa em uma pequena rede de arrasto destinado a captura do camarão.

exclusivamente ao camarão, realizada por “armadores” ou “tangoneiros” que se caracteriza como pesca especializada e que possui forte inserção no mercado (ANDRIGUETTO-FILHO *et al.*, 2006).

ANDRIGUETTO-FILHO *et al.* (2006) identificaram 56 nomes populares de recursos pesqueiros entre os trabalhos de registro de desembarque no litoral do Paraná. As principais espécies de peixes capturadas pelos pescadores são a **cavala** (*Scomberomorus cavalla*), a **sororoca** (*Scomberomorus brasiliensis*), a **salteira** (*Oligoplites saliens*), a **anchova** (*Pomatomidae*), a **pescada** (*Cynoscion acoupa*, *Cynoscion leiarchus* e *Macrodon ancylodon*), a **tainha** (*Mugil liza* e *Mugil platanus*), o **cação** (diversas espécies), a **corvina** (*Micropogonias furnier*), a **betara** (*Menticirrhus americanus* e *Menticirrhus littoralis*), o **paru** (*Chaetodipterus faber*), o **linguado** (*Paralichthys brasiliensis*), o **robalo** (*Centropomus parallelus* e *Centropomus undecimalis*), além da **mistura**, que consiste num aglomerado de espécies de pequeno porte e baixo valor comercial, que freqüentemente serve de alimento para a família dos pescadores (ANDRIGUETTO-FILHO *et al.*, 2006).

A atividade de cultivo ainda se mostra pouco significativa no litoral do Estado. A maioria constitui-se apenas da engorda de organismos extraídos do ambiente natural, (principalmente *Crassostrea rhizophorae*), realizada de forma embrionária por pescadores das costas estuarinas (CALDEIRA, 2004). Na baía de Guaratuba existe uma dezena de empreendimentos recentes. A atividade mostra ali sinais de crescimento. e é realizada tanto por pequenos empresários não pescadores, quanto por pescadores artesanais como atividade de complementação de renda (MAFRA, 2007).

Os trabalhos recentes realizados por ANDRIGUETTO-FILHO e seus colaboradores (1998; 2006; 2009) têm buscado uma abordagem interdisciplinar para tratar das atividades de pesca realizadas no Paraná. Assim procuram analisar a pesca integrada aos contextos natural e social da zona costeira, considerando que os processos de apropriação dos recursos configuram sistemas complexos que apresentam incertezas e que demandam a análise integrada dos seus componentes (ANDRIGUETTO-FILHO *et al.*, 2009).

Os trabalhos de ANDRIGUETTO-FILHO *et al.* (1998) e ANDRIGUETTO-FILHO (1999) apresentam os principais fatores de mudança nos sistemas técnicos de pesca do litoral do Paraná. Nesses estudos, os

sistemas de produção pesqueira foram descritos segundo diferentes sistemas técnicos e relacionados aos fatores ambientais e sócio-econômicos dos contextos locais.

Segundo os autores, a origem histórica dos pescadores do litoral é mista: parte deles, descende de agricultores-pescadores ou pescadores com raízes antigas paranaenses ou catarinenses; outros, têm origem exclusivamente agrícola e recente, tendo migrado do interior para trabalhar na pesca (ANDRIGUETTO-FILHO,1999).

As mudanças que se mostram mais marcantes na transformação da atividade ocorreram a partir das décadas de 1960 e 1970 e foram: a introdução do congelamento, dos motores de centro e das redes de náilon, trazidas principalmente pelos pescadores catarinenses; e as restrições legais de ordenamento da atividade, que se intensificaram conforme o aumento nos esforços de pesca e os sinais de declínio do estoque dos recursos<sup>17</sup>.

O congelamento não trouxe mudanças notórias a todos os pescadores, mas sim para aqueles que possuíam capital suficiente para a implementação das instalações. Os programas governamentais de introdução a novas tecnologias para mecanização da pesca, possibilitaram a exploração de regiões mais amplas e de uma maior diversidade de recursos, resultando no aumento o esforço de pesca. A falta de empregos e depressão da atividade pesqueira levaram os pescadores a apostar em novas estratégias oportunistas de geração de renda. Esses fatores são evidenciados pelo aumento no número de pescadores direcionados a pesca de arrasto de fundo do camarão - pela facilidade de aquisição dos equipamentos e por poder ser realizado somente por uma pessoa – que se tornou a única fonte de renda de muitas famílias de pescadores e a alternativa de renda de muitos não pescadores do litoral. Fora da pesca, os trabalhadores passaram a adquirir renda em empregos temporários, marcados pela informalidade e sazonalidade de oferta (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999).

A expansão do turismo influenciou diretamente no mercado consumidor e provocou mudanças culturais entre os pescadores. A expansão dos veículos

---

<sup>17</sup> As restrições consistem basicamente na proibição de apetrechos predatórios, estabelecimento no tamanho mínimo das malhas e estabelecimento de períodos de defeso, neste caso, voltado ao camarão.

de comunicação e a entrada de novas culturas (rurais e urbanas) também foram responsáveis pelas mudanças culturais nas comunidades de pesca. As mudanças ambientais provavelmente estão relacionadas à própria atividade, pelo aumento de práticas mais predatórias e do esforço sobre os recursos. No entanto, também recebem influência do aumento na intensidade das atividades humanas na zona costeira (portuárias, agrícolas e de turismo) que estariam levando a uma maior poluição, turbidez e assoreamento dos ambientes marinhos (ANDRIGETTO-FILHO, 1999).

Destarte, atualmente os sistemas pesqueiros do litoral não são homogêneos, sendo constituídos por uma diversidade de situações de pesca que podem ser separadas em dois grandes grupos: uma pesca mais rudimentar de baixa produção e outra com maior produção e mais diversificada. Grande parte da atividade pesqueira se desenvolve em pequena escala e as práticas utilizadas pelos pescadores se diferenciam pelo espaço, e dentro deles, pelos recursos. O nível tecnológico empregado, até certo ponto, é ascendente entre os espaços de baía, mistos e de mar aberto. Contudo, a espacialização não corresponde localização das comunidades dos pescadores, existindo trabalhadores que moram e desembarcam no interior das baías e pertencem a sistemas de pesca altamente tecnificados, realizados nos ambientes de plataforma. A FIGURA 03 traz uma sinopse da pesca no litoral do Paraná, evidenciando os grandes espaços pesqueiros com associações semelhantes dos recursos e práticas de pesca.

Recentemente, os sistemas pesqueiros foram re-enquadrados com base em critérios ecológicos, econômicos, sociais, tecnológicos e políticos e tipificados em oito sistemas de produção (ANDRIGUETTO-FILHO *et al.*, 2009), a fim de analisar a sustentabilidade sócioambiental de cada um e determinar possíveis especificidades nas ações de manejo de suas pescarias. Estes sistemas são os seguintes: i) sistemas de arrasteiros empresariais; ii) sistemas de arrasteiros familiares; iii) sistema de canoas a motor; iv) sistemas de pesca do Complexo Estuarino de Paranaguá; v) sistemas de pesca do Complexo Estuarino de Guaratuba; vi) sistemas de embarcações de “tábua” de Paranaguá; vii) sistemas de embarcações de “tábua” de Guaratuba; e viii) arrastão de praia. As principais características de cada sistema são descritas nos parágrafos que se seguem.

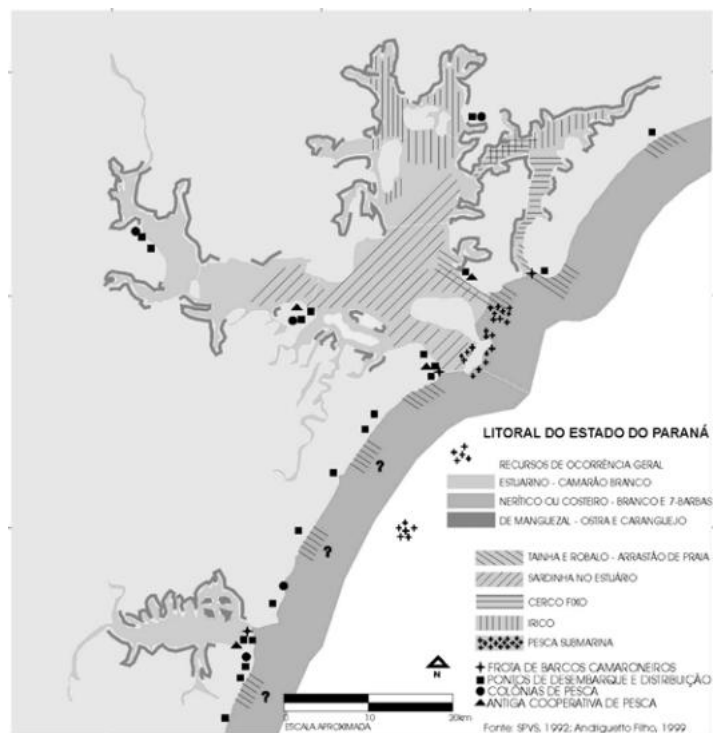


FIGURA 05 – Sinopse da pesca no litoral do Paraná. As zonas indicadas para os recursos de ocorrência geral correspondem aos grandes espaços pesqueiros com associações semelhantes de recursos e práticas de pesca. Os pontos indicados para a frota de barcos correspondem aos portos de abrigo ou fundeio permanente.

FONTE: SPVS, 1992; ANDRIGUETTO FILHO, 1999; Elaborado por ANDRIGUETTO-FILHO *et al.*, 2006.

Os sistemas de arrasteiros empresariais e de arrasteiros familiares são muito semelhantes. Trata-se da pesca de maior escala, maior nível tecnológico e com melhor inserção no mercado. Estão fundados principalmente na pesca de arrasto do camarão, na plataforma continental rasa, realizada por barcos com comprimento superior a 16m, capacidades para até 16 toneladas e motores de 150HP. Ocasionalmente, as embarcações podem ser adaptadas para capturas de peixes com redes de emalhe, especialmente durante o período de defeso do camarão. Desembarcam em portos abrigados ou diretamente nas empresas de processamento de pescado, que possuem maquinário para o descasque dos camarões. Alguns dos produtores também são donos das empresas de processamento e podem intermediar a venda da produção de outros pescadores.

Os pescadores são encontrados em comunidades fragmentadas em meio a espaços urbanos de diferentes municípios. Assim, estão situados em Valadares (Paranaguá), Pontal do Sul (Pontal do Paraná), Piçarras e Caieiras (ambas em Guaratuba). Todos possuem influências da migração de

pescadores do Estado de Santa Catarina. Participam destes sistemas grande quantidade de pescadores não apetrechados ou sub-apetrechados, que trabalham na condição de empregados ou “quinhoeiros”, recebendo parte da produção capturada, em forma de espécie ou dinheiro. Guaratuba conta com estruturas de pesca que otimizam a distribuição da produção local. Assim, cerca de sete salgas encontram-se instaladas na região, que, juntas, somam significativa contribuição à produção pesqueira do estado (ANDRIGUETTO-FILHO *et al*, 2006).

Estes dois sistemas (*empresarial* e *familiar*) se diferenciam pelo tamanho das embarcações, que é geralmente menor no sistema de arrasto familiar. Mas a principal diferença entre eles remete às relações de trabalho. Enquanto no primeiro a escolha da tripulação é impessoal baseada em relações comerciais, no segundo é mediada por relações de amizade e parentesco entre os pescadores.

O *sistema de canoas a motor* é considerado de pequena escala no contexto da pesca paranaense. A pesca é diversificada, voltada para captura de peixes e camarões e ocorre na plataforma continental imediata. As canoas são de madeira ou de fibra de vidro e maiores do que as encontradas no interior das baías. A comercialização é principalmente direcionada à venda direta a consumidores, e parece atingir certa eficiência econômica, mesmo que em escala local. Os pescadores trabalham sozinhos ou em parceria e a escolha dos trabalhadores é influenciada por relações de amizade e compadrio. Esse sistema é encontrado ao longo de toda a costa de mar aberto, em vilas rurais e urbanas dos municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, sendo que nas vilas dos dois primeiros municípios a presença de catarinenses é muito significativa.

Os *sistemas de pesca do Complexo Estuarino de Paranaguá e da baía de Guaratuba* também são muito semelhantes, diferenciados apenas pela localização geográfica. São tradicionais e antigos, predominantemente rurais e sem influência de catarinenses. Em ambos existe uma variedade de práticas de pesca de peixes e camarões e ocorre também a extração de moluscos e crustáceos restrita às regiões estuarinas. As embarcações mais comuns são as canoas a remo.



Algumas vilas de pescadores com a presença destes sistemas são isoladas geograficamente e a distribuição da produção esta fortemente ligada à presença de intermediários. Para estes locais, a agricultura de subsistência e o extrativismo florestal ainda são importantes. Estes sistemas são observados nas comunidades do entorno da baía de Guaratuba (Guaratuba), na Vila do Maciel (Pontal do Paraná) e nas comunidades de pescadores dos municípios de Paranaguá, Guaraqueçaba e Antonina.

Os *sistemas de embarcações de “tábua” de Paranaguá e Guaratuba* também mostram muitas semelhanças, distinguindo-se entre si pela localização geográfica. O nome “tábua” agrega diferentes tipos de embarcações feitas de madeira, sem convés e refrigeração, como botes, bateiras e baleeiras<sup>18</sup>. Servem para o arrasto do camarão e para a captura de peixes, realizada na plataforma interna. São operadas por um ou dois tripulantes e as relações de compadrio e amizade também imperam na escolha dos trabalhadores que ajudam o proprietário ou fazem o trabalho sem este. O sistema de Guaratuba é encontrado nas mesmas regiões urbanas onde vivem os pescadores que pertencem aos sistemas de arrasto e seus praticantes também receberam influência da imigração catarinense. Neste, os botes são as embarcações mais comuns e existem diversas formas de escoamento da produção. Já o sistema de Paranaguá está situado tanto em áreas urbanas como em vilas isoladas, sendo que, neste último, a comercialização é mais restrita. As comunidades utilizam as baleeiras e estão de forma presente na Vila do Superagüi (Guaraqueçaba).

O último sistema identificado é o *de arrastão de praia*, praticado pelos antigos pescadores-agricultores. A rede arrastada pela praia para a captura de peixes de ‘beirada’. As redes podem ser pequenas e a pesca realizada por poucas pessoas sem a utilização de embarcação ou com canoas a remo, mas também pode empregar redes de centenas de metros, lançadas por canoas a motor e puxadas até a praia por grupos de até 60 pescadores. As práticas diferem segundo a espécie alvo. Este sistema está em vias de extinção no litoral. É observado em Pontal do Sul (Pontal do Paraná), na Ilha do Mel (Paranaguá) e em menor frequência em alguns locais do município de

---

<sup>18</sup> Nesse caso, baleeira é o nome dado a embarcações parecidas com as bateiras, distintas daquelas baleeiras utilizadas no arrasto do camarão.

Guaratuba, principalmente no período de inverno, e direcionado à captura da tainha (PINHEIRO, 2007; CHAVES *et al.*, 2003).

Os sistemas de produção pesqueira se agruparam em dois grandes grupos: os de arrasto motorizado, voltado à captura do camarão na plataforma rasa, e os sistemas mais tradicionais realizados nas baías. O primeiro é mais avançado tecnologicamente, apresentando um gradiente entre as canoas à motor e os arrastos empresariais, onde os pescadores aparecem melhor inseridos no mercado e com melhores condições de vida. Já os sistemas mais tradicionais são mais velhos, utilizam pouca tecnologia, e têm os peixes como recursos mais importantes, capturados por uma variedade de práticas de pesca (ANDRIGUETTO *et al.*, 2009).

A diferenciação reflete as diversidades já reconhecidas para as práticas de pesca no Paraná, mas que foram e de certa forma, ainda são, desconsideradas nas abordagens de âmbito nacional voltada à proteção dos recursos marinhos e, principalmente, as que tentam desenvolver as cadeias produtivas.

Há registro de aumento no esforço de pesca em todos os sistemas, possivelmente em resposta à escassez dos recursos, que vêm sendo demonstrada nos saldos de desembarques de pescarias em todo o mundo. Contudo, ainda não são suficientes as informações disponíveis, seja dos aspectos ecológicos, como econômicos e sociais, limitando o conhecimento necessário para que se possam embasar passos concretos de planos e ações de gestão, gerais ou específicos a cada sistema (ANDRIGUETTO *et al.*, 2009).

## 5.1 A PRESENÇA DA MULHER NA PESCA DO LITORAL DO PARANÁ

A situação da mulher vinculada à pesca de pequena escala no litoral do Paraná vem sendo pesquisada pelo Laboratório Sócio-ambiental do Centro de Estudos do Mar, da Universidade Federal do Paraná (CEM/UFPR) desde 2004. Trata-se de uma linha de pesquisa e extensão inserida no Programa Mulheres, Jovens e o Mar (*Women, Youth and the Sea Programme*), do *International Ocean Institute*<sup>19</sup> (IOI), do qual o CEM-UFPR é o Centro Operacional do Suleste do Oceano Atlântico (SWAO- OC) desde 2002.

A pesquisa local partiu de uma revisão das informações disponíveis, particularmente dos trabalhos de ANDRIGUETTO-FILHO, e sua base de dados cedida generosamente pelo autor, assim como das informações geradas por FRANCO (2004) a respeito da caracterização de seis comunidades de pesca no município de Antonina. A primeira geração de dados primários aconteceu no I Encontro Estadual das Trabalhadoras da Pesca e da Aqüicultura, realizado em Pontal do Paraná, nos dias 11 e 12 de novembro de 2004, convocado pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca do Paraná (SEAP). Na ocasião foram aplicadas 65 enquêtes entre as participantes, que pertenciam a 25 comunidades diferentes, de maneira que os dados se puderam considerar representativos da diversidade de localizações e situações presentes na pesca marinha do estado (PIERRI *et al.*, 2005).

A constatação geral desta pesquisa foi que a mulher está inserida na pesca, em diversas atividades que fazem parte da cadeia produtiva, seja na captura, na coleta, no beneficiamento ou na venda. Porém, em grande parte das vezes, essa inserção não é reconhecida nem por elas mesmas enquanto trabalho, e muito menos pelo resto da comunidade em que vivem. No encontro, as mulheres demonstraram consciência sobre os problemas gerais da pesca e as dificuldades dos pescadores de pequena escala, e em menor grau consciência sobre as suas dificuldades particulares enquanto mulheres e trabalhadoras. O encontro despertou maior auto-estima e deu início a

---

<sup>19</sup> Trata-se de uma ONG internacional, dedicada à promoção das ciências do mar e de políticas para o uso pacífico dos oceanos e para a sua preservação, assumindo o mar como patrimônio comum de toda a humanidade. O IOI foi fundado em 1972 com apoio das Nações Unidas por um grupo de cientistas da Universidade de Malta, encabeçados por Elisabeth Mann Borgese, membro do Clube de Roma. Para mais informações, ver [www.ioinst.org](http://www.ioinst.org)

processos de construção de identidade e de maior consciência, assim como ao surgimento de algumas lideranças (PIERRI *et al.*, 2005).

Posteriormente se realizaram alguns estudos de caso, se destacando o da comunidade de Vila das Peças (Ilha das Peças, Guaraqueçaba) pelo papel econômico destacado das mulheres (SERAVALL, 2006). Por outro lado, com apoio da FUNDACENTRO, se tem pesquisado as condições de trabalho e de saúde à que estão submetidas às mulheres vinculadas à pesca no litoral do Paraná. Foi no contexto deste último trabalho, que foi realizada grande parte desta pesquisa.

## 5.2 INFORMAÇÕES PRETÉRITAS SOBRE A PRESENÇA DA MULHER NA PESCA

No Paraná, a pesca e, conseqüentemente, o trabalho realizado pelas mulheres envolvidas nela, diferem, primeiramente, em função da diversidade dos espaços geográficos, que estariam supondo: i) diferentes condições de pesca e diferentes possibilidades de inserção na atividade; ii) diferentes níveis de acesso a oportunidades econômicas, dentro e fora da pesca e também, a serviços sociais básicos, que potencializam o trabalho e proporcionam mais qualidade de vida. Especialmente, essas diferenças se materializam segundo a localização da comunidade dentro das baías ou em mar aberto e segundo localidades isoladas ou inseridas ou próximas a locais que permitam mais alternativas de renda e venda direta dos produtos, como naqueles onde há presença de turistas (PIERRI *et al.*, 2005).

Sob tais condições, o papel da mulher difere, principalmente, em função das características naturais e da condição socioeconômica que impera, que, por sua vez, são determinantes do tipo de pesca praticada, associados à técnicas e escalas de produção e comercialização diferenciadas. As mulheres realizam diferentes atividades, em intensidades variadas, que resultam muito importantes para a reprodução biológica das famílias, e, sobretudo, para a reprodução social das comunidades de pescadores (PIERRI *et al.*, 2005).

De modo geral, a população das comunidades pesqueiras localizadas na baía vive e depende mais da pesca do que a população das comunidades situadas em mar aberto, sendo que, nestas últimas, são evidentes as melhores condições de vida favorecidas pela oferta de serviços sociais e maior

diversidade ocupacional, derivadas da existência de centros urbanos e atividade turística (PIERRI *et al*, 2005).

Entre as diversas atividades que as mulheres realizam vinculadas à pesca estão aquelas relacionadas à captura propriamente dita, ao processamento e beneficiamento dos pescados, à confecção e reparos de redes e apetrechos de pesca, à limpeza dos barcos e ranchos, e à venda dos pescados (PIERRI *et al*, 2005).

Os dados colhidos por ANDRIGUETTO-FILHO (1999), e analisados por PIERRI *et al* (2005) mostram que o trabalho das mulheres se concentrara no beneficiamento dos produtos, como limpar peixe, descascar camarão, beneficiar mariscos e siri, variando conforme o recurso presente no local.

As principais limitações que as mulheres reconheceram ter para atuar na pesca direta (captura) referem-se à questões de cunho cultural, tais como a falta de costume de saírem sozinhas, o que as condiciona a sair em companhia de membros masculinos da família (marido, filho ou irmãos), ou de outras mulheres da comunidade. Outras limitações são de ordem física, relacionadas ao esforço físico necessário para algumas tarefas e os riscos diversos, associados ao espaço onde o mar é mais bravo (fora da baía), a condições climáticas desfavoráveis (frio, chuva, dias turbulentos) e a certas técnicas de pesca mais arriscadas (PIERRI *et al*, 2005).

Já nas atividades de coleta as limitações pareceram ser menores, pela facilidade de acesso aos ambientes e de manejo das técnicas utilizadas. Assim, é freqüente a ida de mulheres tanto sozinhas quanto acompanhadas de outras mulheres ou familiares para as ilhas, mangues ou pedras, e os instrumentos utilizados são de manuseio simples (PIERRI *et al.*, 2005).

As mulheres beneficiam tanto produtos pescados e coletados pelos membros de sua família, inclusive por elas mesmas, quanto produtos de pessoas de fora da família, seja outros pescadores ou intermediários que concentram a produção de vários pescadores e as contratam para essa função. No primeiro caso, as mulheres não recebem pelo trabalho específico do beneficiamento, sendo que o dinheiro obtido da venda posterior dos produtos é do seu grupo familiar. Já quando o produto beneficiado é de não familiares, o serviço das mulheres é pago, a maior parte das vezes, proporcional à quantidade beneficiada (PIERRI *et al*, 2005).

Há uma baixa frequência de atividades de pré-captura realizadas pelas mulheres, como consertar e tecer redes, que pode ser atribuída à crescente introdução da manufatura, em detrimento da confecção artesanal, assim como à divisão sexual do trabalho pela qual tradicionalmente são os homens os que realizam esses trabalhos. Por outro lado, certas atividades de beneficiamento, como a salga e a defumação de peixes, tradicionalmente femininas, estão presentes, mas tendem a desaparecer no estado, na medida em que os pescadores têm acesso a outras técnicas de conservação, como o esfriamento e o congelamento (PIERRI *et al.*, 2005).

Segundo as declarações das entrevistadas, a quantidade de mulheres que efetivamente saem a pescar e coletar é mais representativo nas comunidades localizadas nas baías que nas comunidades de mar aberto, onde o trabalho delas nessas tarefas é quase nulo. Este diferencial pode ser explicado principalmente pelas condições de menor risco e menor esforço físico exigido pela pesca dentro da baía, diante da necessidade de se resguardar como parte do dever de cuidado dos filhos e da casa (PIERRI *et al.*, 2005).

Nos ambientes estuarinos da sede do município de Guaraqueçaba e em Antonina, a captura de siri constitui uma das principais atividades realizadas pelas mulheres. ROUGEULLE (1993) evidenciou que, já na década de 80, a atividade envolvia às crianças, na captura, e às mulheres, no beneficiamento, absorvendo longas horas de trabalho posterior, para extrair a carne dos crustáceos. A importância do siri foi confirmada por FRANCO (2004), particularmente em Antonina, na comunidade de Portinho, onde é o meio de subsistência de muitas famílias, assim como a coleta de mariscos para Vila dos Polacos, também neste município.

Apesar da representatividade econômica das atividades de beneficiamento no município de Antonina, apenas 30 mulheres encontravam-se registradas na Colônia de Pescadores desse município em 2004, sendo que o número de mulheres que realizam o beneficiamento é muito maior (FRANCO, 2004).

Nos espaços costeiros das praias oceânicas, as mulheres se inserem principalmente no beneficiamento dos pescados e camarões (limpeza, filetagem), sendo que diferem as condições de trabalho e os locais onde é

exercida a atividade. Onde existem mercados locais, o descasque e limpeza de pescados acontece nas proximidades destes espaços; outras vezes, acontecem diretamente nos pontos de desembarque pulverizados ao longo da costa, na praia e em locais improvisados. Na maior parte das situações, prevalece a total ausência de estruturas específicas para a realização do trabalho e de condições sanitárias adequadas, o que inclui desde a falta de banheiros para as trabalhadoras até a falta de local específico para o descarte dos rejeitos da pesca, o que geralmente causa mau cheiro e atrai insetos (MELLO, 2008).

Nos locais onde predomina a captura do camarão, como em Guaratuba, Superagui e Vila das Peças, as mulheres trabalham, principalmente, como descascadoras, em geral, sob relações de produção que as submetem a alta exploração, recebendo dinheiro por quantidade de produto processado. Nos locais onde predomina a captura de peixe, o beneficiamento principal é a limpeza, filetagem e, às vezes, o congelamento (PIERRI *et al.*, 2005; SERAVAL, 2006).

Outro tipo de atividade freqüentemente desenvolvida pelas mulheres é a de comercialização dos produtos da pesca, seja em condição de proprietárias (individual ou familiar) como vendendo para outros ou ajudando nos locais comerciais, sob uma relação de emprego geralmente informal em relação ao dono do produto. A venda direta é observada particularmente no mercado de Shangri-lá e em Ipanema (Pontal do Paraná), em Caieiras e Piçarras (Guaratuba), e em Matinhos (PIERRI *et al.*, 2005). Outro trabalho realizado por mulheres é a venda de iscas para a pesca esportiva, observada principalmente na beira da estrada frente ao Balneário de Barrancos (Pontal do Paraná), ainda que recentemente (2009) elas estejam sendo substituídas por homens.

A região de Guaratuba, que, como já dito, possui a maior frota em operação no estado, particularmente voltada ao camarão, constitui um dos principais locais de presença de trabalho feminino, no caso, maiormente empregado para o beneficiamento do camarão em terra, atividade que se distribui entre os pontos de desembarque, os mercados de pescados e as indústrias de processamento instaladas na região.

Em algumas áreas do litoral norte do estado, com destaque para a Vila da Barra de Superagüí (Ilha de Superagüí, Guaraqueçaba), há um incremento

nas capturas e beneficiamento do camarão sete-barbas, que é cozido e salgado localmente e escoado para São Paulo. Esse processamento e comercialização representam uma exclusividade na cadeia produtiva regional, que geralmente comercializa por meio de atravessadores e vende em poucos centros locais (Paranaguá, Guaratuba e Curitiba). Esse beneficiamento tem as mulheres como principal força de trabalho (SERAVAL, 2006).

Juntamente com a Vila da Barra de Superagui, a Vila de Barra do Ararapira (também situada na Ilha de Superagui), e a Vila das Peças constituem os principais núcleos de pesca marítima localizados na porção norte do estado. Apesar destas comunidades se situarem em condições estuarinas, desfrutam de posição geográfica que possibilita o acesso facilitado ao mar e à pesqueiros importantes para a captura de camarão (ROUGEULLE, 1993; IPÊ, 2003; MALHEIROS, 2008).

Na Vila das Peças, o descasque de camarão é um trabalho tradicionalmente realizado pelas mulheres, sendo uma das poucas atividades remuneradas disponíveis para elas nesta vila. Em relação à organização do trabalho, é uma atividade realizada de forma coletiva, executada por mulheres de todas as idades; a remuneração varia em função da atividade (descabeçamento ou descasque), mas é comum ao grupo; o trabalho não representa nenhum vínculo formal ou garantia trabalhista; os grupos são aleatórios, porém, formados pelas mesmas mulheres; e predominam os laços de parentesco e amizade para a convocação do grupo. A composição dos grupos de descasque envolve aproximadamente 30 mulheres que trabalham neles de forma mais freqüente (SERAVAL, 2006).



FIGURA 06 – Descasque da produção de um grupo de pesca, na beira da praia e em estrutura de comerciante. Vila das Peças (Guaraqueçaba)

FONTE: SERAVAL, 2006.



Os locais para o descasque na Vila das Peças diferem de acordo com o demandante do serviço: quando as mulheres trabalham para um intermediário, o trabalho é realizado nas imediações de seu estabelecimento comercial; quando um grupo de pescadores agrega sua produção, participam no descasque as mulheres das famílias envolvidas (e eventualmente os próprios pescadores), e o trabalho geralmente se faz em locais próximos aos atraques das embarcações, na praia, em pontos aleatórios. Em ambos os casos, a remuneração era a mesma (R\$ 1,00/kg descabeçado e R\$ 1,25/kg descascado, em 2006) (SERAVAL, 2006).

Em relação à maricultura, ROUGEULLE (1993) verificou, no fim da década de 80, o cultivo de ostras como atividade econômica embrionária em vilas estuarinas, com a atuação feminina principalmente na coleta de juvenis nos manguezais que seriam 'plantados' nas áreas de lama próximas às residências dos pescadores. Ainda hoje, é comum as mulheres realizarem esta função, apesar de que grande parte dos cultivos ostreícolas desenvolvidos pelas comunidades de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá padecerem da falta de assistência técnica e de capacitação produtiva continuada, o que tem comprometido a viabilidade econômica da atividade, atualmente realizada maior parte para autoconsumo (CALDEIRA, 2004).

No geral, foi notado que é variável o caráter econômico das ocupações ligadas à pesca realizadas pelas mulheres. Por vezes, trata-se de atividades realizadas em unidades familiar, como parte de responsabilidade em colaborar na sustentação doméstica e provisão de alimento, e, portanto, não são consideradas como trabalho, o que resulta que as mulheres sejam mantidas alheias à toda e qualquer regularidade trabalhista. Em outros casos, predomina o trabalho realizado para terceiros em situação de informalidade e sazonalidade, em função da variabilidade da produção pesqueira.

O QUADRO 04 apresenta o diagnóstico de tipos de trabalhos identificados como realizados pelas mulheres vinculadas a pesca marinha no estado e a situação da informação prévia sobre cada caso.

REGIÃO COSTEIRA	ATIVIDADE PESQUEIRA	TRABALHOS REALIZADOS PELA MULHER NO SETOR	SITUAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Áreas internas do Complexo Estuarino de Paranaguá e da baía de Guaratuba	Pesca artesanal rudimentar	Pesca de gerivau e de linha e anzol Coleta de mariscos (ostras, bacucus, sururus) e crustáceos (caranguejo, siri)	- Atividade com fim principal de autoconsumo; - exercida para a família - sem remuneração específica ao trabalho da mulher; - Constatada no município de Antonina (Polacos), Paranaguá (Guarani), Pontal do Paraná (Maciel) e Guaraqueçaba
	Pescarias estuarinas diversas Coleta de organismos marinhos	Beneficiamento de peixes, siri e bacucus	- predomínio de relação de produção de alta exploração de pagamento por produto e individual - Para o siri, constatada principalmente em Antonina (Portinho)
	Pesca Artesanal de média escala Pesca marítima especializada no camarão	Beneficiamento de camarão	- predomínio de relação de produção de alta exploração de pagamento por produto e individual; - Constatada em Superagui e Vila da Peças (presume-se também em Barra do Ararapira);
	Pesca artesanal rudimentar Pesca marítima diversas Pesca de arrastão de praia	Pesca e beneficiamento de peixes Beneficiamento de camarões Comercialização	- escalas comerciais distintas: - em mercados situados em Shangri-lá e Ipanema (Pontal do Paraná); Caieiras e Piçarras (Guaratuba) e Matinhos; - em pontos pulverizados (Baln. Barrancos, venda de iscas, por exemplo) - na praia de Pontal do Paraná
Praias oceânicas e plataforma costeira	Pesca Artesanal de pequena/ média escala Pesca marítima especializada no camarão e em algumas espécies de peixes de elevado valor econômico	Beneficiamento de camarão Comercialização	- Verificada em escalas comerciais distintas, e contatadas em Shangri-lá e Ipanema (Pontal do Paraná); Caieiras e Piçarras (Guaratuba), Paranaguá e Matinhos;
	Pesca comercial/Empresarial de alta tecnologia Pesca marítima especializada no arrasto do camarão	Beneficiamento de camarão	- Verificada em Guaratuba, em escalas distintas: - mercados locais; - indústrias de beneficiamento (salgas)

QUADRO 04 – Tipos de trabalhos realizados por mulheres vinculadas a pesca no Paraná

FONTE: Base de dados ANDRIGUETTO-FILHO (1999); PIERRI *et al.* (2005); FRANCO (2004); SERAVAL (2006); PINHEIRO (2007); Base de dados do Laboratório Socioambiental do CEM/UFPR. Elaboração própria.

## **6 OS TRABALHOS DAS MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA: INSTRUMENTOS, PROCESSOS DE TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO**

### **6.1 A COLETA DE BACUCU REALIZADA PELAS MARISQUEIRAS DAS COMUNIDADES DA VILA DOS POLACOS, VILA NOVA E VILA DA PONTA DA PITA (ANTONINA)**

A atividade pesqueira realizada em Antonina possui origem antiga. Grande parte dos pescadores é natural da cidade e descendem de famílias de antigos pescadores-agricultores que, migraram das ilhas da baía e passaram a praticar a pesca como principal atividade econômica. Todavia, recentemente, é notável a entrada de novas pessoas na atividade, ocasionada pela falta de alternativas de renda no município (FRANCO, 2004).

A pesca é limitada ao ambiente estuarino, realizada com embarcações a remo e, em menor parte, por pequenas embarcações a motor. As práticas baseiam-se no uso de tarrafas, linhas de mão, fundeio, espinhel, redes de arrasto e caceio utilizadas para captura de peixes; no uso do gerivau direcionado a pesca do camarão; e do puçá, para a captura do siri. A atividade ainda possui caráter familiar e a maioria dos pescadores é dona dos meios de produção (FRANCO, 2004).

Algumas mulheres, principalmente as mais jovens, saem a pescar, sozinhas ou como acompanhantes dos seus maridos. Mas as mulheres trabalham principalmente na coleta de mariscos, e no beneficiamento dos peixes e siris.

As vilas selecionadas para investigação do trabalho da mulher na coleta de organismos marinhos estão situadas entre o antigo Porto Barão de Tefé e o Terminal Portuário da Ponta do Félix. As vilas Polacos e Ponta da Pita são mais antigas. Já a formação da Vila Nova é mais recente, ela esta localizada entre as duas outras vilas e originou-se pela conseqüência da expansão populacional delas. Muitos dos seus moradores são filhos e parentes dos pescadores de Polacos e Pita, que saindo da casa dos pais, tiveram que optar pelas regiões com terrenos disponíveis.

Segundo a família de uma das marisqueiras, há mais ou menos 10 anos, a coleta era realizada nas proximidades das casas dos pescadores, onde o coletor - geralmente mulheres, jovens e crianças que não acompanhavam a pescaria dos homens - saia em sua canoa a remo até o local escolhido para a retirada do marisco (Figura 07).

A diminuição dos estoques nas regiões mais próximas às vilas trouxe mudanças ao processo de trabalho. Atualmente, a quantidade de marisco coletado nos baixios próximos às vilas só é suficiente para o autoconsumo. Na maioria dos casos, como a produção é principalmente destinada ao mercado, a trabalhadora precisa ir a outros locais em busca de quantidade suficiente do recurso.

A necessidade de ir até regiões mais longínquas, despendendo mais tempo e força física, foi o principal fator de transformação da cadeia produtiva, resultando, por um lado, no surgimento de um novo ator - o *proprietário da embarcação de transporte motorizada* que leva às coletoras até as proximidades dos baixios; e, por outro, na diminuição do número de mulheres que participam da fase da coleta, que, passaram a realizar somente o beneficiamento.

Ao todo sete pessoas foram indicadas como proprietárias de embarcações motorizadas de transporte. Todos eram homens e tinham relações de parentesco ou compadrio com as marisqueiras que os contratam. Esses barqueiros levam e trazem coletoras e suas canoas das vilas aos locais de trabalho.



FIGURA 07 – Embarcações utilizadas no transporte dos marisqueiros e marisqueiras da comunidade até os baixios. Foto: Carolina Mello.

Quanto às embarcações utilizadas por eles, foram identificados botes de madeira com motores de 8 a 12 HP, que levam até três pessoas rebocando, no máximo, duas canoas, e barcos de madeira com motor de 20 HP, que possuem cobertura, levam em entre 5 e 10 pessoas e rebocam entre duas e quatro canoas (Figura 07). Nenhuma das embarcações possui local para acondicionamento refrigerado dos mariscos, nem caixas ou isopores com gelo. As embarcações

menores podiam ser compradas por cerca de R\$ 3.000,00 e as maiores custavam cerca de R\$ 7.000,00 no período da investigação (2009).

### **6.1.1 Processos e Instrumentos de Trabalho**

#### **6.1.1.1 A fase de coleta**

Em termos gerais, a atividade de coleta possui uma diversidade de espécies de moluscos e crustáceos como recursos-alvo. O nome *marisco* é utilizado popularmente para designar as espécies de moluscos bivalves comestíveis explorados comercialmente<sup>20</sup>. Encontrados nas regiões do intermarés em baías, estuários e enseadas, esses organismos podem ter seu *habitat* associado a substratos duros (como rochas e troncos ou raízes de árvores de mangue) ou inconsolidados (como baixios lamosos não vegetados e praias cascalhadas). E, dependente do tipo de substrato, o processo de coleta (ou catação) pode ser diferenciado.

O bacucu, marisco explorado pelas trabalhadoras das vilas pesquisadas neste estudo, tem seu *habitat* associado principalmente a substratos areno-lamosos de regiões estuarinas, onde se enterra superficialmente, formando bancos que podem ser encontrados quando os baixios estão total ou parcialmente expostos pela baixa mar.

A trabalhadora que pratica a atividade de coleta dessa espécie precisa remar até os locais expostos para realizar a catação. No ponto escolhido, ancora a canoa com o remo e desce para apanhar os organismos no substrato.

O processo de retirada do bacucu é diferenciado para aquelas mulheres que o realizam individualmente e aquelas que o fazem em parceria. As que trabalham sozinhas realizam todas as etapas: retirada, limpeza ou peneiramento<sup>21</sup>, e ensaque. Já aquelas acompanhadas revezam as atividades e geralmente ambas possuem o domínio de todo o processo produtivo. No processo de coleta observado durante a

---

<sup>20</sup> Assim como o termo marisqueira (o) é utilizado para nomear as pessoas que realizam sua exploração.

<sup>21</sup> Peneiramento é o processo de remexer os mariscos coletados em cestos vazados que ficam boiando na água. Com o auxílio de uma enxada, as coletoras retiram a lama que vem junto com os organismos.

pesquisa<sup>22</sup>, primeiramente, as mulheres se deslocam até o baixio sem os instrumentos de trabalho para pisotear a lama e identificar a presença de bancos do organismo (Figura 08). Isso se dá por alguns minutos, até que cada qual se sinta satisfeita com o tamanho e a quantidade de mariscos presentes no local. Segundo elas, esse processo diminui a necessidade de movimentações posteriores, quando a canoa está mais pesada, já com alguns sacos recheados de bacucus. Após a escolha do ponto, as coletoras retornam à embarcação de transporte para buscar os instrumentos de trabalho. Dentre aquelas coletoras que realizam o trabalho em parceria, são as mulheres mais experientes (geralmente as mais velhas) as que saem para fazer a seleção do local de trabalho.

A extração é realizada por “escavação”, feita manualmente ou com o auxílio de enxadas e pás<sup>23</sup>. As porções de mariscos são retiradas e colocadas em cestos vazados e quando estes ficam cheios a trabalhadora utiliza a enxada para peneirá-los, retirando a lama grosseira. Depois do processo de peneiramento, os mariscos são repassados a sacos de ráfia e colocados no interior da canoa (Figura 09). Isso se repete até que a maré comece novamente a subir, impossibilitando a realização do trabalho. A coletora só consegue retirar os organismos dos baixios nos períodos em que a maré está baixa o suficiente para conseguir se agachar para escavar o local sem ficar com a cabeça submersa.



FIGURA 08 – Coletora se deslocando até o baixio com auxílio da canoa a remo. Foto: Carolina Mello.

---

<sup>22</sup> Antes de iniciar o processo de trabalho, algumas trabalhadoras trocam a vestimenta que estavam usando por camiseta de manga comprida, calça com a abertura inferior costurada e luvas, para se proteger de cortes nos braços, mãos, pernas e pés.

<sup>23</sup> No caso de organismos associados a substratos duros, eles são retirados pelo processo de raspagem, com o auxílio de pedaços de madeira ou pás.



FIGURA 09 – Processo de coleta do bacucu: a e b) coletora agachada escavando e retirando uma porção do marisco com lama; c) coletora realizando o peneiramento com auxílio de uma enxada para retirada grosseira da lama; d) ensacamento dos mariscos após o peneiramento; e e f) sacos com os mariscos coletados sendo transportados até a embarcação de transporte. Fotos: Carolina Mello.

A faina no baixio dura entre cinco e seis horas, até que a maré comece novamente a encher. Quando a coleta é impossibilitada pelo nível d'água, o produto é deslocado do baixio para a margem, é recolocado no cesto vazado para uma segunda lavagem e depois ensacado novamente. Esse processo de limpeza leva cerca de duas horas.

Como última etapa da fase de coleta, a marisqueira recolhe sua canoa e transporta os sacos com os organismos até as proximidades da residência, a fim de guardá-los em local seco até a fase de beneficiamento. No caso observado, as trabalhadoras recebem ajuda de familiares ou vizinhos para essa última tarefa.

#### 6.1.1.2 A fase de beneficiamento

O processo de descatemba ou desmariscagem<sup>24</sup> pode ser realizado no mesmo dia ou no dia seguinte à coleta, dependente da quantidade de organismos e do tempo despendido na fase anterior.

As atividades de beneficiamento geralmente são realizadas nas imediações da casa da coletora. O primeiro passo é acender o “fogão”, construído a base de tijolos e pedras, e dotado de uma grade na parte de cima para o apoio da panela. A coletora carrega a lenha para alimentar o fogo, realiza uma terceira lavagem dos mariscos em água doce e corrente, coloca-os na panela e espera o processo de cozimento. Cozidos, os mariscos são depositados em vasilhas plásticas para escorrer e esfriar até que possam ser manipulados.

Particularmente nos grupos investigados, devido ao tempo de trabalho que exige a desmariscagem e o caráter perecível do recurso, geralmente, a força de trabalho necessária nessa fase ultrapassa a capacidade da coletora. Destarte, ela recorre à mão-de-obra familiar ou alheia, as chamadas *desmarisqueiras*, para realizar a etapa de retirada da carne das valvas. O trabalho é realizado em grupos de 3 a 5 trabalhadoras (coletora e desmarisqueiras) que se distribuem ao redor de uma mesa separando em porções individuais os organismos manipulados por cada uma. De tempo em tempo, as porções são pesadas e anota-se a quantidade. Os mariscos sem a concha são colocados em bacias, lavados novamente, e, enfim, pesados e separados em porções de um quilograma. A desmariscagem só termina quando todos os organismos estão limpos. O tempo gasto no processamento pode variar bastante, entre 2 a 14 horas, sendo freqüentes os casos em que se estende noite adentro.

Ao fim desta etapa, a quantidade de marisco manipulado pelas trabalhadoras contratadas é pesado e os rendimentos individuais das

---

<sup>24</sup> Nomes dados ao processo de retirada da carne de dentro das valvas. Para as trabalhadoras significa tirar o marisco das conchas para deixá-lo só a carne.



*desmarisqueiras* são contabilizados. A coletora verifica a limpeza, ensaca cada porção e acondiciona na geladeira ou no freezer.

#### 6.1.1.3 A fase de comercialização

Geralmente a coletora tem compradores habituais para sua produção (consumidores diretos e atravessadores), e assim que termina a fase de beneficiamento ela se comunica por telefone com eles e trata da comercialização. Se a produção não é totalmente comprada nessa negociação, a venda passa a ser feita de forma ambulante. A coletora sai pelas ruas de bicicleta com o produto no bagageiro, oferece de porta em porta nos bairros próximos da sua residência, e, se ainda assim, sobram quantidades de marisco, realiza uma nova investida, e vai de ônibus até os mercados de venda de pescado de outras regiões.

#### 6.1.1.4 Instrumentos necessários nos processos de trabalho

Durante a fase de coleta são utilizadas as chamadas *canoas de um pau só* ou pequenas canoas de madeira com propulsão a remo. Estas possuem entre três e cinco metros de comprimento, são leves e adequadas para chegar aos ambientes rasos, como baixios e áreas de mangue.

As embarcações e o remo de mão podem ser confeccionados pela família ou facilmente comprados, já que são utilizadas também para outros objetivos, como o transporte de pessoas e mantimentos entre vilas ribeirinhas próximas. Quando feita pela família, a embarcação pode custar apenas o esforço físico e o tempo despendido na retirada da madeira e no entalho da canoa. Quando comprada, pode custar entre R\$50,00 e R\$ 700,00, dependente do tipo de madeira, do tamanho, do estado (nova ou usada) e da relação entre o comprador e o produtor do instrumento. Quando é produzida por parentes ou pessoas próximas, geralmente tem seu valor subestimado, sendo cobrado apenas um custo simbólico pelo trabalho. Grande parte das famílias de pescadores que vivem nas regiões estuarinas possui uma ou mais embarcações deste tipo.

A coleta pode ser realizada manualmente ou com o auxílio de algumas ferramentas simples como pás e enxadas. Cestos de vime vazados são utilizados na lavagem dos mariscos. Na maioria dos casos, esses cestos são confeccionados pelas próprias trabalhadoras, com material retirado da mata. Particularmente no caso investigado, foram observados outros tipos de cestos maiores confeccionados

a partir de “bombonas” plásticas cortadas e com furos. Segundo as coletoras, esse cesto diferenciado proporciona um maior custo-benefício por permitir que uma maior quantidade de marisco seja separada da lama de uma só vez. Contudo, devido ao tamanho e ao peso, o seu uso é restrito àquelas mulheres com maior condição física.

Sacos de ráfia também são utilizados durante a coleta, para acondicionar os mariscos até o momento da descatempa ou desmariscagem. Esses sacos são comumente descartados por padarias ou lojas de produtos alimentícios sendo reaproveitados pelas marisqueiras. Nas lojas podem ser comprados por R\$ 0,50 a unidade.

Na fase de beneficiamento, são necessários locais adequados para a acomodação das trabalhadoras e para fazer o fogo do cozimento. Particularmente ao caso investigado, foram comumente observadas estruturas cobertas com cerca de 10m<sup>2</sup> externas às residências. Além do local, o beneficiamento requer uma mesa, panelas e bacias para dispor e acondicionar os mariscos durante as etapas de processamento.

A fase de comercialização está condicionada, principalmente, à propriedade de um eletrodoméstico para o acondicionamento refrigerado dos organismos (freezer ou geladeira) e de uma balança para a pesagem. A compra de embalagens plásticas para embalar o produto pronto para a venda e um meio de transporte com espaço para comportar os organismos, também são necessários quando a trabalhadora sai de casa em busca de compradores. Nesse caso, a maioria das trabalhadoras utiliza bicicletas com bagageiro e leva as embalagens com mariscos comportadas em pequena caixa de isopor.

Na ocasião das observações, o preço de compra de um freezer<sup>25</sup>, pequeno e usado, em bom estado de conservação, era R\$ 200,00 e de um novo, cerca de R\$ 900,00, dependente do modelo requisitado. Já um freezer novo, com capacidade para 400 litros, comumente usado pelos pescadores, custava em torno de R\$ 1.700,00 em lojas de venda de eletrodomésticos do litoral (pesquisa de preços feita em 2009). A balança utilizada na pesagem da carne custava entre R\$ 30,00 e R\$ 150,00 reais, dependente da marca e modelo. Uma bicicleta do modelo observado como mais comum entre as trabalhadoras (chamado “barra forte” ou “barra circular”,

---

<sup>25</sup> O preço de compra das geladeiras era equivalente.

dependente da marca) custava cerca de R\$ 150,00, usada em bom estado, e R\$ 450,00 o modelo novo (pesquisa de preço feita em 2009). As trabalhadoras que compram sacos plásticos transparentes para embalar os produtos relataram gastar entre R\$ 2,00 e R\$ 7,00 por semana com o material.

### **6.1.2 Organização social do trabalho na coleta de bacucu observada em Antonina**

Durante as observações foram identificadas 22 mulheres que realizam periodicamente a fase de coleta. Três residem na Ponta da Pita, oito em Vila Nova e onze na Vila dos Polacos. Segundo as trabalhadoras, o fato desta ser uma tarefa penosa, sem horário fixo, e que exige força e “boa saúde”, resulta no pequeno grupo de marisqueiras. Ainda que a maioria das coletores sejam mulheres, em muito menor quantidade e frequência, há homens que realizam a atividade<sup>26</sup>. As mulheres entrevistadas relataram que a maioria dos homens que pratica a coleta o faz quando está sem emprego em terra e não consegue sair a pescar em alguma embarcação.

No dia em que se acompanhou o processo, as coletoras exploravam um baixio localizado na altura da Vila Guarani, a jusante do Porto de Paranaguá, Baía de Paranaguá<sup>27</sup> (Figura 10). O traslado entre a Vila dos Polacos e o local de exploração levou 45 minutos e o proprietário da embarcação motorizada de transporte (20HP) era o pai de uma das coletoras a bordo.



FIGURA 10 – Grupo de coletores explorando os bancos de bacucu no baixio próximo ao Porto de Paranaguá, Baía de Paranaguá. Foto: Carolina Mello.

<sup>26</sup> Os trabalhadores já haviam sido identificados em trabalhos anteriores realizados com a comunidade de pescadores de Antonina (FRANCO, 2004) e foram citados nesta entrevista pelos informantes-chave.

<sup>27</sup> Vale acrescentar que, além dos coletores de Antonina, coletores vindos da Vila Guarani (município de Paranaguá), também faziam parte do grupo de trabalhadores do baixio.

Todas as marisqueiras possuíam canoas a remo e eram donas dos apetrechos utilizados no beneficiamento e na comercialização. A maioria delas relatou ser importante possuir freezers para acondicionar o marisco limpo, principalmente porque este utensílio é valorizado pelos compradores que vão até a vila para buscar o produto. Apesar disso, apenas uma minoria tem esse equipamento em casa.

O afastamento do trabalho direto de coleta só foi relatado para os casos em que a trabalhadora se encontrava impedida por algum motivo forte (ex. doenças ou compromissos com os filhos). Nestes episódios, os instrumentos podem ser confiados a terceiros contratados para realizar o trabalho. Contudo, se o período de afastamento é curto, preferem não contratar força de trabalho alheia. Vale acrescentar que em alguns relatos, quando os compromissos em terra impediam a prática da coleta, algumas mulheres declararam revezar o processo de ida ao baio e realizar em parceria o beneficiamento e a venda do produto, dividindo custos e rendimentos.

Em virtude da influência da maré no processo de trabalho, as coletoras mostraram possuir certo conhecimento que lhes permite perceber e escolher a hora ideal para realizar a catação do marisco. É nos horários escolhidos por elas, que o barqueiro sai até o local de extração e retorna até as margens das vilas. Para as coletoras de Antonina, as marés de lua (fase de lua cheia e lua nova) são preferidas para o trabalho devido ao maior tempo de exposição dos baixios, com a ressalva de que, quando a maré esta muito seca, se faz necessário maior esforço físico para arrastar canoas de um banco a outro. Durante as marés de quadratura (quarto crescente e quarto minguante), a menor variação da altura da coluna d'água faz com que as mulheres fiquem com boa parte do corpo imersa na água por um período de tempo maior.

A escolha do local para a retirada do recurso é realizada tanto pelas marisqueiras e os pescadores de sua família, quanto pelos barqueiros que observam os locais onde ocorrem baixios parando para verificar a presença e a qualidade dos mariscos. Este trabalho é freqüente, já que muitos donos de embarcações de transporte são pescadores e algumas coletoras também realizam a atividade de pesca. No entanto, a busca por novos baixios produtivos se torna mais constante e atenciosa quando o local de exploração mostra sinais de esgotamento.

Nos dias em que a demanda de mariscos é “normal” (fora de temporada ou longe de feriados e festividades locais), as coletoras vão aos baixios dois dias na semana. Como exemplo, se certa coletora foi ao baixio na segunda-feira, a terça é reservada para cozinhar, desmariscar e preparar a produção para a comercialização, realizada na quarta-feira. Na quinta, a coletora retorna ao baixio para coletar novamente, repetindo a rotina das atividades nos outros dois dias. Durante os finais de semana as embarcações de transporte são utilizadas para levar grupos de turistas que praticam a pesca esportiva nas baías e grande parte das coletoras guardam o domingo para o lazer e o convívio com a família.

Segundo relato das coletoras, um baixio com bancos de bacucu é explorado por cerca de três meses, até mostrar baixíssimos rendimentos. Ainda segundo elas, em média, 25 pessoas exploram o mesmo baixio a cada dia. Cada trabalhador/a retira entre seis e oito sacos de mariscos em um dia de trabalho que, em conjunto, pesam cerca de 40 kg e, quando desmariscados, resultam em 15kg de carne<sup>28</sup>.

O rendimento da venda dos mariscos pertence à coletora. O lucro de cada investida ao baixio é o valor obtido na venda do produzido, descontando o preço cobrado pelo transporte e o valor pago às desmarisqueiras, quando contratadas. O dono da embarcação de transporte motorizada cobra o equivalente ao preço médio da venda de dois quilos do marisco de cada trabalhadora, cerca de R\$ 10,00, em cada dia de trabalho. Já as desmarisqueiras são pagas em função da quantidade de trabalho realizado e recebem R\$ 2,00 por quilo do produto beneficiado.

As coletoras relataram que podem contratar entre uma e três trabalhadoras para auxiliar no processo de desmariscagem. Nas vilas investigadas foram identificadas 33 mulheres que só participam do processo de beneficiamento. Essas trabalhadoras geralmente pertencem à mesma família ou moram nas redondezas da casa da coletora e podem realizar outras atividades remuneradas paralelamente, como o trabalho doméstico e o cuidado de crianças.

O mercado de venda é localizado, praticamente reduzido ao município. A maioria da produção é vendida diretamente a consumidores, que vão até as vilas a procura dos produtos ou são procurados pelos pescadores pelas ruas do município. Há presença de atravessadores locais, que revendem a peixarias e restaurantes

---

<sup>28</sup> O que leva a quantia média de 1.800 kg do recurso retirados semanalmente, ou ainda, 22.500 kg de recursos proporcionados por cada baixio explorado no período de três meses.

também locais, e de atravessadores de fora, que vem a procura de mariscos para os restaurantes da capital.

Em meio à fase de beneficiamento, alguns consumidores já aparecem à procura do produto, mas geralmente é marisqueira que comunica aos compradores que os mariscos estão prontos e trata da comercialização. Deixando em casa a quantidade já reservada, na manhã do dia seguinte sai com o restante do produto no bagageiro da bicicleta, oferecendo os mariscos nos bairros próximos à residência. Quando não consegue vender nas proximidades, vai até as regiões mais centrais ou a Paranaguá, onde a compra da produção é certa. O fato dos mariscos constituírem parte dos pratos típicos oferecidos pelos restaurantes do litoral, a pouca quantidade de pessoas que se submetem a árdua jornada de trabalho e a escassez do recurso nos ambientes estuarinos facilita sua venda, sendo esta fase a que menos despende tempo da coletora, geralmente finalizada em menos de 5 horas. Ao final do dia, os consumidores e atravessadores que tinham reservado o produto previamente vão até a casa da trabalhadora a buscá-lo.

A coletora vende o quilo da carne de mariscos a R\$ 6,00 para aqueles que compram pouca quantidade (consumidor final ou comerciante) e a R\$ 4,00 para os atravessadores e comerciantes que compram toda ou grande parte da produção. Para ilustrar o rendimento obtido por uma produtora formulou-se o exemplo abaixo.

Uma coletora que, contratando a embarcação motorizada para se transladar, tenha retirado 15kg de marisco (peso sem a concha) em um dia de coleta; tenha contratado duas desmarisqueiras para auxiliar no beneficiamento, considerando que as três mulheres (coletora e desmarisqueiras) descarnaram a mesma quantidade de mariscos ao fim do trabalho (5 kg/cada), e que a coletora tenha realizado a venda de todo o produto a um valor médio de R\$ 5,00/kg, obteria, em principio, R\$ 75,00 com a venda. Mas, deve-se diminuir R\$ 10,00 que serão pagos ao dono da embarcação motorizada e R\$ 20,00 que serão pagos às desmarisqueiras pelo serviço de descarne (R\$ 2,00 x 5kg de carne x 2 trabalhadoras). Assim, ao final dos três dias de trabalho ela terá um rendimento de R\$ 45,00.

Acima desta situação genérica e considerando que a mesma quantidade de mariscos seja coletado por todas as trabalhadoras. Em um mês, ou seja, indo ao baixio oito vezes em 30 dias (2 vezes/semana em 4 semanas), a coletora que realiza todo o trabalho sozinha ou somente com mão-de-obra da unidade domiciliar teria uma rendimento de R\$ 600,00 e descontados os gastos com o transporte, teria

renda mensal de R\$ 520,00. Já no caso de uma coletora que contrata duas mulheres para o beneficiamento, descontados o custo pago por esta mão-de-obra e os gastos com o transporte, terá uma renda mensal de R\$ 360,00. Neste caso, cada trabalhadora contratada receberia cerca de R\$ 80,00 por um mês de trabalho, custando 160,00 a produtora. O QUADRO 05 apresenta o rendimento dos trabalhadores, junto ao valor do capital fixo (principais equipamentos) e aos custos referentes a oito operações de coleta, estimando o ganho mensal de cada trabalhadora.

Agentes econômicos	Principais meios de produção			(P) Valor Produto	(-CT) Custos transporte	(-S) Remuneração força trabalho	(RF) Rendimento final mensal por categoria
	Meios	Preço Min	Preço Max				
Marisqueira mercantil simples em transição a pequena capitalista	Canoa	00	700	600	10 x 8 = (-) 80	80 x 2 = (-) 160	360
	Balança	30	150				
Marisqueira mercantil simples	Freezer	200	1.700	600	10 x 8 = (-) 80	--	520
	Bicicleta	150	450				
Total de capital investido		380	3.000				
Desmarisqueira assalariada	--	--	--	--	--	--	80

QUADRO 05 – Rendimentos e principais custos das trabalhadoras em um mês de trabalho, considerando o exemplo genérico utilizado para as formais de organização do trabalho

Realizando uma análise das relações sociais de produção visualizadas no caso da coleta em Antonina, as trabalhadoras se diferenciam em três figuras distintas (QUADRO 06).

As coletoras se enquadram na categoria de produtoras mercantis simples, já que são proprietárias dos meios de produção, realizam o trabalho sozinhas ou junto a outras pessoas da unidade familiar, são proprietárias de seu produto e vendem

este ao mercado. Contudo, aquelas que contratam mão-de-obra alheia à sua família (no beneficiamento), se encontram numa situação de transição entre a produção mercantil simples e a produção mercantil capitalista, já que uma parte do excedente apropriado pela coletora é regularmente gerada pelas pessoas contratadas. Essa realidade mostra que, mesmo frente a baixíssimas escalas de produção e de acumulação de capital, em trabalhos que não aparecem como empresas senão como estratégias de sobrevivência de pessoas muito pobres e sem alternativas de emprego, as relações econômicas que se estabelecem replicam as formas de organização do trabalho que imperam na sociedade como um todo.

	Produtoras mercantis simples em transição a pequenas capitalistas (Marisqueira)	Produtoras mercantis simples (Marisqueira)	Trabalhadoras assalariadas (Desmarisqueiras)
Propriedade de meios de produção	SIM	SIM	NÃO
Emprega força de trabalho própria	SIM	SIM	SIM
Emprega força de trabalho alheia	SIM	NÃO	----

QUADRO 06 – Categorias econômicas em que se enquadram as mulheres que trabalham vinculadas à coleta de mariscos em Antonina.

Da mesma forma, no que toca as trabalhadoras contratadas, se visualiza um contingente de mulheres que possuem somente sua mão-de-obra para oferecer em troca de uma remuneração. Elas se caracterizam como trabalhadoras assalariadas, com a especificidade de que recebem uma quantidade proporcional ao produto processado individualmente, e o trabalho ser informal e irregularmente requisitado, devido às características da produção e à fragilidade econômica das contratantes.



## 6.2 O BENEFICIAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO SIRI REALIZADO PELAS TRABALHADORAS DA VILA PORTINHO (ANTONINA)

A pesca do siri é realizada por grande parte das famílias de pescadores do município. Contudo, a presença das mulheres na fase de captura é quase nula, sendo apontada no estudo de FRANCO (2004), mas não identificada nas observações feitas para a presente investigação. Ela pode ocorrer quando o processo é realizado de forma restrita ao âmbito familiar. No entanto, parece haver uma divisão de tarefas e responsabilidades dentro das unidades de produção. Enquanto os homens se responsabilizam pela pesca, as mulheres ficam responsáveis por todos os processos posteriores.

A Vila Portinho, selecionada para investigação da atividade de beneficiamento, está relativamente próxima ao centro do município. Na vila, assim como em Antonina, a pesca direcionada ao siri é restrita ao ambiente estuarino, mas esse recurso também pode ser capturado em pescarias de mar aberto voltadas à exploração de peixes e camarões.

Os pescadores da Vila do Portinho utilizam pequenas canoas de madeira a remo ou motorizadas. As embarcações motorizadas possuem potência bastante variada, sendo mais comum a utilização de motores de centro a diesel com potência de 8HP, capacidade de carga de cerca de 200 quilos e sem local para acondicionamento do pescado (FRANCO, 2004). Na ocasião da presente investigação, os pescadores relataram que uma canoa motorizada em estado semelhante às utilizadas poderia ser comprada por R\$ 3.000,00 e uma nova por cerca de 8.000,00 (2009).

Os pescadores utilizam o puçá com iscas de peixe como armadilha. Certo número de puçás com iscas é lançado próximo ao fundo e deixado em espera. Os siris atraídos se emalham na rede e são capturados quando o puçá é puxado de volta à superfície. O pescador coloca nova isca e o processo se repete até que o número de organismos capturados seja considerado suficiente para compensar o esforço da pescaria.

Os puçás, que são confeccionados com rede na parte do corpo e ensacador com armações em forma de arco, podem ser fabricados pelos próprios pescadores ou comprados em lojas de artigos de pesca custando entre R\$ 5,00 e R\$ 10,00 a unidade. Os siris já capturados são acondicionados em sacos de pano ou de ráfia que ficam na água, amarrados ao barco, enquanto o trabalho continua. Depois da

faina são repassados aos familiares ou comerciantes que se responsabilizam pelas demais fases da produção.

## **6.2.1 Processos e Instrumentos de Trabalho**

### **6.2.1.1 A fase do beneficiamento**

O processo de beneficiamento do siri pode ser diferenciado entre as etapas de cozimento, descarte ou catação<sup>29</sup>, separação das carapaças do abdômen e preparação de produtos alimentícios. Contudo, a minoria das mulheres realiza todo esse processo, restringindo-se, a maioria, ao cozimento e descarte.

O beneficiamento ocorre na casa das trabalhadoras. As mulheres geralmente se reúnem em grupos de 3 a 5 pessoas que ficam ao redor de uma mesa, em pé ou sentadas. Os siris são separados em pequenas porções e cozidos por cerca de 20 minutos. Quando frios o suficiente para serem manipulados, os crustáceos são postos na mesa e o descarte é feito com o auxílio de pequenas colheres (Figura 11).

Nesta etapa, há certa diferenciação entre as mulheres mais experientes, e pode ocorrer uma divisão de tarefas dentro dos grupos: mulheres que tiram toda a carne do siri e mulheres que só retiram a carne da parte do abdômen e deixam o descarte das pernas para outras. A quantidade de carne retirada por uma mulher experiente pode chegar ao dobro do que é retirado por aquela que só descarta a parte do abdômen. Geralmente, uma das trabalhadoras assume o papel de coordenadora do grupo e fiscaliza às demais para assegurar que fragmentos das carapaças não se misturem com a carne.

A atividade de descarte dura, em média, 9 horas, mas pode variar entre 6 e 12 horas, de acordo com a quantidade de recurso a ser manipulado. Cada trabalhadora precisa descarnar entre 5 e 7 dúzias de siri para tirar 1kg de carne. Trabalhando nove horas por dia, cada mulher descarna entre 5 e 6 kg, mas aquelas mais experientes chegam a descarnar até 9kg. Cada beneficiadora coloca a porção de carne retirada em uma bacia separada e, ao final do dia de trabalho, a quantidade é pesada para o cálculo do pagamento.

---

<sup>29</sup>Descarte e catação são alguns dos nomes dados para o processo de retirar a carne do interior das carapaças do siri. O termo catação se refere principalmente para a retirada da carne das pernas do crustáceo que muitas vezes é totalmente quebrada, fazendo com que a trabalhadora tenha literalmente que “catar” pedaços da carne entre os fragmentos de carapaça.



FIGURA 11 – Etapa de descarne do beneficiamento do siri. Acima, mulheres realizando o descarne em grupo (a) e individualmente (b) na parte de fora se suas casas; c) mulheres realizando o descarne em local construído para o beneficiamento; d) detalhe da tarefa de descarne. Fotos: (a),(b) e (d) Carolina Mello; (c) Ana C. Franco.

A carne descarnada é colocada em sacolas plásticas e é entregue à pessoa responsável pela venda, que a separa em porções de um quilo e acondiciona no freezer ou na geladeira. Algumas mulheres ainda manipulam a carne antes da comercialização, temperando-a antes de vendê-la por quilo ou em dúzia, na forma de “casquinhas”. Além destes processamentos, a carne pode ser preparada junto a outros ingredientes para ser vendida na forma de salgados ou lasanhas.

Terminado o trabalho de descarne, algumas mulheres separam as carapaças do siri entre os rejeitos, lavam uma a uma com o auxílio de uma escova e as colocam para secar em local arejado. A carapaça é utilizada pelas trabalhadoras que vendem a carne temperada na forma de casquinhas, ou é vendida separadamente a restaurantes que irão processar o produto para oferecer aos clientes da mesma maneira.

### 6.2.1.2 A fase de comercialização

Na maioria dos casos, a pessoa responsável pela comercialização do siri separa a carne em porções de 1kg e a congela, mantendo-a no freezer até que seja revendida a mercados, restaurantes ou consumidores diretos. Quando as mulheres preparam alimentos com a carne antes da venda, os produtos são mantidos congelados até que apareçam compradores interessados. Não houve relatos de mulheres que saíam a oferecer o siri pelas ruas como no caso do bacucu. Parece que nesse caso, a venda é direcionada exclusivamente a compradores de grande quantidade, como peixarias, mercados de pescado e restaurantes, sendo realizada muitas vezes por encomenda, e pode acontecer na casa do vendedor ou no local escolhido pelos clientes. Automóveis são o meio de transporte mais utilizado pelas pessoas que realizam a comercialização.

### 6.2.1.3 Instrumentos necessários nos processos de trabalho

Na fase de beneficiamento, a maioria das mulheres utiliza fogão a gás ou a lenha para o cozimento e pequenas colheres para auxiliar na catação da carne. Também são utilizadas bacias para acondicionar os organismos e a carne retirada (Figura 12). Os instrumentos geralmente são aqueles também utilizados na casa das trabalhadoras, mas, em alguns casos, podem ser específicos para a realização do processo de trabalho.



FIGURA 12 – Exemplo de instrumentos utilizados no beneficiamento (a) fogão a lenha; (b) bacia e colher. Fotos: Carolina Mello.

O espaço onde se realiza o descarte varia muito. No caso investigado, foram observados diversos tipos de estruturas. Para exemplificar: o trabalho pode ocorrer dentro de uma sala de alvenaria fechada (Figura 11c), com portas e janelas teladas para impedir a entrada de insetos, onde os instrumentos utilizados são

específicos para a realização do processo laboral; num nível intermediário, o local do descarte é a varanda coberta da residência (Figura 11a), e os utensílios são ou não específicos do trabalho; e, em contraste com o primeiro tipo, o processo de descarte pode ser realizado na área externa das residências com a mesa de apoio disposta sob a copa de uma árvore para proteger as trabalhadoras do sol.

A fase de comercialização também aparece condicionada à propriedade de balanças e freezers ou geladeira, utilizados para pesagem e para o acondicionamento refrigerado dos organismos. O preço de compra destes equipamentos é o mesmo ao relatado no caso do bacucu (ver item 7.1.1.4). Além destes, embalagens plásticas, de isopor ou alumínio, são utilizadas para acondicionar os produtos.

No caso em que os compradores vão até a residência dos comerciantes, não se faz necessário meio de transporte. Para aqueles que levam o siri até as peixarias e mercados o automóvel é o meio mais adequado, já que muitas vezes a venda é feita para clientes de outros municípios, impossibilitando a utilização de bicicletas.

### **6.2.2 Organização social do trabalho no caso do beneficiamento do siri em Antonina**

Nos processos de pós-captura do siri, três tipos de atores foram visualizados como figuras importantes: a mulher, pertencente à unidade familiar de produção, que é responsável pelas etapas de beneficiamento e comercialização; o atravessador ou intermediário, que compra os siris dos pescadores e gerência o beneficiamento; e, as *descarnadeiras de siri*, que são as mulheres contratadas pelos anteriores para o processo de beneficiamento. Não foram relatados casos em que o pescador participasse também dos processos pós-captura, nem casos de homens contratados para realizar o descarte.

Os pescadores da comunidade repassam a produção àquela pessoa responsável pelo beneficiamento assim que retornam da faina. Geralmente é a esposa, a filha ou outra familiar mulher residente no mesmo domicílio que recebe o siri e coordena as fases seguintes. Quando o pescador não conta com uma mulher da família que assuma tal função, o esquema de organização do trabalho é distinto: ele passa diretamente ao atravessar o produto capturado e este se responsabiliza pelo beneficiamento e contrata a mão-de-obra necessária.

Nos quadros em que o processo é coordenado por uma mulher que pertence à unidade de produtiva do pescador, o trabalho é realizado na sua residência. Apesar da estrutura dos locais em que o processo de beneficiamento se realiza variar grandemente, na Vila Portinho, onde se focalizou a pesquisa, esses espaços se mostraram higienicamente mais adequados e melhor equipados para a realização do trabalho. Não obstante, as melhores condições restringiram-se ao universo das mulheres de famílias que possuíam mais de uma embarcação direcionada tanto ao siri como a outras pescarias e maior quantidade de membros envolvidos nelas (esposo e filhos, por exemplo).

Dentro deste contexto, quando a etapa de beneficiamento é realizada por mulheres que compartilham a mesma residência do pescador, elas não recebem pelo trabalho. As trabalhadoras relataram que a renda fica para a casa e é dividida entre os gastos com o sustento da unidade familiar e a compra de instrumentos e insumos da produção. Ainda assim, vale acrescentar que em grande parte dos casos é a mulher que comercializa e recebe das mãos dos compradores o dinheiro pago pela carne.

Quando a mão-de-obra familiar é insuficiente para realizar o processo de beneficiamento, a mulher responsável pela pós-captura contrata uma ou mais trabalhadoras para auxiliar no serviço. Neste caso, as descarnadeiras realizam somente a etapa do descarne e não participam das etapas de cozimento e de processamento dos produtos alimentícios (quando feito), ou ainda, da fase de comercialização. Elas são pagas pelo serviço e recebem o valor correspondente à quantidade de quilos de carne de siri descarnada durante o dia de trabalho. Na vila de pescadores investigada, o valor pago para essas trabalhadoras pelo descarne varia entre R\$ 1,50 e R\$ 2,00 por quilo do produto descarnado. Considerando os valores médios de quantidade de siri necessária para obter 1kg de carne (6 dúzias), a trabalhadora que descarna 36 dúzias de siri em um dia de trabalho produz 6kg de carne, e recebe entre R\$ 9,00 e R\$ 12,00.

Muitas vezes, a mulher responsável pelo beneficiamento também realiza a comercialização da produção da família. A carne pode ser vendida diretamente ao consumidor final, a mercados de peixe, a peixarias e a restaurantes. No entanto, mesmo quando grande parte da produção é vendida de forma direta, a relação com o atravessador é resguardada. Segundo elas, a figura do intermediário é importante porque garante a compra da produção quando não é possível vendê-la diretamente.

A maioria dos atravessadores não exige quantidade de produto para a compra, sendo essa uma condição geralmente imposta na negociação feita com os demais compradores (exceto o consumidor final). Assim, quando a pescaria rende pouca quantidade de carne ou quando as mulheres não conseguem compradores diretos, a produção é vendida por um preço mais baixo para o intermediário, mas não é perdida.

O preço de venda da carne comercializada pelas mulheres varia de acordo com a quantidade requisitada pelo comprador: no caso dos comércios de venda de pescado e dos restaurantes, pode variar entre R\$ 12,00 e R\$ 16,00 o quilo; no caso dos consumidores diretos varia entre R\$ 14,00 e R\$ 18,00 e o preço de venda para atravessadores é geralmente R\$ 12,00 por quilo de carne. Considerando, a venda de 30kg de carne feita pelo valor mínimo de R\$ 12,00 o rendimento da família de produtores será R\$ 360,00. Se houve a necessidade de contratação de descarnadeiras, deve-se diminuir o valor relativo à quantidade de quilos descarnada pela mão-de-obra alheia à família. Como exemplo, se foram contratadas três pessoas que descarnaram 6 kg cada, pagando R\$ 1,50 por quilo, a contratante deve remunerar R\$ 27,00 para as trabalhadoras, ficando com R\$ 333,00 para a família.

Da mesma forma como feito para o caso do bacucu, são consideradas situações genéricas para o valor obtido por cada trabalhadora envolvida na pós-captura em um mês de trabalho.

Supondo a produção de 20 dias de pesca de siri, realizados no período de um mês, que resultaram na produção de 600 quilos de carne vendida ao valor mínimo de R\$ 12,00 o quilo da carne, o rendimento da família que não contrata mão-de-obra alheia será de R\$ 7.200,00.

No caso em que, sob as mesmas condições de captura, a família contratou três descarnadeiras em cada dia de trabalho, diminui-se o custo total de R\$ 540,00, sendo que cada trabalhadora receberá R\$ 180,00 e o rendimento mensal da família de produtores será de R\$ 6.660,00.

Seis mulheres foram identificadas como responsáveis pelo beneficiamento e a comercialização da produção da família. Em dois desses casos o descarne é feito integralmente pelas mulheres da unidade familiar; nos demais, é freqüente a soma de mão-de-obra alheia para auxiliar no processo. Em todos os casos a mulher responsável pela pós-captura também realizava a atividade de beneficiamento.

No que diz respeito aos quadros em que o atravessador recebe os produtos do pescador e trata dos processos pós-captura, este contrata as descarnadeiras para realizar o serviço. Neste contexto, a trabalhadora realiza o cozimento e o descarte na sua residência. Variam os casos em que somente uma mulher trabalha com o descarte ou que várias mulheres da mesma unidade domiciliar realizam o beneficiamento. Há também aquelas que, realizando o mesmo trabalho e morando em casas vizinhas, se reúnem em uma só residência para trabalhar em grupo.

O atravessador divide a produção pega com cada pescador proporcionalmente ao número de trabalhadoras que encontra nas unidades domiciliares. Ao final da etapa de beneficiamento, ele retorna à residência das trabalhadoras, pesa a quantidade de carne descarnada por cada uma e paga pelo trabalho individualmente. Neste caso, a maioria das descarnadeiras recebe R\$ 2,50 por quilo de carne extraída. Segundo elas, o valor é maior pelo fato de disponibilizarem o local, os utensílios e o gás gasto no cozimento do crustáceo. Destarte, elas recebem cerca de R\$ 15,00 por 6kg de carne de siri retirada, em um dia de trabalho.

Realizado o trabalho de beneficiamento e contabilizada a quantidade de carne que resultou da produção de cada pescador, o atravessador paga a estes cerca de R\$ 9,00 por quilo do produto. Ou seja, o atravessador compra os siris dos pescadores, mas, em vez de pagar por unidade ou peso de dos siris, prefere pagar pelo peso da carne extraída, que resulta num cálculo mais preciso para ambas as partes.

O atravessador entrevistado não quis relatar o valor de revenda da carne do siri, mas, segundo a declaração de algumas trabalhadoras a carne é vendida entre R\$ 14,50 e R\$16,00 o quilo, podendo chegar a R\$ 18,00 quando a oferta é muito menor que a demanda. Os atravessadores possuem o mesmo tipo de compradores que as mulheres das unidades de produção familiares (comércios de venda de pescado e restaurantes locais), mas alguns vendem a carne do siri em outros municípios do litoral e até mesmo em Curitiba.

Para fazer uma comparação da distribuição dos rendimentos entre este e o esquema exposto anteriormente, consideramos o caso de um atravessador que comprou a produção trazida em um dia de faina por um pescador. Se ao final do beneficiamento, a produção rendeu também 30 kg de carne, vendendo o produto a R\$ 14,50 (preço mínimo declarado), obtêm R\$ 435,00. Desta quantidade, o



atravessador paga ao pescador R\$ 270,00 e paga as descarnadeiras R\$ 75,00 (considerando que o beneficiamento foi realizado por cinco mulheres), o que dá um total de R\$ 345,00. Restando R\$ 90,00 para o atravessador. Supondo que ele organize o beneficiamento da produção de, no mínimo, cinco pescadores, o que é um número pequeno segundo a informação repassada pelo intermediário entrevistado, ele terá R\$ 450,00 de lucro, tendo que descontar apenas os custos de transporte.

Nesse caso, vamos considerar também 20 dias de trabalho no mês, a mesma quantidade de produção (600 kg de carne de siri por pescador), o preço de R\$ 9,00 pago por quilo da carne comprada do pescador e o preço mínimo de venda de R\$ 14,50. O atravessador adquire com a venda R\$ 8.700,00, paga ao pescador R\$ 5.400,00 e gasta com o beneficiamento R\$ 1.500,00, sendo que cada uma das cinco descarnadeiras recebe R\$ 300,00 no mês. O custo total do comerciante é R\$ 6.900,00 e o lucro mensal obtido por ele será de R\$ 1.800,00 para cada produção comprada.

Seis homens foram identificados como atravessadores. Segundo as trabalhadoras entrevistadas, um deles mora em Curitiba. Somente um atravessador colaborou com informações para esta pesquisa, que é nativo e mora no município. Ele relatou possuir três freezers em casa, onde acondiciona os mariscos comprados dos pescadores e beneficiado pelas marisqueiras diariamente. A busca e o acerto com os compradores são realizados enquanto o siri esta sendo beneficiado pelas trabalhadoras e a entrega dos produtos é realizada a cada dois ou três dias. A situação é permanente durante o ano todo, com exceção aos períodos em que a produção do siri é muito fraca.

Nos casos em que a figura do atravessador esta presente, ele geralmente é dono dos meios de produção necessários para a pesagem, o acondicionamento e o transporte do recurso. As mulheres apenas possuem os utensílios necessários ao cozimento e ao descarte.

Vale acrescentar que foram relatados casos em que a produção da unidade familiar onde o processo da pós-captura é coordenado pela mulher, resultou insuficiente frente à demanda, e ela recorreu à produção externa, comprando o siri de pescadores alheios a sua família pelo mesmo preço de compra do atravessador.

Para ambos os quadros apresentados, há ainda os rendimentos obtidos com a venda das casquinhas, compradas por cerca de R\$ 1,00 a centena. No caso das

unidades produtivas em que a mulher coordena os processos de beneficiamento, as carapaças são vendidas aos restaurantes e outros compradores ou utilizadas na preparação de produtos alimentícios. No caso das mulheres que trabalham para os atravessadores, a carapaça é vendida separadamente ou doada a terceiros, que também repassam aos restaurantes do município.

No que diz respeito às descarnadeiras, grande parte é recrutada na vizinhança da vila. Os atravessadores procuram, geralmente, mulheres de quinhoeiros por já ter um contato com esses trabalhadores, mas essa característica não é restritiva, e o beneficiamento também pode ser feito por mulheres de famílias de não pescadores. Não foi possível diferenciar o número de descarnadeiras que trabalham para cada caso. Ao todo, foram identificadas 45 mulheres que são contratadas para realizar o trabalho de beneficiamento. Cinco delas não residiam na Vila estudada, mas eram parentes dos pescadores<sup>30</sup>.

A possibilidade de uma descarnadeira trabalhar para o atravessador ou para as mulheres das unidades de produção é condicionada pela escolha dos contratantes e pela disposição ou possibilidade que a trabalhadora tem de realizar o beneficiamento em casa. Como a qualidade do produto descarnado é cobrada pelo consumidor final, há certa disputa pelas mulheres que “*descarnam direitinho*”, e aquelas com maior experiência e cuidado na manipulação são preferencialmente escolhidas e se mantêm trabalhando mesmo nos tempos em que o recurso é escasso. Contudo, se a residência da trabalhadora não apresenta as condições mínimas necessárias para realizar o processamento, e ela não se reúne com outra vizinha que também realiza o trabalho e que esteja disposta a dividir seu espaço, perde a chance de ser contratada pelo atravessador, sendo obrigada a prestar o serviço somente a quem disponibilize um local, que, nestes casos, são as mulheres organizadoras do beneficiamento das unidades produtivas familiares.

O QUADRO 07 apresenta o rendimento das trabalhadoras, junto ao valor do capital fixo (principais equipamentos) e aos custos referentes a um mês de trabalho, segundo os exemplos apresentados.

Segundo o relato das trabalhadoras, a demanda por mão-de-obra é ainda influenciada pelo volume da produção, apontada por elas como variável de ano a ano. Apesar, de não existirem estudos sobre a variabilidade da abundância de siris

---

<sup>30</sup> Vale lembrar, como explicitado na metodologia, que o número de pessoas identificadas pode estar subestimado.

na baía nem monitoramentos desta pescaria que solidifiquem a ocorrência de tal situação, uma possível existência desta dinâmica é visualizada se considerarmos os estudos anteriores que apontam a ordem de importância dos recursos-alvo das práticas pesqueiras de Antonina. Em 1977, a pesca do siri foi considerada insignificante por LOYOLA E SILVA (1977); em 2002, foi relatada como o principal recurso explorado pelos pescadores (BARLETTA *et al.*, 2002); e, em 2004, aparece como quinto recurso mais importante (FRANCO, 2004).

Passando a limpo, as categorias econômicas em que se enquadram as mulheres vinculadas às fases da pós-captura da pesca do siri em Antonina, segundo as relações sociais de produção em que se inserem, estão muito próximas daquelas encontradas no caso do bacucu. Mas, neste caso, a divisão sexual interna às famílias dos pescadores, tira delas a possibilidade de praticar a captura, fazendo com que elas só estejam presentes a partir da segunda fase da produção, a frente dos processos de beneficiamento e comercialização.

Agentes econômicos	Principais meios de produção			(P) Valor Produto	(-S) Remuneração força trabalho	(RF) Rendimento final mensal por categoria
	Meios	Preço Min	Preço Max			
Beneficiadora e comerciante de siri mercantil simples em transição a pequena capitalista	Embarcação	3.000	8.000	7.200	180 x 3= (-) 540	6.660
	Puçás (5 unidades)	25	50			
Beneficiadora e comerciante de siri mercantil simples	Balança	30	150	7.200	--	7.2000
	Freezer	200	1.700			
Total de capital investido		3.255	9.900			
Descarnadeira assalariada contratada pela mulher	--	--	--	--	--	180
Descarnadeira assalariada contratada pelo atravessador	--	--	--	--	--	300

QUADRO 07 – Rendimentos e principais custos das trabalhadoras, considerando um mês de trabalho, referente aos exemplos genéricos formulados para os esquemas de organização da pós-captura

Ainda assim, as categorias econômicas se diferenciam: por um lado, entre aquelas que realizam todas as tarefas do pós-captura em família, de forma que o excedente é gerado exclusivamente pela força de trabalho da unidade familiar; e, por outro, entre as que contratam descarnadeiras, que se apropriam de parte do produto de trabalho alheio. Como destacado no caso anterior, estas produtoras se aproximam parcialmente à forma da pequena produção mercantil capitalista, ainda que de forma limitada ou frouxa, já que, os membros da família trabalham em todas as fases da produção (captura, beneficiamento e comercialização), e sendo poucas as pessoas de fora contratadas, pode se presumir que a maior parte do excedente ainda esteja originada pelos membros da família. Trata-se, pois, de produção mercantil simples, em transição a pequena produção mercantil capitalista (QUADRO 08).

	Produtoras mercantis simples em transição a pequenas capitalistas	Produtoras mercantis simples	Trabalhadoras assalariadas (Descarnadeiras)
Propriedade de meios de produção	SIM	SIM	NÃO
Emprega força de trabalho própria	SIM	SIM	SIM
Emprega força de trabalho alheia	SIM	NÃO	----

QUADRO 08 – Categorias econômicas em que se enquadram as mulheres que trabalham vinculadas à pesca do siri em Antonina.

No caso das desmarisqueiras, se tratam de trabalhadoras assalariadas, semelhantes a operárias de indústrias, com particularidades: ser um trabalho informal, irregular, trabalhar em domicílios e receber por produto processado. No caso daquelas contratadas pela família de produtores mercantis, são assalariadas que vão até o local de trabalho (o domicílio de cada família), produzem e voltam para casa com a remuneração referente à quantidade de força de trabalho vendida em um dia, medido não em termos de tempo senão de produto processado. Quando trabalham para os atravessadores que direcionam a fase de beneficiamento, assemelham-se muito às operárias de indústrias de processamento de pescado, só que, neste caso, o dono do produto não disponibiliza nem o local nem os instrumentos necessários para realizar o trabalho. Mesmo assim, continuam sendo

trabalhadoras informais e eventuais, sem nenhuma segurança de que terão para quem vender sua força de trabalho ao dia seguinte.

Este tipo de situação se assemelha mais propriamente à indústria a domicílio onde um agente econômico, inicialmente comerciante intermediário, aproveita sua condição para organizar uma atividade produtiva e extrair seu lucro, sem ter que investir em local e demais custos de operação, forçando a produtividade dos trabalhadores mediante o sistema de pagamento por quantidade produzida. Este é um tipo de indústria que se caracteriza pelas piores condições e os mais baixos salários, que emprega pessoas de baixíssima qualificação e muito pobres, geralmente mulheres e menores.

### 6.3 A PRESENÇA DAS MULHERES NA PESCA DE ARRASTÃO DE PRAIA DIRECIONADA À CAPTURA DA TAINHA (*MUGIL LIZA E MUGIL PLATANUS*), BALNEÁRIO DE PONTAL DO SUL (PONTAL DO PARANÁ)

No Paraná, a captura da tainha se dá principalmente entre os meses de maio a agosto, quando os cardumes que abandonam o estuário da Lagoa dos Patos (Rio Grande do Sul) - importante área de criação -, realizam sua migração reprodutiva ao longo da costa, em direção ao norte, se aproximando da zona de arrebentação.

No balneário de Pontal do Sul, a tainha é capturada pela prática do arrastão de praia e é realizado por três grupos de pescadores, que possuem a posse informal sobre os territórios de pesca<sup>31</sup>. Todos os grupos têm como *patrões de pesca* antigos pescadores nativos do balneário, que são os donos das canoas e das redes utilizadas nos lanços (PINHEIRO, 2007). Trata-se de dois pescadores, com mais de 70 anos, que residem próximos à praia e uma pescadora, com 65 anos, aposentada e viúva de um pescador.

A mulher herdou da família do marido o trecho que ocupa atualmente, sendo que ela mora com uma das filhas no município de Paranaguá e vem para Pontal junto à grande parte da família na época de safra. É dona de uma canoa a remo, uma pequena embarcação motorizada e de um dos conjuntos de rede utilizados na pescaria. O seu filho é o proprietário de outros dois conjuntos de rede utilizados. Foi

---

<sup>31</sup> Formalmente o espaço ocupado pelos pescadores é um bem público e esta sob o domínio da Secretária de Patrimônio da União. A posse dos pescadores tem a ver com o direito de uso adquirido como será explicado mais adiante.

este o grupo escolhido para a investigação mais aprofundada nesta pesquisa, pela especificidade de ter uma mulher no papel de armadora e pela maior receptividade das trabalhadoras nas ocasiões de campo.

Segundo PINHEIRO (2007), a demarcação dos territórios de pesca no litoral do estado pode ter mais de 300 anos. Os pescadores de Pontal do Sul entrevistados pela autora divergiram suas respostas quanto aos modos de divisão e de estabelecimento dos espaços de pesca. Eles declararam que os territórios remontam aos antigos pescadores, que não são mais vivos. Segundo eles, o trecho era 'combinado' entre os grupos de pescadores que residiam e pescavam no local e em meados do mês de maio se levantavam marcos nos lugares que deveriam ser guardados para a pesca da tainha, não sendo permitidas outras práticas que poderiam espantar os cardumes da 'beirada' (PINHEIRO, 2007). Os territórios apresentam extensões entre 700 e 3.000 metros e a divisão foi feita de acordo com o número de trabalhadores e o tamanho da rede, considerando os locais mais propícios para o lanço (PINHEIRO, 2007).

Os territórios são repassados a filhos, irmãos, sobrinhos, ou outro alguém da família ligado a pesca, mas nunca comprados. Porém, em Pontal do Sul, se um pescador vende a canoa e a rede com que realiza a pescaria, o direito do ponto fica para quem o comprou, ou ainda, se a família simplesmente abandona a prática, outro pescador pode se instalar no local e depois de um ano ganha o direito de 'posse' (Pescador de Pontal do Sul, em declaração feita a Pinheiro (PINHEIRO, 2007)).

A 'dona' do espaço de pesca onde se realizou esta investigação não soube determinar uma data para as divisões do espaço, declarando que "já era assim desde quando criança". O trecho a que tem direito possui cerca de 1000 metros ao longo da costa e se estende a área de restinga, onde fica o rancho para guardar a canoa e os barracos para acomodação dos pescadores.

O arrastão de praia direcionado à tainha é uma prática coletiva, onde algumas funções requerem experiência e certa habilidade. Poucos pescadores participam embarcados, o mestre, geralmente é o dono da embarcação (quando participa da pescaria) e os demais tripulantes são preferencialmente pescadores profissionais já acostumados a manejar a embarcação e as redes (CORRÊA, *et al.*1993).

Contudo, inúmeras pessoas podem auxiliar no processo de puxar a rede e na despesca na praia, para essa tarefa se admite a participação de pessoas de qualquer idade e sexo. Sendo menos especializada, pode ser realizada até mesmo por turistas ou pessoas de fora (PINHEIRO, 2007). É, pois, nesse grupo de trabalhadores que as mulheres estão presentes na captura, assim como no beneficiamento e na comercialização das tainhas. Destarte, as três fases são descritas detalhadamente nos itens seguintes.

### **6.3.1 Processo e instrumentos de trabalho**

#### **6.3.1.1 A fase de captura**

As tainhas são peixes pelágicos que vivem na coluna d'água ou na superfície. Nesta prática de pesca o emalhe de peixes ocorre na zona entre-marés; por isso o arrastão também é conhecido como uma “pesca de beirada”. Apesar de voltado para os indivíduos adultos, pelo maior valor comercial, também são capturados indivíduos juvenis e outras espécies sem valor econômico.

A captura do peixe se dá através de uma operação de lanço com configuração semicircular: os pescadores levam a rede em uma canoa a remo e percorrem um caminho em forma de meia-lua, cercando o cardume de peixes até retornar à costa. A rede é então puxada, manualmente, em direção à terra por duas longas cordas atada às suas extremidades (CORRÊA *et al.*, 1993; ANDRIGUETTO FILHO, 1999; PINHEIRO, 2007).

O grupo de trabalhadores envolvidos na captura desta espécie pode ser separado em três diferentes categorias segundo sua função na pescaria: *espia*, *canoeiro* e *caboeiro*.

O lanço se inicia com o trabalho do *espia*. A função deste trabalhador inclui avistar, avaliar o tamanho dos cardumes, e guiar as operações. Ele permanece na praia, em cima de uma armação de madeira (*mochó*), observando o mar e verificando a presença de manchas de peixes.

Os *canoeiros* ficam na canoa a remo com as redes preparadas para a operação do lanço aguardando o sinal do *espia* para remar em direção ao cardume e cercá-lo. Normalmente, são três ou quatro trabalhadores, que se diferenciam entre os papéis de *mestre*, que conduz a canoa e os demais tripulantes, e as funções de *proeiros*, que vão à proa para puxar a canoa, e *chumbereiros*, responsáveis por

lançar o chumbo (da rede) quando a canoa já está cercado o cardume (PINHEIRO, 2007).

Os caboeiros ficam na beira da água e puxam manualmente os cabos atados às extremidades da rede quando o cardume é cercado. Ficam divididos em dois grupos, dispostos um em cada ponta da rede e trazem os peixes até a praia (Figuras 13 e 14). Os caboeiros também auxiliam a desmalhar o peixe e no deslocamento das canoas entre um lance e outro, geralmente feito com o auxílio de carrinhos, construídos com um eixo e duas rodas de automóvel (Figura 14).



FIGURA 13 – Caboeiros puxando a rede depois do cerco de um cardume. Foto Carolina Mello.



FIGURA 14 – Detalhe para a presença das mulheres trabalhando como caboeiras. Foto: Carolina Mello.



É difícil medir a duração do tempo destinado aos lanços, bem como o número de arrastões efetuados num dia, estes são dependes da quantidade de peixe visualmente disponível, da quantidade de peixe capturado num lanço, do número de trabalhadores e das condições climáticas e oceanográficas (PINHEIRO, 2007). O grupo de mulheres investigado nesta pesquisa declarou que os pescadores realizam normalmente cinco lanços ao dia e cada lanço pode durar entre 30 minutos e 2 horas.

#### 6.3.1.2 A fase de beneficiamento

Grande parte das tainhas capturadas no arrastão não recebe beneficiamento. Quando este é feito, geralmente, se restringe à limpeza do peixe (retirada das vísceras). Os organismos podem ser limpos na praia, logo após a captura e as trabalhadoras normalmente utilizam mesas precárias construídas com tábuas de madeira e facas para auxiliar na manipulação. Nos casos em que o peixe não é comprado próximo ao local de captura, ele pode ser levado para a casa dos pescadores, limpo e, às vezes, congelado. No caso de Pontal do Sul, o beneficiamento é realizado por todas as trabalhadoras participantes da pescaria. Ele pode ser feito individualmente na praia ou na residência, quando comprado no varejo, ou em grupo de mulheres na praia, quando o comprador pede uma grande quantidade.

#### 6.3.1.3 A fase de comercialização

Antes de relatar as formas de comercialização, é preciso destacar que a faina da tainha pode acabar só no 'lanceio do almoço', quando se captura pouca quantidade de peixe e esta é dividida entre os participantes.

Nos casos em que os lanços resultam em grande quantidade de recurso, a forma mais comum de comercialização é a feita para intermediários, logo depois de dividido e contabilizado o 'quinhão' de cada trabalhador. Para esta situação, geralmente, o dono dos meios de produção fundamentais (no caso, a embarcação e a rede) já tem compradores habituais (consumidores e intermediários). Existem atravessadores locais que percorrem a praia com carros entre um e outro ponto de pesca na busca dos peixes, que é levado, na maioria das vezes, sem qualquer manipulação. Donos de restaurantes, pequenas peixarias e clientes especiais locais,

também são avisados quando a captura foi bem sucedida e compram o pescado sem o beneficiamento ou limpo.

Há ainda, a venda feita na forma ambulante, quando o/a pescador/a sai pelas ruas do balneário, geralmente de bicicleta, com os peixes acondicionados em isopor ou apenas em caixas ou sacolas plásticas. Esta forma é mais comum entre os trabalhadores que auxiliam somente no puxar da rede, quando recebem o peixe como forma de pagamento. Eles podem limpar a tainha e sair a vender logo depois da faina ou congelá-la e realizar a venda em outro momento.

#### 6.3.1.4 Instrumentos necessários para nos processos de trabalho

Canoas de vários tamanhos são utilizadas na pesca de arrastão direcionada à tainha. Elas podem ser de madeira ou de fibra e, apesar de alguns pescadores utilizarem embarcações motorizadas, a maioria ainda utiliza a de propulsão a remo. As redes de emalhe também diferem no tamanho da malha, no comprimento e na altura. Normalmente, possuem de 6 a 11 cm entre nós, de 20 a 100 braças de comprimento e cerca de 3,5 braças de altura (PINHEIRO, 2007). Em termos de custos, no momento do levantamento de campo desta pesquisa (2008), uma canoa custava entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00 e o conjunto de redes necessário para esta pescaria custava cerca de R\$ 1.000,00, segundo uma das pescadoras entrevistadas.

O beneficiamento dos peixes requer somente a utilização de facas e tábuas, mas geralmente nem as tábuas são utilizadas e o pescado é disposto diretamente sobre a mesa. No caso investigado, as tarefas do beneficiamento eram realizadas sob as cabanas montadas pelos pescadores na área de restinga da praia ou na residência dos participantes.

Para a comercialização podem ser utilizadas balanças para a pesagem, mas eventualmente o peso pode ser somente estimado de acordo com o tamanho da tainha. Quando o pescado não é vendido logo em seguida da captura, freezers são utilizados para acondicionar o peixe até que se realize a venda ou o consumo<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Os preços dos utensílios e equipamentos utilizados no beneficiamento e comercialização são os mesmos daqueles apresentados para os outros casos estudados.

### **6.3.2 Organização social do trabalho no grupo de praticantes do arrastão de praia observado em Pontal do Sul (Pontal do Paraná)**

No grupo investigado, é um pescador nativo que realiza a função do espia e não foram identificadas mulheres que desempenhem essa tarefa, mas algumas das trabalhadoras mais velhas foram observadas reunidas sob a areia da praia, auxiliando o espia no serviço de avistar o mar a procura dos cardumes.

Somente uma das pescadoras relatou sair na canoa para ajudar a remar, realizando o trabalho como canoeira, entretanto, ela declarou que só sai quando nenhum outro pescador presente na praia se apresenta para a função, o que não havia acontecido até o momento da investigação naquele ano. Como dito anteriormente, foi na função de caboeiras que as mulheres são observadas entre os trabalhadores, perfazendo o grupo daqueles que trabalham durante toda a época de faina.

Durante os dias da presente investigação, o grupo estava composto por 34 pessoas. Destas, 14 eram mulheres e 20 homens. Segundo a proprietária da embarcação, ela e seus familiares começam a conversar sobre quem irá participar da pesca da tainha mais ou menos um mês antes do início da safra. Dois de seus filhos homens revezavam os papéis de mestre e canoeiro da embarcação. Dentre as trabalhadoras, oito são da família, cinco moram em Paranaguá e três em Pontal do Sul. Os demais trabalhadores são recrutados entre os moradores do balneário, alguns homens são pescadores (da família ou não) que já trabalham tradicionalmente com o grupo e as mulheres eram parentes desses e também tinham histórico de trabalho com a confraria.

Todos os trabalhadores recebem como quinhoeiros, desde que se mantenham freqüentes na pescaria. O pagamento é em dinheiro e se realiza geralmente no final da semana ou depois que uma boa quantidade de tainha foi capturada e vendida. As pessoas que não trabalham de forma freqüente no grupo recebem peixes ao final de cada lanço e não são pagas em dinheiro.

O grupo fica na praia enquanto os cardumes estão aparecendo. A família da armadora que não mora em Pontal permanece numa casa na beira mar em frente ao ponto de pesca. Os demais trabalhadores passam o dia na praia, entre o rancho de pesca e as cabanas para abrigo, construídas com lona e madeira reutilizada sob as árvores da restinga. Essas estruturas são utilizadas para se proteger do sol e da

chuva enquanto esperam aparecer os cardumes, para deixar objetos pessoais e de manuseio dos peixes.

Fora a patroa de pesca, todas as mulheres declararam auxiliar no puxar da rede. Todas participam da despesca, ajudam a carregar os peixes para um local seco e protegido do sol e realizam a limpeza da tainha quando necessário, mas o único trabalho pago é aquele prestado como caboeira. Foi uma das filhas da dona da embarcação que relatou sair ao mar na falta de pescadores.

A forma de pagamento das trabalhadoras é igual àquela adotada para os demais caboeiros. Quando os rendimentos são pequenos, o quinhão é pago em peixe e cada pessoa decide a forma de utilizá-lo. As mulheres declararam que a tainha pode servir de alimento do dia ou ser vendida na praia, nos comércios ou de forma ambulante. Contudo, nas ocasiões em que aparecem consumidores diretos para comprar a tainha no ambiente da praia, a dona dos meios de produção tem preferência em realizar a venda frente aos demais trabalhadores.

Quando a captura é grande, é de competência de um dos filhos (homem ou mulher) ou da nora da armadora realizar a venda. O pagamento pode ser feito na hora, mas os atravessadores podem também levar as tainhas, pesar, anotar a quantidade e ao final da semana, quando já realizaram a venda, pagar a um dos integrantes da família. Estes, por sua vez, dividem o dinheiro e pagam o total referente a cada trabalhador do grupo, de acordo com sua participação naqueles lanços. São os filhos e filhas da proprietária dos instrumentos que anotam as quantidades referentes a cada participante e dividem o dinheiro recebido. Eles decidem em conjunto o preço de venda que, normalmente, é o mesmo valor utilizado pelos demais grupos de pesca do balneário.

Na época da investigação (2008), as tainhas vendidas aos intermediários e comerciantes variavam entre R\$ 3,00 e R\$ 4,00 o quilo. Quando oferecido ao consumidor, os preços variavam entre R\$ 8,00 o quilo da tainha sem ova e 10,00 a ovada. Nesse caso elas eram vendidas limpas, compradas na praia ou na rua.

A partilha do pescado é realizada da forma descrita por PINHEIRO (2007), com base no “terço” e no “quinhão”. Primeiro, os rendimentos são divididos em três partes iguais: uma parte, denominada “terço da rede”, é paga à “dona da pesca” (a mulher armadora). As outras duas partes são destinadas ao pagamento dos quinhoeiros permanentes, ou seja, aqueles trabalhadores presentes durante todos os lanços que resultaram na produção.

Neste caso, a armadora, o espia e os canoieiros recebem dois quinhões e todas as outras mulheres e os demais caboeiros recebem um quinhão. Os ajudantes, incluindo turistas, veranistas e moradores que não trabalham de forma permanente junto ao grupo, não têm direito ao quinhão, recebendo um ou dois peixes ao final de cada dia, conforme a produção.

Para exemplificar a distribuição dos rendimentos entre os trabalhadores, supomos o caso em que o grupo, composto por um espia, três tripulantes na canoa e 15 caboeiros permanentes, passou um mês realizando os lanços. Se, ao final do período, o fruto da faina foi 1.200 kg de tainha, comprada por um intermediário ao custo de R\$ 3,00 o quilo, o rendimento total será de R\$ 3.600,00.

Depois da divisão do terço, a patroa da pesca ficaria com R\$ 1.200,00, referentes à propriedade da canoa e da rede. Os outros R\$ 2.400,00 seriam divididos em quinhões, (R\$ 2.400,00 dividido 25 = R\$ 96,00) sendo que a patroa, o espia e os canoieiros, receberiam, R\$ 192,00 cada (2 quinhões) e os caboeiros (homens e mulheres), receberiam R\$ 96,00 cada (1 quinhão). No total, a patroa fica com R\$ 1392,00, que representa o 39% do valor produzido.

O QUADRO 09 demonstra o rendimento da patroa de pesca obtido no exemplo apresentado, junto aos custos referentes aos principais instrumentos de trabalho e ao pagamento dos quinhoeiros.

Vale lembrar, que este é somente um caso hipotético, aludindo a uma situação de baixa produção e que existem ocasiões em que em um dia de pesca é capturada uma quantidade de tainhas bem maior do que a suposta para um mês no exemplo. Além do que, a venda não é feita somente ao atravessador, sendo comumente realizada para outros comerciantes e consumidores diretos, onde o valor pago pelo produto pode ser significativamente maior.

Além disso, nesse grupo de pescadores, existe outro dono de rede e os trabalhadores revezam o uso das duas redes nos lanços. Quando a rede utilizada não é de propriedade da dona da embarcação, ela divide o 'terço da rede' com o proprietário do apetrecho, e seu rendimento individual é menor.

Esta senhora declarou que freqüentemente divide parte de seus ganhos com os filhos, sem que estes envolvam redes próprias, de forma que para esses familiares mais próximos a pescaria pode ser mais rentável do que no exemplo apresentado. Em todo caso, essa divisão é uma opção da mãe posterior à partilha da pesca, estando fora das regras descritas

Agentes econômicos	Principais meios de produção			(P) Valor Produto	(-S) Remuneração força de trabalho do espia e dos canoeiros	(-S) Remuneração força de trabalho dos caboeiros	(RF) Rendimento final Mensal por categoria
	Meios	Preço Mín	Preço Max				
Armadora de pesca pequena capitalista	Canoa	1.000,00	3.000,00	3.600,00	192 x 4 = (-)768,00	96 x 15 = (-)1.440,00	1200 + 192 = 1.392,00
	Balança	30,00	150,00				
	Freezer	200,00	1.700,00				
Total capital investido		1.230,00	4.850,00				
Trabalhador especializado (espia e canoeiro)	--	--	--	-	--	--	192,00
Trabalhador não especializado (caboeiro) permanente	--	--	--	--	--	--	96,00
Trabalhador não especializado (ocasional)	--	--	--	--	--	--	Alguns peixes/da faina

QUADRO 09 – Rendimentos e principais custos da patroa de pesca, considerando um mês de trabalho realizado somente com os instrumentos de produção de sua propriedade.

No quadro apresentado por este grupo de trabalhadores, as mulheres são encontradas em duas situações extremas da cadeia produtiva: por um lado, a patroa de pesca, que se enquadra no perfil de pequena capitalista, armadora da pescaria, e, por outro, as demais mulheres que se enquadram como trabalhadoras assalariadas num trabalho temporário com pagamento proporcional, neste caso, ao produzido pelo grupo, e não individualmente, como ocorre nos casos das beneficiadoras analisados neste estudo. Estas trabalhadoras vêm na pesca da tainha uma oportunidade de ganhar dinheiro, tão escasso fora do período da temporada de verão, que é quando podem trabalhar como diaristas ou vendedoras ambulantes, por exemplo, que são trabalhos que não exigem qualificação. O QUADRO 10 diferencia as atoras segundo seu papel econômico na atividade.

	Produtora mercantil pequena capitalista (Armadora de pesca)	Trabalhadoras assalariadas (Caboceiras)
Propriedade de meios de produção	SIM	NÃO
Emprega força de trabalho própria	NÃO	SIM
Emprega força de trabalho alheia	SIM	----

QUADRO 10 – Categorias econômicas em que se enquadram as mulheres que trabalham vinculadas à pesca de arrastão da tainha em Pontal do sul

#### 6.4 O TRABALHO DE COMERCIALIZAÇÃO E BENEFICIAMENTO DO PESCADO NOS MERCADOS COMUNITÁRIOS DE SHANGRI-LÁ (PONTAL DO PARANÁ), MATINHOS E PIÇARRAS (GUARATUBA)

As três comunidades a que pertencem às mulheres investigadas estão situadas em municípios praiano-turísticos do litoral. As comunidades de pescadores são urbanas e os pescadores dividem o espaço com não pescadores: habitantes permanentes que realizam outras atividades econômicas; veranistas que possuem segunda residência no litoral; e um contingente de turistas que tomam os balneários de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba nos feriados prolongados e durante o verão.

Segundo CALDEIRA (comunicação pessoal, 2010), a comunidade de Shangri-lá (Pontal do Paraná) é formada por cerca de 50 pescadores que realizavam a pescaria em 23 embarcações contabilizadas por ele no ano de 2007. O município de Matinhos, segundo informações da Colônia de Pescadores, possuía em 2009, 169 homens atuando na pesca em 66 embarcações motorizadas. A canoa a motor é o único tipo de embarcação utilizada pelos pescadores dessas duas comunidades.

Em Piçarras (Guaratuba), não foi possível estimar o número atual de pescadores e embarcações, mas, dentre as mulheres investigadas neste estudo, cinco trabalhadoras afirmaram que a pesca da família é realizada com canoas a motor e três com bateiras, todas operadas em parceria. Duas mulheres declararam que as pescarias de sua família são realizadas por baleeiras, com 3 ou 4 tripulantes por embarcação e 3 que as pescarias da família são realizadas por embarcações tipo barco, com até 5 tripulantes, sendo que em um destes casos, a unidade

produtiva a que pertencia a trabalhadora possuía 3 embarcações. Isto totaliza, só entre elas, pelo menos 45 pescadores, entre proprietários e quinhoeiros.

Em base à categorização apresentada por ANDRIGUETTO-FILHO *et al.*(2009) para os sistemas de pesca paranaense, a maioria dos processos de captura que envolvem as mulheres dos casos investigados constituem parte dos sistemas de pesca de *canoa a motor* e de embarcações de “*tábua*”. E, algumas mulheres de Guaratuba, pertencem a famílias que constituem parte do sistema de *arrasteiros familiares*.

Os pescadores que utilizam canoas a motor normalmente realizam uma pesca diversificada, voltada para captura dos camarões e de múltiplas espécies de peixes. Os pescadores que utilizam bateiras se diferenciam daqueles que trabalham com canoas a motor porque podem realizar algumas práticas no interior das baías, mas as práticas, os processos de trabalho e a divisão de tarefas são muito semelhantes (ANDRIGUETTO *et al.*, 2006; CHAVES *et al.*, 2003).

Em 2008, embarcações pequenas semelhantes a essas podiam ser compradas por R\$ 1.500,00 quando já usadas e cerca de R\$ 20.000,00 o modelo novo, sem os equipamentos de pesca.

Os pescadores que utilizam as baleeiras e os barcos são voltados às pescarias em mar aberto. No arrasto, além dos camarões branco e sete-barbas, capturam também o camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis* e *F. brasiliensis*), o santana (*Pleoticus muelleri*) e o barca-ruça (*Artemesia longinaris*) (PAIVA, 1997; CHAVES *et al.*, 2003; ANDRIGUETTO *et al.*, 2006).

As baleeiras e os barcos são as maiores embarcações encontradas entre as famílias das mulheres abordadas nesta investigação. Em 2008, custavam entre R\$ 25.000,00 e R\$ 80.000,00, segundo o relato de dois pescadores da comunidade de Piçarras.

Para a captura dos camarões feita pelo arrasto de fundo o pescador precisa, além da rede e dos cabos, de um par de portas ou pranchas, que são utilizados para manter a boca da rede aberta durante o processo de captura. Segundo os dados levantados em 2007 por CALDEIRA (2009), a equipagem completa para as pequenas embarcações custava cerca de R\$ 550,00 e um equipamento completo



para as embarcações maiores custava cerca de R\$ 1.000,00. Os tangones e guinchos variavam o preço de compra entre R\$ 1000,00 e 2.000,00<sup>33</sup>.

Os peixes são capturados com redes de emalhe, principalmente por caceio de fundo, caceio com rede alta e pelo fundeio. Os tamanhos de malha variam de 4,5 a 22 cm entre nós, podendo chegar a 60 cm para a captura de grandes espécies.

As redes utilizadas para a captura dos peixes têm custos muito distintos, dependentes da malha, tipo de fio, tamanho e quantidade de bóias e poitas necessárias. As redes são geralmente compradas em parcelas<sup>34</sup> e, a quantidade de parcelas utilizadas é dependente da capacidade da embarcação, da arte de captura e da espécie alvo da pescaria. Cada parcela de rede pode custar entre R\$ 500,00 e R\$ 2.000,00 e o capital necessário para adquirir o conjunto de parcelas de rede necessárias para uma boa pescaria varia entre R\$ 1.000,00 e R\$ 12.000,00.

Nas três comunidades predominam casos em que os proprietários da embarcação e dos apetrechos também participam da fase de captura. Apenas uma das mulheres entrevistadas relatou que o pescador (seu marido) estava distanciado da pesca e somente quinhoeiros eram responsáveis pelo processo<sup>35</sup>. E em particular, uma das mulheres relatou que o marido não possuía embarcação e trabalhava como quinhoeiro<sup>36</sup>. Casos de proprietários dos meios de produção que nunca pescaram não foram encontrados, pelo menos, entre as trabalhadoras abordadas.

A divisão sexual do trabalho nas unidades produtivas que possuem embarcações motorizadas, em regra, se consolida com os homens realizando a fase de captura, que depende do manejo das embarcações, e as mulheres responsáveis pelas tarefas posteriores a esta, de beneficiamento e venda, tanto nos espaços

---

<sup>33</sup> O custo apresentado para os equipamentos e apetrechos de pesca foi pesquisado por Caldeira (2009), em 2007, durante sua pesquisa sobre os pescadores de Pontal do Paraná. Como esses valores não foram estipulados durante a presente pesquisa, optou-se por repetir os custos considerando que não existem diferenças muito significativas na equipagem utilizada entre pescadores de diferentes municípios e nem nos preços dos apetrechos desde aquele ano.

<sup>34</sup> Segundo Caldeira (2009), uma parcela de redes é formada por “panos” de rede justapostos. Os panos são segmentos de redes de diferentes alturas, e geralmente com comprimento de cerca de 70 metros, são compostos pela “panagem”, que é a parte da rede onde os organismos são emalhados, os cabos, a chumbada e as bóias ou cortiças.

<sup>35</sup> A declaração foi dada por uma proprietária de peixaria no mercado de Piçarras (Guaratuba), cujo marido é pescador aposentado.

<sup>36</sup> A declaração foi dada por uma proprietária de banca de venda de camarão, também no mercado do município de Guaratuba.

menos tecnificados quanto naqueles que ocorrem as pescarias de grande escala, onde o beneficiamento é realizado nas indústrias de processamento de pescado.

Como focos dessa investigação foram contemplados três mercados comunitários, um em cada uma das comunidades apresentadas. Os três comércios investigados são utilizados durante o ano todo por pescadores que moram e aportam nas redondezas desses locais e as trabalhadoras, em grande parte familiares diretos dos pescadores, são encontradas nas bancas de venda, realizando as tarefas de comerciantes e beneficiadoras de espécies de peixes e camarões.

Foram identificados 51 pontos de venda distribuídos entre os comércios de Shangri-lá, Matinhos e Piçarras. Entretanto, somente 36 deles se encontravam em funcionamento na época de realização da pesquisa. Em parte, isso se deve ao fato das investigações não terem sido realizadas em época de temporada de veraneio, quando mais pescadores utilizam a venda direta como estratégia de comercialização. Noutros casos, o desuso está relacionado às estratégias de distribuição adotadas pelas unidades de produção.

O Mercado de Shangri-lá (Figura 15) é, além de local de venda de produtos marinhos, um dos pontos turísticos do município de Pontal do Paraná. Foi oportunamente instalado na beira mar, do lado da restinga, no mesmo local onde são realizados os desembarques dos pescadores do balneário, onde já era realizada a comercialização direta do pescado. Foi construído em 1990, com material doado por um deputado e com a mão-de-obra dos pescadores locais e funcionários da Prefeitura de Paranaguá. Em 2004 foi deslocado poucos metros para o norte, e instalado frente a chegada de um dos acessos perpendiculares ao mar. Nesta ocasião, as instalações foram melhoradas e a obra foi financiada pela Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. Atualmente o mercado é administrado por alguns pescadores que pertencem à Associação Comunitária dos Pescadores Profissionais e Amadores de Pontal do Paraná (ASCOMPES).

O estabelecimento é em forma de U, sem paredes, coberto por telhas, sem piso construído e tem ampla área de circulação. Na época de sua construção foi dividido em 20 boxes de venda, equivalente ao número de pescadores proprietários de embarcação que conseguiram a doação do material e participaram de sua construção. Do lado Sul, e mais próximo à praia, os pescadores aportam suas

embarcações. Do lado Norte, há vários ranchos, de construção precária de madeira, utilizada para guardar os apetrechos de pesca.



FIGURA 15 – Vista do Mercado de Pescados de Shangri-lá, Pontal do Paraná. Foto: Carolina Mello.

Atualmente, podem ser observadas 14 bancas individualizadas distribuídas pelo mercado (na época da entrevista apenas 12 estavam abertas), sendo que elas possuem entre 12 e 18m<sup>2</sup>, e estão separadas por muretas de alvenaria ou divididas pelas mesas de trabalho. O acabamento e manutenção são realizados individualmente, de forma que, algumas são fechadas e possuem bancadas e pias e outras não. O local não possui energia elétrica, mas é provido de água encanada. A água pode ser usada nos tanques comunitários ou em pias no interior das bancas e o custo é dividido entre todos. O banheiro, de madeira, foi construído pelos pescadores e é dividido em masculino e feminino. Não há local para a troca de roupas nem para a preparação de refeições. A troca de vestimentas é realizada em um dos ranchos de pesca mais próximos e as trabalhadoras vão a suas casas para preparar e realizar a refeição em família. Quando não podem se ausentar, devido à grande quantidade de clientes, a comida é levada por alguém da família e elas comem nas bancas, mas isso é pouco frequente.

Os recursos marinhos comercializados são provenientes da produção dos pescadores do balneário e, por acordo dos proprietários das bancas, só são vendidos produtos das pescarias locais. O pescado se mantém acondicionado em isopores com gelo e ao final de cada dia os pescadores levam a produção para sua residência, onde é acondicionada em freezers ou na geladeira. O gelo utilizado é

buscado em pequenas fábricas nos balneários vizinhos (Barrancos e Pontal do Sul) ou é levado por intermediários. Quando comprado diretamente das fábricas, as mulheres pagam entre R\$ 3,00 e R\$ 4,50 a caixa<sup>37</sup>; já quando o gelo é levado pelo intermediário custa cerca de R\$ 5,00. Segundo declarações do Presidente da Colônia de Pescadores do município de Pontal do Paraná, em dias de boa pescaria e de grande movimento de turistas, o mercado chega a comercializar ao redor de uma tonelada de pescado diariamente.

As bancas podem ser individuais (uma família) ou coletivas (envolvendo várias famílias). No segundo caso, cada uma realiza a venda independentemente das outras, mas a manutenção da estrutura física e o rateio de algumas despesas são feitas coletivamente. Geralmente, estas bancas são repartidas entre os pais e filhos que casaram posteriormente à divisão inicial do mercado, e cada um possui sua própria embarcação sendo que, em termos econômicos, podem ser sócios ou independentes, nem que se ajudem em diferentes formas e graus.

O Mercado Municipal Manoel Machado, conhecido como Mercado de Pescados de Matinhos (Figura 16) está situado entre a sede da Colônia de Pescadores e o local da praia onde é realizado o desembarque da produção local. Foi construído pela Prefeitura, em 1996, mas o lugar já era utilizado pelos pescadores para realizar a venda direta aos consumidores desde a década de 60. E, desde 1970, já possuía estruturas simples onde eram expostos os pescados.



FIGURA 16 – Mercado Municipal Manoel Machado, conhecido como Mercado de Pescados de Matinhos, Matinhos. Fotos: Carolina Mello.

Diferente de Shangri-lá, o local é fechado, tem paredes, teto e piso de material, mas possui cinco portas amplas e a parte superior das paredes com tijolos

<sup>37</sup> Uma caixa de gelo equivale a cerca de 20 kg.

vazados, que facilitam a circulação do ar. Recentemente, o mercado ganhou duas salas para manipulação, sendo uma destinada ao beneficiamento do camarão onde só é permitida a entrada de pessoas com vestimentas adequadas (avental e touca), e a outra é destinada ao fileteamento dos peixes, onde são mais frouxas as restrições quanto à circulação de pessoas e a adequação do vestuário. Além desses, existe um espaço coberto no qual uma grande mesa ao centro é destinada à separação dos produtos recém desembarcados.

A administração do estabelecimento é feita pela Colônia de Pescadores do município de Matinhos, que, na época de sua construção, dividiu as bancadas do mercado em 47 pontos de venda, referente ao número de pescadores associados proprietários de embarcação. Atualmente, 22 trabalhadores dividem o local de forma mais permanente, mas, na época das visitas de campo desta pesquisa, somente 11 bancas estavam em funcionamento. As bancas têm diferentes tamanhos e são separadas apenas pela posição das balanças utilizadas na pesagem dos produtos.

O local possui energia elétrica e água encanada e as taxas de energia e de abastecimento de água são custeadas pela Prefeitura, que também disponibiliza dois funcionários para a limpeza e vigilância e arca com alguns dos materiais de limpeza utilizados nas áreas de circulação comum. O mercado possui banheiros, separados em masculino e feminino, mas nenhum deles possui armários, local apropriado para troca de roupa ou chuveiros. Também não foi observado instalações para preparação ou realização das refeições, que são feitas nos comércios das redondezas ou na residência das trabalhadoras. Existem ventiladores de teto instalados sob algumas bancas, que, segundo os pescadores, foram comprados e instalados individualmente.

Como no caso de Shangri-lá, os pescadores acordaram em vender somente os produtos da produção local, não sendo permitida a comercialização de pescados trazidos de fora.

A maioria dos produtos que não está em exposição se mantém acondicionado em isopores com gelo e em freezers e, como o local é fechado durante a noite, muitos pescadores deixam no mercado sua produção não vendida quando retornam para casa. O gelo utilizado é comprado principalmente de um intermediário que busca o insumo em uma fábrica de Guaratuba. Ele compra o produto por R\$ 1,80 a caixa de 20 quilos e revende aos pescadores a R\$ 4,00. Alguns pescadores também buscam o gelo em distribuidoras de bebidas locais ou

na fábrica que se instalou recentemente próxima ao mercado e passou a oferecer o gelo aos pescadores, por R\$ 2,50 a caixa. Vale acrescentar que a Colônia possui uma fabriqueta de gelo abandonada. Segundo o Presidente, os custos de funcionamento (energia elétrica e funcionário) não garantem um preço menor aos pescadores. Recentemente, os pescadores do município foram contemplados com uma fábrica de gelo disponibilizada pelo MPA e estão aguardando a finalização do processo de doação e instalação. Mesmo assim, pelos cálculos feitos pelo Presidente da Colônia, o gelo terá que ser vendido a R\$ 3,00, mais caro que em alguns dos demais pontos de venda. Em dias de boa pescaria e de grande movimento de turistas o mercado chega a comercializar até três toneladas de pescado e, nesses dias, os pescadores utilizam mais de 5 caixas de gelo diariamente.

Em Matinhos, cada banca é individual no sentido de que comercializa o produto de um pescador, mas existem casos em que uma unidade compra o pescado de outros pescadores e realiza a comercialização da produção própria e alheia. Atualmente, existem famílias de pescadores utilizam os espaços de venda do mercado renunciados por alguns dos pescadores que receberam o direito de uso na época de sua construção, que cederam seu ponto informalmente aos interessados.

O Mercado Municipal João Batista de Miranda (Figura 17) está situado no bairro da comunidade de pescadores de Piçarras, no município de Guaratuba. Foi construído pela prefeitura em 1991, e atualmente contém 15 pontos de venda. É fechado e possui duas portas amplas gradeadas na parte da frente, sendo que cada porta leva a um dos salões do estabelecimento. O salão menor é dividido entre oito peixarias (na época da realização da entrevista duas não estavam funcionando) e o outro é separado entre os boxes de venda de camarão, locais para o beneficiamento e um espaço destinado aos freezers e a disposição dos objetos pessoais das trabalhadoras. Neste salão maior, existe uma segmentação dos ambientes separados por paredes de meia altura. Numa primeira fileira uma bancada é dividida pelas trabalhadoras que vendem os camarões, pias e um pequeno espaço para embalar os produtos estão dispostos atrás das vendedoras. O segundo espaço é destinado ao beneficiamento dos peixes, lulas e polvos e possui pias intercaladas com espaços para arranjar o pescado manuseado. Detrás destes, ainda existe um par de bancadas destinadas ao beneficiamento de camarões.

Quando construiu o mercado, a Prefeitura realizou um cadastro entre os pescadores e escolheu um número deles para ocupar os sítios disponibilizados. As pessoas que assumiram um *box* de venda, ganharam a permissão de uso, mas precisam pagar uma taxa mensal referente ao aluguel do ponto de comercialização. O valor pago pelas peixarias é cerca de R\$ 400,00 mensais e o das bancas de venda de camarão cerca de R\$ 100,00, mas esses custos podem variar dependente da época em que o contrato foi realizado<sup>38</sup>.



FIGURA 17 – Mercado Municipal João Batista de Miranda, conhecido como Mercado de Pescados de Piçarras, Guaratuba. Fotos: Carolina Mello.

<sup>38</sup> O administrador do mercado relatou que muitos dos pescadores possuem dívidas pendentes com a Prefeitura, e alguns não têm conhecimento de outras taxas que devem ser pagas junto do aluguel. No entanto, ele também não soube explicar quais seriam os valores do aluguel e quais as taxas inseridas nos contratos assinados. Também informou que a Prefeitura estava reorganizando a documentação e regularizando as permissões de uso, porque muitos pescadores repassaram seus pontos de venda a outros produtores sem modificar a contratação de forma que algumas pessoas trabalham no local informalmente.

O mercado possui dois banheiros, separados em masculino e feminino, que são também disponibilizados aos clientes. Não há chuveiros ou local próprio para troca de vestimentas.

Na parte externa, recentemente foi construída uma sala para a depuração e o comércio de ostras, mas no período da investigação (2008) os equipamentos ainda estavam em teste e a comercialização desses produtos não estava ocorrendo.

O local é administrado por um funcionário da Prefeitura. Ele é responsável por fiscalizar dois funcionários contratados para limpeza e deve auxiliar às mulheres no que for necessário, inclusive no transporte de gelo ou pescados e nas negociações com compradores, intermediários e com a Prefeitura. Segundo suas próprias palavras “ajuda a manter a ordem e a higiene sanitária no local”. Todas as pessoas que trabalham no mercado, por determinação da Prefeitura, devem utilizar vestimentas adequadas. No caso das mulheres, só podem trabalhar vestidas de branco, com avental e com os cabelos presos.

As peixarias possuem tamanhos homogêneos entre si e estão individualizadas por melhorias feitas por cada proprietário. Quase todas as paredes possuem placas de propaganda e certificados de cursos realizados pelas trabalhadoras referentes à manipulação e preparação de alimentos.

A bancada onde são vendidos os camarões não possui divisória demarcando espaços individuais de venda, de forma que as vendedoras repartem a bancada e as balanças, sendo ordenadas pelo administrador. O mercado possui energia elétrica e água encanada, sendo que as taxas de energia e de abastecimento de água são custeadas pela Prefeitura.

Ao fundo do estabelecimento, existem alguns freezers e isopores particulares utilizados para acondicionar o pescado. Ao lado destes, há um fogão e um pequeno espaço para manipular os alimentos e realizar as refeições. No entanto, a maioria das trabalhadoras que utiliza o fogão se alimenta nas bancadas de manipulação, segundo elas porque o espaço é maior; outras fazem as refeições nos comércios da redondeza ou em casa.

Diferente dos outros mercados analisados, em Piçarras é permitida a venda de pescados de outros pescadores que ali não possuem banca. As unidades de venda são individuais, tanto para os comércios de venda de camarão quanto para as peixarias. Em ambos os casos, quando a produção da família é maior que a demanda direta no local, as unidades podem repassar parte de sua produção a



empresas de pescado e intermediários. Em contrapartida, geralmente vendem a produção de mais de um pescador e compram o pescado de fora nas épocas em que a demanda é maior do que a produção local.

O gelo utilizado é comprado de uma fábrica sediada no município. Como grande parte das vezes o insumo é trazido até o local do mercado, custa cerca de R\$ 2,00 a caixa, contado o valor da entrega.

O mercado de Guaratuba é um dos pontos de referência para a compra “direta” de pescados do litoral do Paraná. Comparado com os outros mercados, é o mais equipado e o que apresenta as melhores condições sanitárias. Além disso, a garantia de sempre encontrar produtos e a maior variedade destes atraí um grande contingente de clientes até o local. Segundo informações do administrador do estabelecimento, em dia de movimento denso chegam a ser comercializadas mais de quatro toneladas de pescado no local.

#### **6.4.1 Processos e Instrumentos de Trabalho**

##### **6.4.1.1 A fase de beneficiamento**

Os processos de beneficiamento variam de acordo com o tipo de recurso manipulado pelas trabalhadoras. Diferente do que ocorre com o siri e o bacucu, os organismos não necessitam passar pelo processo de cozimento, e o beneficiamento é realizado com os organismos *in natura* logo depois que a produção é entregue pelos pescadores.

No caso do camarão, as tarefas são o descabeçamento (deixar só a calda) e o descasque, o que é feito manualmente sem a utilização de utensílios de apoio (Figura 18). Para os peixes, pode ser somente a retirada das escamas e das vísceras, ou ainda o corte em filés ou postas, e requer facas e tábuas para algumas das tarefas (Figura 19). Algumas trabalhadoras de bancas e peixarias também realizam o preparo de bolinhos, lasanhas e peixes recheados<sup>39</sup>.

O local onde ocorre o beneficiamento depende muito da quantidade da produção e do lugar onde é realizada a sua comercialização. Como exemplo, se a produção diária é relativamente pequena, e é vendida na banca da família dos pescadores, o beneficiamento é realizado no interior da própria banca. Se no

---

<sup>39</sup> Ainda existe um número de processos diferentes na manipulação de outras espécies como raias, lulas e polvos e o siri, que não serão descritos por serem realizados em mínima proporção frente aos peixes e camarões. Nos casos investigados, somente uma das mulheres abordadas realizava a limpeza de pequenas lulas que vieram como resultado de uma pescaria.

processo de beneficiamento junta-se a produção de vários pescadores, ou a produção de um pescador é massiva, se faz necessário um local próprio para realizar essa fase do trabalho, que possa comportar a grande quantidade de produto e várias/os trabalhadoras/es. Se a comercialização é realizada na praia ou no cais de atracação, logo em seguida ao desembarque, o beneficiamento pode ocorrer nesses ambientes, a céu aberto.



FIGURA 18 – Trabalhadoras realizando a tarefa de descabeçamento do camarão no Mercado Municipal João Batista de Miranda. Fotos: Carolina Mello.



FIGURA 19 – Detalhe das tarefas de beneficiamento dos peixes: (a) corte em postas e (b) corte em filés. Fotos: Carolina Mello.

As trabalhadoras podem realizar as tarefas sozinhas ou em grupos e geralmente dominam todo o processo de beneficiamento, contudo, em algumas exceções as mulheres podem realizar somente a limpeza do peixe, deixando o corte para as pessoas mais experientes (outras beneficiadoras ou o pescador).

Na grande parte dos casos, são utilizadas mesas de apoio para dispor os organismos antes e após a manipulação. Quando a quantidade de produtos é

grande, as porções de camarão e de pescados são colocadas nas mesas e as mulheres se espalham ao redor para realizar a atividade. Bacias de água com limão para tirar o cheiro das mãos e tanques ou pias com água corrente para lavar os organismos e as mãos, antes e após o contato com o pescado, também podem ser utilizadas pelas trabalhadoras.

Quanto ao tempo despendido no processo laboral variam as situações em que uma grande quantidade de produtos é beneficiada continuamente até que toda a produção seja processada e situações em que é realizado à medida que o produto vai sendo comprado, na forma determinada pelo consumidor. O trabalho que é realizado por trabalhadoras contratadas pode durar entre 2 a 10 horas, e, também nesse, variam os casos em que existem intervalos entre as empreitadas e as situações em que a trabalhadora só realiza o intervalo das refeições continuando o labor até que todo o produto seja beneficiado. Particularmente aos casos investigados, diferiram as mulheres que realizam o beneficiamento sozinhas ou em grupo, e aquelas que o realizam fragmentado, em meio ao processo de comercialização, ou antes de começar a venda.

Na época de grande safra de camarão e de espécies de peixes que vêm em cardume, principalmente as tainhas e cavalas, a maioria das comerciantes contrata mão-de-obra alheia para auxiliar nos processos de beneficiamento. Contudo, essas situações variam muito, sendo observados casos em que raramente são contratadas pessoas para auxiliar no beneficiamento e casos em que essa etapa só é realizada por mão-de-obra alheia à unidade familiar proprietária dos meios e recursos, onde a membro mulher deixou de participar dessa fase produtiva para se dedicar somente à comercialização. As trabalhadoras contratadas somente para a fase do beneficiamento podem ser empregadas formais ou informais dos pescadores, recebendo salário mensal, por dia de trabalho ou ainda por quilograma do produto manipulado (equivalente ao peso antes da manipulação).

Os produtos manipulados pelas trabalhadoras podem ser acondicionados em isopores com gelo ou em freezers e mantidos refrigerados ou congelados, ou ainda ficar em exposição nas bancas em bacias com gelo ou sem elas.

#### 6.4.1.2 A fase de comercialização

A comercialização da produção originada por estas pescarias é objeto de uma infinidade de formas de distribuição, e freqüentemente os produtores utilizam

mais de uma estratégia para o escoamento de suas capturas. O produto pode ser vendido fresco ou congelado e nas formas de apresentação *in natura*, beneficiada ou processada.

A modalidade onde as mulheres estão mais comumente inseridas é representado pela venda direta ao mercado local e ao turista, que pode ocorrer por encomendas, de forma ambulante, nas pequenas bancas ou peixarias particulares, e nos mercados comunitários (Figura 20).



FIGURA 20 – Comercialização de pescados em uma das bancas do Mercado de Pescados de Shangri-lá, Pontal do Paraná. Foto: Carolina Mello.

No último caso, foco desta investigação, normalmente, o produto da pescaria é levado até as bancas e a responsável separa aqueles pescados que irão receber algum tipo de beneficiamento. Peixes “de bom tamanho” e que tem valor comercial relevante são pesados e expostos na bancada. Camarões maiores, principalmente o branco, quando aparecem em quantidade suficiente, também são dispostos em porções sobre as bancadas depois de lavados, sem receber beneficiamento. O camarão “miúdo” (sete-barbas e outras espécies de tamanho similar) é separado em duas porções: um tanto é descascado, e outro não é manipulado até que seja requisitado pelo comprador. Os produtos não considerados como “de propaganda da banca” são armazenados em isopores com gelo.

Alguns mercados comunitários proíbem que a manipulação massiva seja realizada no mesmo local da venda (Matinhos e Guaratuba). Nesses casos, depois da escolha das espécies e da quantidade que será beneficiada, a trabalhadora transporta os organismos para o local específico sendo levados a este à medida que vão sendo processados.

Ao final do período de movimento de compradores e quando os principais produtos do dia estão vendidos, as trabalhadoras beneficiam o pescado de menor valor econômico, lavam as bancas e armazenam o que não foi comercializado.

Essa forma de comercialização pode durar o dia todo ou ser realizada em apenas algumas horas. Normalmente é mais intenso durante o período matutino e em algumas horas do final da tarde, determinado pela chegada das embarcações e pelos horários de movimentação de clientes no local. Nas épocas de maior presença de compradores, a comercialização é realizada durante todo o dia, podendo se estender até as primeiras horas do anoitecer.

Outras formas de comercialização adotadas por esses pescadores são a venda de pescado para restaurantes<sup>40</sup>, a venda ambulante e a venda direta para “clientes especiais”, geralmente moradores ou proprietários de residências de veraneio que, habitualmente, adquirem produtos de determinada família de pescadores. Há, ainda, outras modalidades tais como a venda feita para atravessadores, que compram o pescado para revender nos bairros urbanos dos municípios do litoral, nas peixarias e atacadistas de Curitiba e nos estados vizinhos; a venda feita para donos de peixarias de médio ou pequeno porte que revendem o produto fresco ou congelado; e a venda que é negociada antes da captura com empresas locais de processamento de pescado, que buscam o recurso nos cais de atracação ou disponibilizam trapiches<sup>40</sup> para o desembarque da produção. Nestas formas geralmente os pescadores entregam o produto *in natura*, logo após a pescaria, ou congelados.

#### 6.4.1.3 Instrumentos necessários nos processos de trabalho

Na fase de beneficiamento, se faz necessário um local adequado para a manipulação dos alimentos, contudo, nem sempre este espaço é encontrado nas

---

<sup>40</sup> Contudo, a oferta irregular, o alto custo, a pouca variedade de produtos e de formas de apresentação tornam mais compensatória para os donos de restaurantes a compra de produtos provenientes de outras formas de comercialização.

unidades de produção. Como já dito, o processo pode ser realizado em casa ou mesmo na praia ou no cais de atracação, sem qualquer estrutura específica para o trabalho. Outro espaço bastante comum, quando a quantidade de produção a ser manuseada é pouca, é a bancada das peixarias e bancas de venda. Ainda assim, existem salas apropriadas, construídas especificamente para esta fase da produção, principalmente nos locais de manipulação de grande quantidade de produtos, como as empresas de processamento de pescado e alguns dos mercados de venda. Normalmente esses lugares apresentam paredes e mesas azulejadas, refrigeração artificial e iluminação e ventilação apropriadas.

O manuseio dos camarões não requer utensílios e os peixes requerem principalmente facas e tábuas. Para ambos os pescados, podem ser necessárias caixas de isopor e gelo para manter os produtos acondicionados. O custo dos instrumentos necessários para o beneficiamento do pescado se torna desprezível comparado ao custo dos instrumentos de captura: um conjunto de facas e tábua novas custa entre R\$ 20,00 e R\$ 50,00 e uma caixa de isopor para 170 litros custa em torno de R\$ 70,00, considerando o valor dos produtos novos para o ano de 2009. Quando o acondicionamento junto ao gelo se faz necessário, ele aumenta o custo da fase de beneficiamento. O preço de uma caixa de gelo varia entre R\$1,80 e R\$ 5,00, segundo onde seja comprado, se diretamente na fábrica ou a intermediários.

A comercialização é condicionada à propriedade de uma balança e de utensílios para acondicionamento dos produtos. Bacias são utilizadas para comportar os produtos em exposição e grandes isopores com gelo ou freezers suportam os pescados refrigerados. Embalagens plásticas ou jornais servem para embalar os produtos vendidos<sup>41</sup>. Nos locais visitados, ainda foram observados ventiladores e circuladores de ar, para evitar o cheiro forte do pescado e afastar os insetos dos produtos em exposição. Os equipamentos de ventilação podiam ser comprados novos por cerca de R\$ 150,00, em 2009.

---

<sup>41</sup> Os preços de compra desses produtos são os mesmos daqueles já relatados.

#### **6.4.2 Descrição da organização social do trabalho nos mercados comunitários de comercialização do pescado**

Semelhante às unidades de produção da pesca do siri, nos processos pós-captura também são distintos os esquemas de organização do trabalho para os casos em que o produtor conta ou não com a figura de pelo menos uma mulher da família que se responsabilize pelas fases de beneficiamento e comercialização. Indiferente das relações que ocorrem entre os pescadores no processo de captura, três distintos tipos de participação feminina se mostra comum nos locais investigados: mulheres que realizam o beneficiamento e a venda do pescado; mulheres que são contratadas permanentes para o trabalho de beneficiamento; e mulheres que são recrutadas esporadicamente para auxiliar no beneficiamento.

Algumas etapas dos processos de trabalho ainda se diferenciam entre si, dependentes das restrições particulares a cada mercado, da quantidade de produção de cada unidade familiar e das estratégias econômicas utilizadas por cada uma das mulheres.

Um fato característico aos mercados comunitários, mas não observado em Antonina, foi que geralmente os pescadores também auxiliam na venda e nas etapas de beneficiamento, ainda que, na maioria das vezes, realizem somente a manipulação dos peixes e não dos camarões. O trabalho de homens e mulheres em conjunto só não foi observado no mercado de Guaratuba, onde o desembarque da produção não ocorre no mesmo local do beneficiamento e comercialização, o que parece influenciar para que os pescadores não estejam presentes no estabelecimento.

No que diz respeito às mulheres que trabalham nos mercados, foram identificadas 54 pessoas que podem ser consideradas permanentes por trabalhar durante o ano todo, mas esse número aumenta para cerca de 130 quando somadas aquelas que trabalham de forma esporádica, principalmente em ocasiões em que grandes quantidades de recursos são capturadas e que há grande quantidade de compradores (feriados prolongados, festividades e época de veraneio).

Em termos gerais, as mulheres que realizam o beneficiamento e a comercialização do pescado pertencem à família dos pescadores donos de embarcação e as pessoas contratadas para auxiliar na fase do beneficiamento permanentemente costumam ser parentes, vizinhas ou conhecidas destas. A

declaração dada por uma proprietária de banca entrevistada no mercado de Matinhos é ilustrativa da situação descrita acima:

*“O que gira em uma banca sustenta várias famílias. Eu dou emprego para minha irmã e uma sobrinha, que trabalham no descasque do camarão, na limpeza do pescado, me ajudam a fazer os filés, e quando não posso ficar na banca, elas cuidam da venda pra mim (...). É parente, né? Dá pra confiar.”*

Dentre as 43 mulheres identificadas como responsáveis pelas unidades de comercialização, 12 foram encontradas no mercado de Shangri-lá, 15 em Matinhos, sendo que somente uma delas não trabalha com a produção familiar, 9 nas peixarias do mercado de Piçarras e 7 mulheres nas bancas de venda de camarão deste mesmo mercado.

Um quadro comum à maioria das unidades de produção de Shangri-lá e, em menor número, de Matinhos e Guaratuba (neste último, restrito a algumas bancas de venda de camarão) é representado por famílias onde as mulheres são responsáveis pelas etapas da pós-captura e contam com mão-de-obra familiar suficiente para beneficiar e vender toda a produção. Essa situação é freqüente entre as unidades em que a quantidade de pescado é pouca. As famílias geralmente possuem pouco capital, investido em uma pequena embarcação para a captura e um freezer para acondicionar o pescado produzido. Os rendimentos obtidos com a produção não são separados entre os membros da família, sendo utilizados para o sustento da unidade domiciliar e para a compra de instrumentos e insumos da produção. As mulheres podem até trabalhar com a venda de pescado de outros produtores, mas a negociação é realizada pelo pescador de sua família, de forma que o pescado chaga a ela junto com a produção própria.

Podem ser utilizadas outras formas de comercialização. A venda para intermediários ocorre principalmente quando a demanda de compradores diretos é insuficiente. O beneficiamento é realizado na própria banca de venda, fragmentado entre os processos de comercialização. E, ainda que em raras situações, as mulheres podem recorrer à mão-de-obra alheia para auxiliar no beneficiamento. Se isto acontece, é geralmente restrito às ocasiões de grande safra de camarão ou dos peixes de cardume (tainhas e cavalas). Contudo, se o preço oferecido pelo atravessador para a compra da produção parece compensar os custos do beneficiamento e poupar convenientemente o tempo necessário para a venda direta, a família de produtores pode escolhê-lo como meio de escoamento.



Outro quadro é observado quando a mulher trabalha com a produção de outros pescadores em conjunto com a da sua unidade familiar, sendo ela a responsável pelas negociações total ou parcialmente. Nestes casos, as relações ocorrem de duas formas distintas: ela não compra a produção da família, mas compra o pescado de outros pescadores externos; ou ela compra a produção da família e dos pescadores alheios a esta.

No mercado de Piçarras (Guaratuba), as mulheres que trabalham na venda do camarão vendem principalmente o produto trazido pela pesca do marido, realizada em pequenas embarcações arrasteiras. Já no caso das peixarias, os proprietários são donos de grandes embarcações, sendo que em um dos casos a família possui mais de uma embarcação e em dois deles as famílias possuem mais comércios de venda direta ao consumidor<sup>42</sup>. Em ambos os casos, as mulheres não compram o pescado produzido na unidade familiar e nem dos demais pescadores locais. Como o desembarque dos pescados, na maioria das vezes, não é feito nas proximidades do mercado, a negociação é de responsabilidade dos pescadores e ocorre quando a quantidade capturada na faina de pesca é pouca.

Essas mulheres só realizam a compra de pescadores locais, quando eles vão até o mercado a oferecer o produto enquanto elas já estão trabalhando, e a movimentação de clientes demonstra garantias de que será vendido tanto o quanto elas têm a oferecer. Diferente disto, nos casos de pouca produção local, são elas que vão atrás da compra de pescado. Quando isto ocorre, os produtos são encomendados por das empresas de pescado do município ou trazidos por intermediários dos demais municípios do litoral e de outros estados, especialmente de Santa Catarina.

Nesse mercado, é claramente distinto o capital inerente à fase de captura das famílias das trabalhadoras que realizam a venda nas bancas de camarão e aquelas das peixarias. Isso também fica evidente pela equipagem dos espaços de comercialização e na forma de contratação das beneficiadoras. As mulheres que trabalham somente com a venda de camarão dividem balanças e freezers e contratam as beneficiadoras esporadicamente, principalmente nas ocasiões de grande movimento de consumidores, pagando às trabalhadoras por quilo do produto

---

<sup>42</sup> Em duas unidades produtivas que vendem nas peixarias, a venda de pescado também é feita em feiras livres realizadas em Curitiba e um delas também possui uma pequena peixaria no centro de Guaratuba.

manipulado. Já no caso das peixarias, todas as trabalhadoras possuem mais de um freezer e contratam beneficiadores com mais frequência e em maiores quantidades, com algumas chegando a manter um ou mais funcionários permanentes, pagos mensalmente.

As donas dos comércios deste mercado relataram que nas épocas de grande produção, mas sem muita movimentação de consumidores, a forma de distribuição para a venda da produção dos pescadores é decidida em família. Para as unidades de venda de camarão, geralmente, essa escolha é restrita entre qual a porcentagem da produção irá para a banca e qual será entregue para intermediários ou para empresas locais de processamento *in natura*. No caso de algumas peixarias, ainda há a possibilidade de destinar a produção ao outro estabelecimento de venda direta.

Em Shangri-lá, os casos em que a trabalhadora compra a produção de outros pescadores é comum nas unidades produtivas com baixa acumulação de capital, semelhante aquelas que não trabalham com o pescado alheio a unidade produtiva. A produção comprada geralmente foi pescada na embarcação de parentes, que não possuem mulheres na unidade domiciliar que se responsabilizem por essa fase da produção ou que não têm um espaço de venda no estabelecimento. A fala de uma das trabalhadoras exemplifica o que ocorre nessas unidades produtivas:

*“Eu compro de outros pescadores, mas não do meu marido, dou dinheiro pra ele pagar os camaradas na hora que ele me entrega, mas no final do dia a gente junta tudo [os rendimentos]. Em casa é tudo junto.”*

Neste mercado, não se diferencia muito a forma como ocorre o beneficiamento do pescado, que também é realizado de maneira fragmentada entre as vendas, ocorrendo a contratação de pessoas para o beneficiamento somente nas ocasiões de grandes capturas.

Em Matinhos, ainda que também existam casos em que a trabalhadora não compra a produção do companheiro ou dos filhos, foi mais freqüente o quadro em que ela também paga pela produção originada na unidade domiciliar, ou seja, todo o produto com que trabalha é comprado daqueles que realizam a captura, independente de parentesco. Segundo as trabalhadoras, essa é a melhor forma de manter a organização das contas da banca e da casa. Neste mercado, as mulheres podem realizar a compra da produção de terceiros somente nos dias em que a

produção familiar foi pouca, mas normalmente possuem ‘acordos’ permanentes com outros pescadores. Variam os casos em que o acordo é feito com mais um ou dois pescadores e casos em que a mulher compra a produção de até seis produtores.

*“Eu sempre pago pela produção do meu marido, porque ele tem que pagar o camarada. Quando ele traz pouco peixe também compro dos outros; às vezes compro camarão. O que sobrar fora os custos da banca, é meu.”*

Não fica clara a distinção entre o capital familiar investido em embarcações e apetrechos em cada um dos casos observados no mercado de Matinhos, mas sabe-se que a maioria das famílias de pescadores do município possui uma ou duas embarcações. Contudo, a maior quantidade e variedade de produtos a exposição na banca de venda, o maior espaço ocupado, a maior quantidade de freezers (a maioria possui dois ou mais) e as melhores condições de apresentação (quanto à higiene do local e a vestimenta) diferencia visualmente as bancas destas mulheres das demais. O capital acumulado por algumas destas trabalhadoras chega a ser suficiente para que consigam pagar pela produção dos pescadores na hora em que esta é entregue. Em alguns casos, até realizam pagamentos adiantados, comprometendo a entrega da produção futura para elas:

*“Tem vários pescadores aqui que vendem para mim. Faço vale para eles... é o único dinheiro que eles têm.” (Dona de banca de venda de pescado do Mercado de Matinhos.)*

Entre estes casos foi comum o relato de mulheres que mantêm a separação da renda em casa, sendo que o pescador arca com valores gastos com a embarcação, os apetrechos e nas operações de pesca. Já os custos com o beneficiamento dos produtos, os gastos de compra de equipamentos inerentes à operação de venda, e os rendimentos obtidos com a revenda do pescado, são da mulher. Além disso, grande parte destas trabalhadoras relatou que as despesas da unidade domiciliar são de sua responsabilidade, variando os casos em que a justificativa era porque o pescador estava guardando capital para trocar ou comprar outra embarcação e outros em que elas relataram ganhar mais do que ele e por isso cobrir a maior parte dos gastos, como o relato a seguir:

*“A gente não mistura, ele ganha o dinheiro com a venda do peixe e paga às coisas do barco, eu ganho o que vem da venda e gasto com a banca. Lá em casa eu pago as contas porque eu ganho mais do que ele. É assim.”*

A relação de parentesco das mulheres com o pescador externo à unidade de produção familiar não foi verificada em Matinhos, mas, segundo as trabalhadoras, a

maioria dos pescadores se conhece e trabalha no mesmo local há anos, existindo fortes relações de compadrio e amizade.

Neste mercado, grande parte das mulheres que negociam a compra de mais de um pescador contrata outras mulheres beneficiadoras permanentes. Diferente do que ocorre em sua relação com os pescadores, é marcante a preferência pela contratação de mulheres da família. As únicas mulheres beneficiadoras permanentes que não são da mesma família das contratantes, tratam-se de esposas de quinhoeiros que trabalhavam para os pescadores do local.

Como episódio particular a este mercado (Matinhos), foi observado o caso de uma trabalhadora que realizava a venda como contratada por um pescador, no espaço da venda que pertence a ele. Ela não vende toda sua produção, sendo que uma parte é vendida para intermediários e outra parte é vendida em outra banca do mercado. Essa situação pareceu ser permeada por relações de solidariedade do pescador e das comerciantes para com a trabalhadora, não havendo muita pretensão, por parte do pescador, de obter lucros através desta forma de comercialização. Ela recebe 30% dos rendimentos obtidos com a venda dos produtos, mas também compra parte da produção de outros pescadores para revender. Neste caso, realiza os mesmos tipos de negociações que as demais trabalhadoras, mas não compra grandes quantidades como as demais. Sua banca é a única que não possui balança para a pesagem, sendo que ela pesa os produtos na balança das bancas vizinhas, realiza sozinha o beneficiamento e não trabalha todos os dias<sup>43</sup>.

Dentro dos quadros em que a mulher compra o pescado dos pescadores, ainda se diferenciam os casos em que custos e rendimentos inerentes à pós-captura são de responsabilidade da mulher ou quando ela e o pescador assumem uma espécie de parceria e ela compra seu pescado, mas eles procuram conjuntamente outras formas de escoar o produto para ninguém arcar com a perda da produção.

Em Matinhos e Shangri-lá, como os pescadores passam grande parte do tempo em que não estão no mar no ambiente do mercado, esta 'associação' é mais comum e ambos os atores decidem qual será a forma adotada para a venda da produção, caso o pescado não seja completamente vendido para os consumidores. Quando existem freezers disponibilizados por um dos dois (mulher ou pescador) o

---

<sup>43</sup> Esta trabalhadora não quis ser entrevistada para a pesquisa. As informações sobre seu caso foram dadas pelo pescador que a contrata e pelas outras mulheres do mercado.

produto pode ser refrigerado e vendido congelado nos dias posteriores. Quando existem intermediários interessados na produção esta pode ser vendida para eles. Algumas mulheres relataram que a estocagem do pescado nem sempre é compensatória, devido à necessidade de possuir freezers, aos gastos com energia elétrica e o menor preço de venda dos produtos congelados, assim, para algumas, vale mais vender o produto fresco, mesmo que seja por um menor preço, a intermediários. Além disso, nos períodos de “safra” de recursos de maior valor econômico (ex.: camarão-branco, cavala, robalo e tainha) a afluência de intermediários costuma ser grande, chegando a gerar certa concorrência entre eles, o que proporciona melhores preços pagos pela produção.

O preço pago pelas mulheres pela produção comprada dos pescadores, geralmente é maior do que o valor pago pelos atravessadores, mas varia de acordo com a demanda dos consumidores, que é a responsável por ditar às variações nos preços de venda. Os valores de compra são geralmente homogêneos entre as trabalhadoras que realizam essa mesma estratégia, já que o preço de venda dos pescados em cada mercado também varia simultaneamente.

Entretanto, as formas como são realizados os pagamentos varia muito dependente do sucesso das vendas, da movimentação do mercado e da relação de confiança com o pescador, como exemplificado na fala de outra trabalhadora:

*“Compro o pescado do meu marido e de outros pescadores, compro e revendo, mas a forma de pagamento varia muito. Quando tenho dinheiro, pago na hora. Às vezes pago no final do dia. Tem hora que a gente adianta dinheiro pro pescador poder comprar as coisas e pescar, mas outras eles esperam pra receber no final de semana. Vai depender da venda, da época do ano e do que as pessoas estão precisando. Tudo fica anotado, então, a gente tem controle.”*

No que toca às trabalhadoras contratadas para o serviço de beneficiamento, existem aquelas recrutadas permanentemente, recebendo por mês, por dia ou por quilo de produtos processados, e aquelas contratadas somente em ocasiões de grandes quantidades de recurso capturado e grande quantidade de compradores diretos, que recebem somente por quilo (no caso do camarão) ou por quantidade (no caso dos peixes) de produtos manipulados.

Em Shangri-lá, não foram observados casos de mulheres contratadas permanentes nas bancas de venda. A maioria das mulheres que comercializa o pescado, o realiza sozinha ou utiliza mão-de-obra familiar na fase do beneficiamento. Quando não consegue suprir a demanda de grandes capturas, ela

recorre a esposas de quinhoeiros e outros familiares e paga pelo serviço. No caso da pesca da tainha, quando algumas mulheres auxiliam na despesca, estas são as escolhidas para o trabalho de beneficiamento dos peixes, contudo, na maioria desses casos a captura é vendida aos intermediários *in natura*, não sendo necessária a realização do beneficiamento. As trabalhadoras relataram que geralmente contratam mais uma mulher para auxiliar na fase do beneficiamento; ainda assim, duas donas de banca disseram recorrer aos homens e crianças da família, e nunca contratar, mesmo nas ocasiões de “aperto”. Segundo o relato das proprietárias das bancas estima-se que cerca de 10 mulheres sejam contratadas para auxiliar no beneficiamento esporadicamente.

Em Matinhos, sete mulheres são contratadas como trabalhadoras permanentes das trabalhadoras donas de banca. Cinco delas são parentes das contratantes e recebem pela quantidade de produtos manuseados. Duas são esposas de quinhoeiros que prestam serviço à banca da mulher que trabalha com a maior quantidade de pescados. A comerciante desta unidade relatou que não realiza o beneficiamento do camarão, somente dos pescados e por isso mantém as mulheres o ano todo: *“Hoje posso me dar ao luxo de não descascar o camarão, pago para outras pessoas. Assim também ajudo elas.”*

Cerca de 20 trabalhadoras são contratadas durante o verão, quando também ocorre maior quantidade de contratações por parte dos pescadores. As mulheres relataram que nessa época as pessoas que estão desempregadas no município já sabem da maior necessidade por mão-de-obra e ficam nos arredores do mercado oferecendo seus serviços. Há uma preferência na contratação de mulheres já conhecidas, mas se estas não estão no mercado e a quantidade de pessoas trabalhando se mostra insuficiente frente à quantidade de produtos, essa prioridade desaparece. Um exemplo desses casos foi relatado por uma das comerciantes:

*“Se eu fico limpando o peixe, não posso cuidar da banca, dar atenção aos clientes, então quando o mercado está cheio, ou tem peixe em grande quantidade, a gente paga para outras pessoas. (...) As mulheres limpam o camarão (irmã, cunhada) e o peixe, às vezes, os homens mesmo limpam (o marido ou o pescador que vende o pescado). Às vezes a gente paga pra outro...não tem muita opção. Quando a correria é grande, temos que chamar os ‘chapadinhos’ [meninos que, segundo a trabalhadora, utilizam drogas e ficam atrás do mercado esperando por trabalho].”*

No mercado de Guaratuba, foram identificadas 4 beneficiadoras permanentes. Elas não são parentas das donas de banca, mais realizam o trabalho

de beneficiamento há muito tempo. Duas dessas mulheres são contratadas formalmente pela proprietária da peixaria que possui mais locais para comercialização direta e que pertence à família com o maior número de embarcações. Segundo essas beneficiadoras, o emprego foi consolidado pela experiência na manipulação dos peixes que é valorizada pelas contratantes<sup>44</sup>. No caso das mulheres contratadas somente para o descasque, elas trabalham para todas as mulheres que vendem o camarão, recebendo por quilo, referente à quantidade de produtos manipulada por cada uma.

Em particular, as mulheres do mercado de Piçarras, devido ao maior número de compradores e à possibilidade de recorrer a produtos externos à produção local, a contratação de mais trabalhadoras está principalmente relacionada à demanda de consumidores. Destarte, nas épocas de veraneio, pode-se chegar a situações de 50 mulheres trabalhando para várias das bancas, sendo pagas pela quantidade de produtos manipulados.

No que se refere aos rendimentos, as mulheres contratadas pelas peixarias no Mercado de Guaratuba declararam receber um salário mínimo por mês (que era R\$ 530,00 em 2008, no período da investigação).

As demais mulheres, indiferente do trabalho se realizar em caráter constante ou esporádico, recebiam cerca de R\$ 1,00 pelo quilo do camarão descabeçado e R\$ 1,50 pelo quilo do camarão descascado. Para os peixes eram pagos R\$ 0,50 pela limpeza e R\$ 1,00 pela limpeza e corte. No caso de peixes “miúdos”, o valor condiz a quantidade de 1kg de carne. Já no caso de peixes de médio porte, o valor se refere a unidade. Os peixes grandes são manipulados pelos pescadores e pelas donas de banca e não por elas.

Passando a limpo os quadros observados para os três locais de venda, temos inúmeras categorias econômicas entre as mulheres que trabalham nos mercados de venda de peixes e camarão (QUADRO 11).

---

<sup>44</sup> Neste caso, um homem foi identificado como contratado permanente de uma das peixarias para realizar o trabalho de beneficiamento dos produtos vendidos.

	Pequena capitalista (Beneficiadora e comerciante)	Produtora mercantil em transição a pequena capitalista (Beneficiadora e comerciante)	Produtora mercantil simples (Beneficiadora e comerciante)	Trabalhadoras assalariadas (Beneficiadoras)
Propriedade de meios de produção	SIM	SIM	SIM	NÃO
Emprega força de trabalho própria	SIM	SIM	SIM	SIM
Emprega força de trabalho alheia	SIM	SIM	NÃO	----

QUADRO 11 – Categorias econômicas em que se enquadram as mulheres que trabalham vinculadas aos mercados comunitários de venda de pescado.

Se apresentam atuando na *produção mercantis simples* aquelas em que todo o processo é realizado com mão-de-obra da unidade produtiva, não havendo a compra de produção excedente a família. Ou ainda aquelas que contratam beneficiadoras de forma muito esporádica, mantendo quase todo o excedente produzido pela unidade familiar. Essa é a situação da maior parte das 'donas' de banca de pescado do mercado de Shangri-lá e algumas poucas dos mercados de Matinhos e de algumas donas de bancas de venda de camarão de Guaratuba.

Num *continuum* de situações grande parte das mulheres donas de banca dos três mercados são *produtoras mercantil simples em transição a pequenas capitalistas*, nos casos em que a parte do excedente de produção originado pela unidade familiar ora se apresenta maior que a parte originada por mão-de-obra contratada e ora é suplantada por esta. Essa situação é reflexo principalmente de épocas de grande safra dos recursos e da época de veraneio que determinam a quantidade de recurso a ser manipulado por elas. Contudo, nos mercados de Matinhos e de Guaratuba, mais estruturados que o de Shangri-lá e freqüentados por um maior número de consumidores ao longo de todo ano, é mais freqüente a compra de grande quantidade de produção alheia a da família para beneficiar e comercializar e grande parte do excedente é originada por terceiros.

Outras, ainda, são *pequenas capitalistas*, com variados graus de riqueza acumulada e lucro, nos casos em que as unidades produtivas contratam pessoas para auxiliar tanto nas capturas quanto nos processos de beneficiamento. Esse quadro é observado claramente para duas das mulheres donas de peixarias do



mercado de Guaratuba, que possuem grandes embarcações arrasteiras na família e tem contratados formais para realizar o beneficiamento.

Conseqüente ao quadro formado pelas produtoras, as beneficiadoras de pescado se dividem entre algumas poucas assalariadas formais, contratadas de forma registrada e com direitos trabalhistas e, a maioria, aquelas contratadas informais, assalariadas que são remuneradas recebem valores referentes à quantidade de força de trabalho vendida medida em termos de quantidade de produto processado. Estas se dividem entre as que trabalham de forma mais permanente ao longo do ano, seguras pelas relações de parentesco ou amizade com as contratantes e as que são contratadas eventualmente em ocasiões de extrema necessidade.

#### 6.5 O BENEFICIAMENTO DO PESCADO NO MERCADO MUNICIPAL BASÍLIO ABUD, NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Este caso difere dos demais por se tratar de um local de venda de pescados que não está ligado a nenhuma comunidade de pescadores. Principal ponto de escoamento de produção pesqueira direto ao consumidor no litoral do estado, o Mercado de Paranaguá abarca uma ampla gama de produtos de pesca marinha e, em menor quantidade, continental. Os recursos marinhos comercializados são produzidos pela pesca do estado e também fora deste, como em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, e ainda em países vizinhos, como o Chile e o Uruguai.

Foi construído pela Prefeitura em 1980, e é composto por um sem número de bancas de venda de pescados, produtos hortifrutigranjeiros, açougues, lanchonetes e outros tipos de comércio. É um funcionário contratado pela Prefeitura, que se responsabiliza pelos assuntos burocráticos e pela fiscalização dos funcionários que realizam a limpeza do local.

As mulheres são observadas trabalhando como contratadas na fase de beneficiamento. E nenhuma delas possui qualquer relação ou contato direto com os produtores e não conhecem informações a respeito dos processos de trabalho e das relações de produção presentes nas fases de captura. Os produtos manipulados têm origem nas peixarias e bancas de pescado, que, por sua vez, revendem a produção capturada por terceiros. Alguns comerciantes foram questionados a respeito da

origem de suas mercadorias, mas muitos destes não souberam informar a maneira como se dava a produção.

Nesse sentido, acredita-se que os produtos podem ter como origens desde aquelas pescarias estuarinas realizadas com pequenas embarcações de propulsão a remo, passando pelas pescarias com diferentes graus de tecnificação encontradas nos demais casos investigados, até aquelas realizadas nos sistemas de pesca dos grandes arrasteiros familiares e arrastos empresariais. De qualquer forma, é necessário, primeiramente, realizar uma investigação particular sobre a origem dos produtos vendidos no local para, posteriormente, reconhecer as relações inerentes aos seus processos de captura.

Na época das investigações, o trabalho de beneficiamento feito pelas mulheres se realizava em um local disponibilizado pela Prefeitura. A sala fica na parte central do mercado. Para chegar até ela é necessário passar pelas bancas de peixe e por duas portas de madeira. Possui cerca de 40 m<sup>2</sup> e as paredes são azulejadas até a metade da altura. O interior comporta uma mesa azulejada, onde é realizado todo o trabalho de manuseio do pescado. Há também, um tanque e uma torneira num dos cantos da sala, utilizado para pegar a água necessária para a limpeza do local.

Não há local para preparar refeições. A comida é preparada em casa e trazida em marmitas plásticas ou pode ser comprada na lanchonete do mercado. Para alimentar-se, as mulheres sentam-se nos bancos de madeira ao redor da mesa de trabalho e dispõem a comida sobre o colo.

As trabalhadoras não dispõem de banheiro particular assim como os demais trabalhadores do mercado: o banheiro utilizado por todos é o mesmo reservado para os clientes do estabelecimento. Este permanece fechado e só é aberto sob vigilância a pedido de algum dos trabalhadores ou clientes.

Para não se repetir, não é apresentado o processo e os instrumentos da fase de beneficiamento, tendo em vista que são muito semelhantes, quando não idênticos às situações apresentadas para o caso dos mercados comunitários. Destarte, para o trabalho realizado pelas mulheres no Mercado de Paranaguá, a apresentação se restringe à descrição da organização social do trabalho e a situação das trabalhadoras nas relações sociais de produção.

### **6.5.1 Descrição da organização social do trabalho no beneficiamento do pescado realizado pelas mulheres no Mercado de Paranaguá**

Atualmente, nove mulheres trabalham de forma permanente ao longo do ano no beneficiamento de parte do pescado vendido no mercado de Paranaguá. Cada mulher trabalha, normalmente, seis dias da semana, revezando entre o grupo a folga para poder resolver assuntos pessoais e ficar com a família.

Essas trabalhadoras declararam que qualquer pessoa pode utilizar a estrutura do lugar para realizar esse trabalho e que muitas pessoas “*aparecem só de vez em quando*”, principalmente durante a temporada de verão. O proprietário da banca de pescado entrevistado também confirmou a presença de mais pessoas trabalhando durante a alta temporada, mas comentou que grande parte dos trabalhadores “avulsos” fica nas imediações do mercado oferecendo-se para limpar o pescado comprado pelos consumidores nas bancas e não na sala utilizada por estas trabalhadoras.

O trabalho de beneficiamento das mulheres é realizado, primeiro, para os proprietários das bancas e depois para consumidores. Ao chegarem ao mercado, se dá a primeira fase, quando as trabalhadoras recebem dos proprietários e funcionários de peixarias o pescado a ser manipulado para a venda no decorrer do dia. As mulheres auxiliam a transportar os isopores, onde o produto está armazenado com água e gelo, e descascam o camarão trazido pelas bancas. A quantidade de camarão descascado pelo grupo pode variar entre 10 a 100 kg, e leva de meia hora a 3 horas de trabalho, dependente da quantidade. Terminada essa tarefa, as trabalhadoras passam o resto do dia a mercê de consumidores que preferem comprar o camarão “sujo” nas bancas e trazer até o local para elas descascarem. Igualmente isto também ocorre com os peixes, que podem ser comprados inteiros e levados até a sala de manipulação para a limpeza e/ou o fileteamento.

Assim que alguém aparece requerendo o serviço, duas ou três pessoas realizam o trabalho e dividem o dinheiro pago pelo cliente. Neste segundo momento, há um revezamento entre o grupo: as trabalhadoras que descascaram o camarão primeiro só voltam a trabalhar depois que as demais também realizaram o serviço. Entretanto, isso não ocorre com a limpeza e o fileteamento do pescado, que é realizado somente por algumas mulheres, “*as que sabem mexer com o peixe*”. Dessa maneira, o manuseio do pescado é feito individualmente e o valor pago pelo

trabalho não é dividido com as demais. São as mulheres mais velhas, mais experientes, que se prontificam quando algum cliente chega à sala de trabalho. Essas trabalhadoras são consideradas de maneira especial pelo resto do grupo, mesmo que essa distinção não se reflita no pagamento do serviço.

As mulheres recebem R\$ 1,00 por quilo de camarão descabeçado e R\$ 1,50 pelo quilo do camarão descascado. Como não há balanças no local, acreditam no peso anunciado pelo dono da banca ou pelo cliente para realizar a cobrança. A limpeza e o fileteamento de peixes não têm preço estipulado, ficando a cargo do cliente pagar ou não pelo serviço, assim como a quantia a ser paga. As mulheres relataram receber entre R\$ 1,00 a 2,00 por cada peixe limpo ou fileteado, mas isso não é regra. Alguns consumidores pagam mais do que o preço estipulado por elas, tanto para o beneficiamento do camarão quanto do peixe. Segundo o grupo, isso ocorre, principalmente, quando o comprador já é conhecido ou quando gosta do trabalho realizado.

Quando o mercado tem poucos produtos ou o movimento de venda é pequeno, os donos e funcionários das peixarias realizam o descasque e a limpeza dos peixes na própria banca. Assim, a segunda fase de trabalho delas acontece apenas quando há muitos compradores e não há tempo hábil dos funcionários das bancas realizarem o beneficiamento entre uma e outra venda. Nesses momentos os consumidores são direcionados pelos vendedores das peixarias até a sala das mulheres e elas oferecem o serviço de limpeza e manipulação. Além disso, aqueles clientes que já sabem o valor cobrado pelo serviço de descasque, preferem comprar o camarão sujo na banca e pagar as mulheres pela limpeza. Ou seja, elas são mão-de-obra eventual para quando os funcionários do mercado estão muito ocupados na venda, de maneira que o trabalho secundário e de menor valor, é deixado por conta delas.

O pagamento do descasque de camarão realizado para as bancas pode ser feito logo que elas terminam o serviço ou ao final do dia, antes do mercado encerrar as atividades. As mulheres dividem o dinheiro em partes iguais, com exceção daquelas que chegaram depois que grande parte do camarão já foi limpa. Nesse caso, recebem menos que as demais, proporcionalmente à quantidade descascada.

As mulheres contam o dinheiro várias vezes por dia para saber quanto cada uma já arrecadou e dão a vez àquelas que têm menor quantia<sup>45</sup>.

Os isopores, sacolas e jornais utilizados para acondicionar o camarão trazido pelas bancas e pelos consumidores vêm com os produtos já comprados ou são doados por amigos. Cada trabalhadora possui somente um avental de pano ou plástico, para proteger a roupa do contato com o peixe, e os instrumentos de trabalho (facas, tábuas e baldes). Elas custeiam coletivamente o material de limpeza do local.

As beneficiadoras entrevistadas no Mercado Municipal de Paranaguá declararam o valor de renda individual para cerca de um mês de trabalho de beneficiamento no mercado. A média entre as rendas declaradas para os meses de menor rendimento foi de R\$ 183,00 e a média das rendas declaradas para os meses de maior rendimento foi de R\$ 386,00.

Apesar de todas as trabalhadoras declararem que realizam o serviço de beneficiamento como autônomas, associando essa autonomia ao fato de decidir por conta própria horário e dias de trabalho, a realização ou não do trabalho está condicionada claramente à vontade dos donos das bancas em destinar a elas o trabalho que não consegue ser suprido pelos funcionários registrados. Assim, da mesma forma que aquelas mulheres contratadas para a fase do beneficiamento nos demais casos investigados, neste caso, tratam-se de trabalhadoras contratadas, sem vínculo empregatício, que frente à falta de qualificação para outras oportunidades de emprego, ficam sujeitas a vontade ou necessidade dos donos de bancas e peixarias em requisitar seu trabalho.

---

<sup>45</sup> Foi observada certa dificuldade na soma do valor a ser cobrado e na divisão do dinheiro entre os grupos que trabalharam concomitantemente. No dia em que foram realizadas as entrevistas, em duas ocasiões as mulheres refizeram as contas e descobriram ter recebido o valor errado pelo trabalho.

## 7 DISCUSSÃO

A discussão dos resultados da presente pesquisa se realizará em dois momentos. No primeiro, se discutem os trabalhos realizados pelas mulheres na pesca segundo aspectos técnicos e sociais considerados relevantes para a compreensão dos lugares e papéis que as mulheres ocupam no setor e como estes expressam as desigualdades e discriminação de gênero. Trata-se dos dados agrupados que permitem a comparação dos casos particulares e uma visão de conjunto. No segundo momento, se analisam esses lugares segundo a equação entre necessidades, oportunidades e possibilidades que explica a existência de cada tipo de trabalho e, em certa medida, permite antecipar as possibilidades futuras de melhora ou piora que as mulheres envolvidas venham a ter. Por último, se extraem as principais conclusões.

### 7.1 ANÁLISE DOS TRABALHOS DAS MULHERES NA PESCA SEGUNDO ASPECTOS TÉCNICOS E SOCIAIS RELEVANTES

De forma geral, o tipo de trabalho realizado pelas mulheres na pesca é fundamentalmente manual e requer o uso de ferramentas muito simples, podendo ser tipificado como artesanal e de baixo nível técnico. Contudo, o trabalho de comercialização exige certos conhecimentos e destrezas intelectuais, como fazer contas e saber negociar com pescadores, atravessadores e consumidores.

Geralmente não há divisão técnica do trabalho, sendo que os diferentes tipos de trabalhos realizados por elas podem ser feitos por uma única pessoa do início ao fim e, devido à simplicidade, nenhum deles exige alta qualificação. Isto dá lugar a trabalhadoras especializadas, como no caso das descarnadeiras de siri ou descascadoras de camarão. Porém, em alguns casos analisados exige-se que as mulheres desempenhem vários tipos de trabalhos, seja numa seqüência mais ou menos ordenada, como no caso da coleta do bacucu, ou de forma misturada, como no caso das vendedoras que também compram produtos, limpam peixe e descascam camarão.

No QUADRO 12 os instrumentos necessários a cada atividade realizada pelas mulheres são tipificados segundo seu nível de simplicidade/complexidade e os trabalhos segundo seu caráter manual/intelectual. Os dados mostram que 8 das 9 atividades identificadas utilizam algum tipo de instrumento (o descasque de camarão se faz somente com as mãos), e nessas 8, todos os instrumentos utilizados são

simples. No que diz respeito ao tipo de trabalho manual/intelectual, as 9 atividades identificadas supõem trabalho manual, sendo que 3 delas requerem também algum trabalho intelectual. Trata-se daquelas atividades de comercialização, que exigem, minimamente, fazer contas e negociar com outros atores.

Os casos investigados mostraram que as mulheres que trabalham na pesca no litoral do Paraná estão envolvidas de maneira diversa nas três fases da cadeia produtiva. Elas foram observadas realizando a captura, o beneficiamento e a comercialização de distintas espécies de organismos marinhos, mas, com contraste quanto à grande presença no beneficiamento (229) e muito pequena na captura (35), ficando as que comercializam em situação intermediária (85) (TABELA 06).

Atividade	Instrumentos	Tipo de instrumentos		Tipo de trabalho	
		Complexos	Simples	Manual	Intelectual
Coleta bacucu	Canoa a remo; enxada; cesto	-	X	X	-
Desmariscagem do bacucu	Panelas e bacias	-	X	X	-
Descarne siri	Fogão a gás; panelas; bacias; colheres	-	X	X	-
Puxa-rede tainha	Rede	-	X	X	-
Descasque camarão	Sem instrumentos	-	-	X	-
Limpeza e fileteamento de peixe	Faca; tábua; bacia	-	X	X	-
Venda bicicleta	Bicicleta; isopor; sacos plásticos	-	X	X	X
Venda na casa	Freezer, geladeira ou isopor; balança, telefone, embalagens	-	X	X	X
Venda no mercado	Freezer ou isopor; balança; bacias; embalagens	-	X	X	X

QUADRO 12 – Tipificação dos instrumentos e tipos de trabalho realizados pelas mulheres segundo as tarefas identificadas

Os trabalhos realizados pelas mulheres na pesca no Litoral do Paraná ratificam o modelo tradicional dos povos pesqueiros marinhos de divisão sexual/espacial do trabalho onde os homens saem ao mar e as mulheres trabalham em terra (WOORTMANN, 1992; LIMA, 2003; MANESCHY, 1995; MOTTA-MAUÉS, 1999; DIEGUES, 1993). Assim, das 9 atividades identificadas como realizadas pelas

mulheres, apenas uma se realiza no mar (captura de bacucu), sendo que as 8 restantes elas são feitas em terra.

TABELA 06 – Quantidade de mulheres trabalhadoras identificadas para as distintas fases do processo produtivo na pesca

Recurso(s)/Comunidade(s)	Captura	Beneficiament o	Comercializaçã o
Bacucu Vilas Polacos, Nova e Ponta da Pita - Antonina	22	33	22
Siri Vila Portinho - Antonina	-	51	6
Peixes e camarões Mercado Municipal de Paranaguá	-	9	-
Tainha Pontal do Sul - Pontal do Paraná	13	13	14
Camarões e peixes Shangri-lá - Pontal do Paraná	-	22	12
Camarões e peixe Matinhos	-	35	15
Camarões e peixes Piçarras - Guaratuba	-	66	16
Total	35	229	85

NOTA: uma trabalhadora pode realizar mais de um tipo de tarefa, sendo contabilizada a cada vez. Incluem-se as mulheres que trabalham somente na época de temporada de veraneio.

Em termos da relação ao local do trabalho e a fase da cadeia produtiva onde as mulheres se inserem, dentre os casos investigados, em Antonina, onde a pesca é restrita aos ambientes de baía e é realizada de maneira mais rudimentar, as mulheres mostram-se envolvidas na captura de forma mais freqüente. Em Pontal do Paraná, também há mulheres que realizam captura, mas sua participação é restrita à tarefa de puxar a rede nas práticas de ‘pesca de beirada’, sendo que somente em casos de extrema necessidade a mulher participa do lanço de pesca como tripulante da embarcação. Ainda assim, ressalta-se que o grupo de pescadores investigados realiza a pesca numa região de águas calmas, na praia do balneário de Pontal do Sul, o que supõe maior facilidade no manejo da embarcação. Nos casos em que as comunidades de pescadores realizam uma pesca motorizada e mais tecnicada, em regiões mais distantes da terra firme, e não se realiza a coleta de organismos marinhos (Shangri-lá, Matinhos e Piçarras), o trabalho das mulheres é restrito a tarefas da pós-captura e não houve relatos de que elas participassem como tripulantes das embarcações. Em todos os municípios e comunidades as mulheres realizam o beneficiamento dos organismos, e em todos os casos em que o pescado



é vendido de forma direta, a mulher apareceu como figura importante na comercialização de seus produtos ou dos produtos da família (TABELA 06).

Essa territorialização diferenciada do trabalho entre homens e mulheres na pesca, é algo estabelecido culturalmente de forma forte nas comunidades pesqueiras, onde seguramente pesam - em proporções diferentes segundo os casos concretos - preconceitos machistas discriminatórios, as responsabilidades em terra que a sociedade atribui às mulheres relativas ao cuidado da família e do lar, e a exposição a riscos e o esforço físico exigido num caso e outro. Estes elementos também pesam nos tipos de trabalho realizados pelas mulheres na pesca que estão condicionados materialmente pela sua capacidade física, relativamente menor que a dos homens, pelo fato objetivo da maternidade, e pelas responsabilidades de cuidado da família e da casa atribuídas socialmente à figura feminina, que ainda se constitui como um elemento cultural, ideológico muito forte. O primeiro aspecto leva às trabalhadoras a realizar tarefas que não exigem muita força nem resistência física, e que não as expõe a grandes riscos para a sua saúde e segurança. O segundo aspecto reforça o cuidado de se guardar para cuidar os filhos e demais membros da família, e leva às mulheres a realizar trabalhos na própria casa, ou o mais perto possível desta (MALDONADO, 1986; WOORTMANN, 1992; MANESCHY, 1995; LIMA, 2003; PIERRI *et al.*, 2005; SERAVAL, 2006; FASSARELA, 2008).

Assim, no que diz respeito à exposição ao risco e exigência de esforço físico, das 9 atividades identificadas realizadas pelas mulheres na pesca, não há nenhuma que as exponha a níveis altos de risco, sendo que seis podem ser consideradas de risco nulo, e as três restantes, risco baixo. Em termos de esforço físico, a distribuição dos dados mostra a tendência geral, mas em menor grau. Assim, seis atividades exigem esforço físico entre baixo (4) e nulo (2), enquanto que apenas uma atividade que exige alto esforço e duas que esforço médio. Esses resultados levam a considerar que, na determinação social das atividades desempenhadas pelas mulheres na pesca, evitar riscos pesa mais que evitar o esforço físico. No conjunto, são as atividades de captura (de bacucu e tainha) e a venda em bicicleta, as atividades que exigem maior esforço e apresentam maior risco relativo, ainda que possam ser classificados como baixos, frente outras atividades relacionadas a atividade pesqueira (QUADRO 13).

Atividade	Exposição a riscos				Esforço físico			
	Alto	Médio	Baixo	Nulo	Alto	Médio	Baixo	Nulo
Coleta bacucu			X		X			
Desmariscagem do bacucu				X			X	
Descarne siri				X			X	
Puxa-rede tainha			X			X		
Descasque camarão				X			X	
Limpeza e fileteamento de peixe				X			X	
Venda bicicleta			X			X		
Venda na casa				X				X
Venda no mercado				X				X

QUADRO 13 – Nível de exposição a riscos e nível de esforço físico exigido na realização do trabalho segundo cada tipo de atividade identificada

No que diz respeito à distância/proximidade do lar em que as mulheres desenvolvem o trabalho na pesca, os casos analisados mostram a forte preferência por tarefas realizadas na própria casa ou em casas vizinhas. Recuperando os dados da TABELA 06 de distribuição das mulheres na captura, beneficiamento e comercialização, é a minoria que captura a que claramente realiza atividades longe do lar. As catadoras de bacucu se distanciam de suas casas os dias da semana em que saem a pescar e a vender de bicicleta na cidade, mas retornam a ela diariamente, e nela realizam o beneficiamento. Já aquelas que trabalham na pesca da tainha, a distância de suas casas é bem maior, sendo que algumas até mudam de cidade, mas nesse trabalho tem a possibilidade de levar os filhos e o tempo de afastamento é bem menor, limitado aos meses da safra do recurso. Isto se deve relativizar, no sentido de que quando estão no local em que habitam temporariamente, fora do horário da pesca, seguramente as mulheres da tainha desempenham sua função de cuidadoras da casa e da família.

Os custos dos equipamentos e de realização dos trabalhos são baixos e não requerem grande quantidade de capital investido. Como verificado em Antonina, na atividade de coleta do bacucu a trabalhadora necessita ter uma canoa a remo e alguns utensílios simples. Para todos os casos em que as trabalhadoras participam do beneficiamento, os instrumentos exigidos não passam de utensílios domésticos que já constituem parte dos objetos de casa: talheres, panelas, fogão a gás e geladeira. Dentre os trabalhos por elas, a comercialização é a única fase que parece

requerer equipamentos mais caros, como freezers e balanças. No entanto, a não propriedade destes não chega a impedir a realização da venda, porém, diminui o intervalo de tempo possível entre a captura e a comercialização, fazendo com que as produtoras repassem o produto a preços mais baixos, diminuindo seu ganho.

Além dos elementos citados, o corpo é o instrumento de trabalho principal dessas mulheres e é o esforço exigido dele que diferencia o trabalho daquelas que realizam a fase de captura das demais. Os dois casos em que a mulher foi observada realizando o processo de captura requerem boa condição física, boa saúde e disposição. Esses três elementos são necessários para marisqueiras do bacucu e para as caboeiras da pesca da tainha. As marisqueiras precisam de força para arrastar suas canoas pelo baixio, para manusear a enxada na lama, peneirar os mariscos, carregar dezenas de quilos do organismo coletado e devem enfrentar longos períodos com o corpo parcialmente imerso na água dos baixios; as caboeiras têm sua força exigida na hora de puxar a rede para a praia e, ambas as trabalhadoras, precisam agüentar os longos períodos de exposição direta às intempéries.

No que conta à condição socioeconômica é a propriedade individual ou familiar dos meios de produção que determina, pelo menos em grande parte dos casos, a categoria ocupada pela mulher. Nesse sentido, as mulheres foram observadas em duas situações distintas fundamentais: como proprietárias ou membros de famílias proprietárias de meios de produção utilizados para a captura de produtos marinhos, independente da fase da produção em que elas participem; e como não proprietárias de meios de produção nem de dinheiro suficientes para autonomizarse, se constituindo em trabalhadoras assalariadas contratadas pelos produtores ou por comerciantes. Nos casos em que a propriedade ou não dos meios de produção de captura não é o elemento diferenciador entre as categorias, a diferenciação se mostra relacionada à possibilidade de adquirir o produto a ser processado e/ou vendido.

Assim, nos diferentes casos observados, se encontram as seguintes situações:

- No trabalho de coleta, as mulheres se dividiram entre as marisqueiras, que realizam a captura dos mariscos nos baixios e são donas dos meios de produção e do produto gerado, e as *descarnadeiras*, contratadas para auxiliar no processo de beneficiamento do marisco;

- Na pesca do siri, as mulheres se dividiram entre as produtoras mercantis que, como parte integrante da unidade de produção familiar dos pescadores, também são proprietárias dos meios de produção e dos produtos, e as *descarnadeiras*, contratadas pelas produtoras ou pelo comerciante para realizar o serviço de catação ou descarte do siri;
- De forma semelhante, nos mercados comunitários, onde os pescadores mostram-se voltados predominantemente para a captura de camarões e algumas espécies de peixe de valor comercial, as mulheres se dividiram entre produtoras mercantis (membros da família dos pescadores e também proprietárias dos meios de produção), e as *descascadeiras* ou *fileteadoras*, contratadas para realizar o beneficiamento dos recursos;
- Na pesca da tainha, a proprietária da canoa e dos apetrechos de pesca deixou de participar das fases de captura e beneficiamento do processo produtivo e apresenta-se como *armadora* da pescaria. As *caboeiras* recebem para realizar a tarefa de puxar a rede e, quando requisitadas, por realizar o beneficiamento do pescado produzido;
- Em Paranaguá, pelo fato do local investigado ser caracterizado como mercado de venda não de pescadores/produtores e sim apenas de comerciantes, as mulheres só aparecem na figura de *beneficiadoras* contratadas pelos donos das bancas de peixe e peixarias.

Com exceção aos casos das marisqueiras e da armadora de pesca, as mulheres não estariam no papel de produtoras/beneficiadoras/vendedoras sem ter a propriedade dos meios de produção necessários à captura (ela ou sua família), mesmo sendo donas daqueles instrumentos ou equipamentos requeridos à realização das tarefas que realizam de beneficiamento e comercialização.

Acima desta condição de base, as diferenças entre os empreendimentos produtivos ou comerciais estão determinadas pelos níveis de riqueza acumulada e, relacionado com isso, a proporção de força de trabalho familiar ou alheia envolvida. Isso diferencia as produtoras mercantis simples das capitalistas e aquelas que estão em transição entre essas condições, independente de que os níveis de capital sejam, em alguns casos, muito baixos. No caso das trabalhadoras contratadas, as diferenças estão centradas no nível de pobreza, que, quanto maior seja, pressiona a trabalhar mais por menos e a aceitar piores condições.

O anterior destaca claramente que não são as tarefas concretas que realizam as mulheres o que resulta mais relevante na hora de compreender seu lugar e papel na pesca, senão a condição socioeconômica a qual estão inseridas e a categoria econômica que ocupam em termos de lugar nas relações de produção presentes.

Para se ter uma idéia das desigualdades presentes do ponto de vista quantitativo nos empreendimentos em que se inserem as trabalhadoras foram estimados os custos dos principais meios de produção necessários para que a mulher seja dona do produto com que trabalha, que é a condição que diferencia maior ou menor autonomia e melhores rendimentos econômicos (QUADRO 14). Logo, as trabalhadoras contratadas nesses empreendimentos devem receber, possivelmente, em proporção ao nível de acumulação dos mesmos e ao nível de desemprego presente no espaço onde vivem, aceitando que não existem diferenças de qualificação entre elas, já que o nível necessário para todos os trabalhos manuais são mínimos.

Observa-se que a atividade que exige menos nível de acumulação de capital é a coleta, beneficiamento e venda do bacucu, onde os custos dos meios de produção declarados pelas produtoras oscilaram entre R\$ 380,00 e R\$ 3.000,00. Em ordem ascendente, se tem os custos dos meios necessários para a pesca de arrastão da tainha e a sua comercialização, que variaram de um mínimo de R\$ 1.530,00 a um máximo de R\$ 4.150,00. Em terceiro lugar, estão os custos dos meios necessários para a pesca, o beneficiamento e a venda do siri, que variaram entre R\$ 3.305,00 e R\$ 10.000,00. Por último, estão os custos dos meios necessários para pescar, beneficiar e vender camarão e peixe capturados na plataforma, que variam entre um mínimo de R\$ 2.280,00 e um máximo de R\$ 93.250,00 (QUADRO 14).

Salvo para as condições de grande captura no último caso, a quantidade de dinheiro necessária para desenvolver a maioria das atividades onde se insere a mulher na pesca, não parece significativa, nem que isso seja relativo à condição de um. Do lado dos produtores, isto não expressa a situação das mulheres no setor, senão a situação do setor em si, onde os pescadores mercantis simples, em grande parte, são relativamente pobres e onde muitas atividades se realizam como um recurso de sobrevivência em contextos de pobreza e desemprego. Isto mesmo explica os níveis baixíssimos do salário que recebem os trabalhadores contratados

por estes produtores, resultando muito eloqüente do grau de necessidade e de falta de alternativas de emprego presentes.

Atividade	Fases do processo produtivo						Custo total
	Captura		Beneficiamento		Comercialização		
	Meios	Custos	Meios	Custos	Meios	Custos	
Coleta na baía/ baixa produção	Canoa a remo	Nenhum até 700,00	Local	-	Balança	30,00 a 150,00	380,00 a 3.000,00
					Freezer	200,00 a 1.700,00	
					Bicicleta	150,00 a 450,00	
Pesca de arrastão de praia da tainha/ Baixa produção	Pequena canoa a remo ou a motor	1.000,00 a 3.000,00	-	-	Balança	30,00 a 150,00	1.530,00 a 4.150,00
	Redes e cabos	500,00 a 1.000,00					
Pesca siri na baía/ baixa e média produção	Pequena canoa a motor	3.000,00 a 8.000,00	Local	-	Balança	30,00 a 150,00	3.305,00 a 10.000,00
	Puçás	75,00 a 150,00			Freezer	200,00 a 1.700,00	
Pesca de camarão e peixe na plataforma/ baixa/média e alta produção	Embarcação	1.500,00 a 80.000,0	Local	-	Balança	30,00 a 150,00	2.280,00 a 93.250,00
	Redes e apetrechos	550,00 a 12.000,0			Freezer	200,00 a 1.700,00	

QUADRO 14 – Custo dos principais meios de produção necessários para que a mulher seja dona do produto com que trabalha segundo os tipos de trabalho desta na pesca (em R\$)

## 7.2 NECESSIDADES, OPORTUNIDADES E POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO DA MULHER NA PESCA

O olhar comparativo acima do quadro apresentado pelas mulheres que trabalham na pesca mostra a presença de fatores sociais e naturais que determinam ou condicionam as estratégias de organização da produção das famílias de pescadores. Conseqüentemente, diferenciam as situações apresentadas por cada caso estudado e, dentro deles, por cada trabalhadora. Assim, as formas de inserção das mulheres na pesca diferem segundo a equação entre as necessidades econômicas, as possibilidades e oportunidades proporcionadas pelo contexto local (recursos marinhos, comunidade e/ou município) e pela condição de sua família na pesca. Dessa forma, os parágrafos a seguir se discutem como se articulam esses fatores em cada uma das cadeias produtivas.

ANDRIGUETTO-FILHO (1999; 2002) já apresenta diferenças marcantes referentes ao emprego de tecnologias, potencial de produção e nível de inserção no

mercado entre aqueles sistemas de produção de pesca restritos ao ambiente de baía e aqueles que exploram o mar aberto. BORGES *et al.*, (2004) ao analisar as fontes de renda de algumas comunidades de pescadores comparando-as em base à tipificação feita nos trabalhos de ANDRIGUETTO-FILHO, apresenta mais aspectos que confirmariam uma situação de marginalização econômica dos pescadores que vivem e trabalham nos ambientes estuarinos em contraste com a eficiência apresentada pelos pescadores da costa que exploram a plataforma adjacente.

Os pescadores entrevistados em 1998 para gerar os dados que BORGES (ibid) analisa, apresentaram média global da renda *per capita* mensal de R\$ 214,00, abaixo da média do estado (cerca de R\$ 320,00), mas próxima da média da maioria dos habitantes do litoral do Paraná (R\$ 237,00), segundo os dados apresentados pelo PNUD para o ano 2000 (PIERRI, 2003). Em seu estudo, os pescadores da comunidade de Piassaguera (Paranaguá) apresentam o menor valor médio de renda mensal (cerca de R\$ 81,00) e a comunidade de Piçarras (Guaratuba) o maior valor médio (cerca de 294,00). É certo que uma diferenciação entre os sistemas de pesca era prevista devido à distinta acumulação de capital, poder de exploração e quantidade de produção entre uns e outros, mas, além desses fatores, o autor considera a melhor condição conseguida (ou mantida) pelos pescadores dos municípios praiano-turísticos.

A pesca foi a principal atividade econômica dos pescadores entrevistados naquele estudo, no entanto, cerca de 70% dos entrevistados admitiram possuir algum outro tipo de ocupação remunerada (permanente ou esporádica) para incrementar a renda da casa. Para os pescadores de Pontal do Paraná, Matinhos e, principalmente, de Piçarras em Guaratuba (que apresentaram a maior renda entre os demais) os rendimentos originados pelos serviços sazonais e a maior demanda de produtos nos momentos de grande intensidade de turismo mostraram-se significantes. O que comprova a influência do caráter econômico destes municípios, que permite aos pescadores a venda direta aos turistas e a maior opção de empregos fora da pesca.

A má condição econômica dos pescadores de baía também foi relatada para as comunidades de Antonina estudadas por FRANCO (2004). Não diferindo do quadro apresentado pelos demais grupos da população daquele município, nem dos dados apresentados por Borges *et al.*(2004) para os pescadores de Piassaguera, e para grande parte dos trabalhadores que atuam na pesca foi constatada a condição

de pobreza. Aquele município, em 2004, a renda mensal *per capita* das famílias da maioria dos produtores variou entre R\$ 71,00 e R\$ 142,00, enquanto a média mensal apresentada para a população era de R\$196,00 (no ano 2000) (FRANCO, 2004). Em contraste a realidade apresentada pelo município de Antonina, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, estão entre as cidades litorâneas que possuem os melhores resultados econômicos nos anos recentes (PIERRI *et. al.*, 2003). Apesar do caráter turístico-praiano ser contraditório no que conta à segurança econômica de sua população, as possibilidades proporcionadas pelo turismo de veraneio trazem oportunidades valiosas para acumulação de renda, ainda que momentâneas. Em síntese, o turismo permite a venda direta dos produtos das pescarias com bom preço, assim como realizar outros serviços para os turistas, e o contexto urbano oferece alternativas de outros empregos, porém, ciente dos fortes limites de segurança de renda para a população permanente em geral e também para os pescadores, sob algumas condições propícias, eles ainda apresentam vantagens em relação a outras pessoas chegadas de fora.

Conforme os dados acima, as mulheres investigadas em Antonina vivem num contexto de baixo desenvolvimento e desemprego. Neste município, os pescadores realizam a captura de poucas espécies de considerável valor comercial como tainhas, robalos, bagres, camarão branco e siris (FRANCO, 2004). Embora estejam inseridos num ambiente urbano, eles estão concentrados em algumas vilas que são marcadas pelo caráter pesqueiro dominante e em algumas delas os trabalhadores se mostram especializados em alguns tipos de recursos. Como visto, na Vila Portinho, grande parte deles está direcionado à captura do siri. Contudo, o(s) porquê(s) da escolha por esse recurso não foi explorado nesta ou em outras investigações, mas sabe-se que a pesca pode ser realizada por um único pescador e que existe grande demanda de restaurantes e peixarias pelo produto. Além disso, segundo os pescadores e as beneficiadoras entrevistadas, apesar de certa variabilidade nas capturas, o recurso tem estado presente de forma permanente ao longo do ano, o que faz do siri um dos pescados mais seguros e lucrativos entre os demais recursos que podem ser explorados dentro das limitações de captura dos pescadores do município (FRANCO, 2004).

Para assumir a forma de mercadoria, ser comprado e consumido, o siri precisa necessariamente passar pela fase de beneficiamento e é nesse contexto que o trabalho realizado pela mulher aparece como essencial dentro do processo



produtivo. Não se pode dizer se o pescador homem não pode ou apenas não quer realizar essa fase secundária da produção. É fato que a faina no mar, mesmo em águas mais calmas, é cansativa e desgastante. Assim, se normalmente a família já tinha a tradição de divisão de tarefas em casa por sexo, indiferente da espécie capturada, é previsível que a esposa do pescador ou os demais membros da família que não realizam a pesca se responsabilizem pelas tarefas da pós-captura. Se o produtor não encontra quem o faça dentro da família, precisa gastar seu tempo procurando trabalhadores que o realizem e gastar dinheiro para pagar esse serviço, ou então deverá vender o siri *in natura* para alguém disposto a se responsabilizar pelo resto do processo que torna o produto consumível.

Aquelas famílias em que a mulher se dispõe a realizar o beneficiamento conseguem assegurar um rendimento maior que os demais pescadores e, quando a mulher assume também as tarefas e negociações necessárias à venda, e consegue estabelecer canais de escoamento direto aos consumidores, a unidade produtiva passa a ter, ao mesmo tempo, maior valor agregado ao produto e autonomia frente ao comerciante. Dessa forma, a mulher se vê valorizada, assumindo um papel no processo produtivo e contribuindo no aumento da renda da família e ainda mantém a segurança de estar em casa compatibilizando seu trabalho com as funções reprodutivas. Inserida na comercialização e adquirindo certa experiência de negociação com compradores, essa trabalhadora pode até, como observado em alguns casos, comprar o pescado de outros pescadores e realizar o papel de atravessadora da produção de terceiros.

Contudo, é a soma de alguns elementos desse modo de produção que faz hoje da exploração do siri um nicho oportuno às demais mulheres desta vila em Antonina, a saber: i) a desigualdade no tempo e na mão-de-obra necessária para realizar a primeira e a segunda fase da produção, sendo que a quantidade de siri que pode ser capturada por um único pescador é algumas vezes superior à quantidade de siri que pode ser beneficiada por uma trabalhadora; ii) o caráter perecível do recurso frente ao tempo despendido para a realização do beneficiamento; iii) a existência de produtores que não têm com quem dividir as tarefas do processo produtivo; iv) o custo quase nulo necessário para realizar essa fase da produção; v) a falta de exigências quanto qualificação da trabalhadora frente a uma tarefa simples; vi) a possibilidade de realizar o trabalho na residência ou na

vizinhança; iv) a elasticidade da jornada de trabalho e a possibilidade de fragmentar a tarefa de catação da carne com outras tarefas que aparecem ao decorrer do dia.

Os dois primeiros acarretam na necessidade de mais mão-de-obra, mesmo entre as famílias dos produtores que realizam o beneficiamento em família. E quase todos os demais aspectos são critérios considerados por mulheres pobres que não tem capital para investir (nesta ou em outra atividade produtiva), não são qualificadas para realizar outras atividades remuneradas mais lucrativas e não contam com outra pessoa que assuma suas responsabilidades na família.

No que conta ao trabalho de coleta, essa já é uma tarefa histórica e culturalmente presente na vida de grande parte das famílias de pescadores e não pescadores que moram nos arredores da baía, sendo realizada principalmente para o autoconsumo. Desse modo, quando surge a necessidade de geração de renda e se passa a explorar o bacucu de forma comercial, as mulheres já estavam acostumadas a realizar essa tarefa e, como quase todos os moradores do município, já possuíam o principal instrumento necessário à catação (a canoa a remo). Isso é evidenciado pelo relato dos pescadores e marisqueiras entrevistadas que declararam a inserção de um contingente de trabalhadoras na atividade produtiva nos anos anteriores. Se num primeiro momento, a renda obtida com o marisco era pequena e esporádica, devido à facilidade de exploração e grande oferta nas vilas, hoje, com a redução do estoque, pelo menos nos locais mais próximos da margem estuarina, o trabalho se mostra certamente lucrativo. Considerando as ressalvas necessárias, aquelas mulheres que se dispõem ou têm condições de ultrapassar algumas das condicionantes que determinam as possibilidades de trabalho da mulher na pesca, mantêm certo monopólio da produção de mariscos e se autonomizam, conseguindo garantir certa quantidade de renda sem depender de terceiros. As dificuldades impostas para se encontrar um baixio produtivo e sadio, resultantes da sobre-exploração anterior, e possivelmente, da degradação das margens estuarinas ocasionada pela atividade portuária, agricultura e despejo de esgoto urbano, torna válido o custo-benefício desta exploração, compensando até mesmo o gasto cobrado pelo transporte pago ao dono da embarcação a motor.

Contudo, poucas quantidades de mariscos não são suficientes para garantir uma renda razoável e os bons resultados da atividade são também conhecidos por outras pessoas além das mulheres da vila. Sendo o ambiente marinho um meio de produção não privatizado (ainda), as mulheres estão sempre ameaçadas pela

concorrência dos demais trabalhadores que se encontram desempregados e com necessidades suficientes para encarar o mesmo trabalho árduo. Esse contexto aumenta a necessidade das mulheres diminuírem o tempo nas outras fases da produção para poder voltar mais rápido (ou antes, que outros) ao baixo que ainda está produtivo. Ela tem duas escolhas: contratar pessoas para agilizar o processo de beneficiamento ou vender sua produção em grandes quantidades rapidamente, pelo preço oferecido pelo atravessador. Para os casos investigados, as mulheres consideram que o gasto com a mão-de-obra das descarnadeiras é compensado pela possibilidade de realizar a venda direta a preços melhores aos consumidores. Dessa forma se instala a oportunidade de emprego daquelas que não querem ou não podem mais realizar a captura.

Vale acrescentar que dentre as atividades de captura, certamente, é de conhecimento destas trabalhadoras que a pesca da tainha, do robalo e do bagre são mais lucrativas, semelhantemente simples e até menos exigentes (quanto ao esforço) que a coleta do bacucu. No entanto, pelo fato de não estarem acostumadas a sair ao mar sozinhas e pesar a idéia de que a pesca é culturalmente uma atividade masculina, grande parte delas não opta pela pesca, e aquelas que estariam dispostas, não são escolhidas como companhia preferida entre os pescadores. Além disso, a fragilidade econômica dos moradores de Antonina leva também um contingente de homens desempregados a oferecer sua força de trabalho na pesca por valores ínfimos, o que resulta numa maior concorrência e barateia o valor da mão-de-obra e o lucro obtido com as demais pescarias.

A coleta e o beneficiamento com certeza não são as atividades mais rentáveis que existem em Antonina, mas as mulheres que residem nas comunidades de pescadores apresentam baixa escolaridade e quase nenhuma experiência em outras atividades produtivas. Apenas 6% das 77 mulheres entrevistadas por Franco (2004) haviam completado o primeiro grau e, assim como na pesca, o fator de ser mulher as restringe frente às oportunidades de emprego fora da pesca, como o trabalho na estiva ou na construção civil, ficando para a maioria delas a opção de concorrer com outras trabalhadoras/ desempregadas para realizar atividades como a de doméstica, costureira, cozinheira e outras atividades consideradas femininas.

Frente à situação de pouco estudo e poucas opções de geração de renda é previsível que as mulheres já familiarizadas com as tarefas relacionadas à pesca, que sintam a necessidade de auxiliar na geração de renda da família escolham esta

como atividade a ser seguida. O rendimento proporcionado não é alto, mas como visto, os custos de realização são quase nulos. De forma que mesmo para aquelas que não fazem parte de famílias de pescadores o beneficiamento tem se mostrado 'vantajoso' entre as demais opções impostas pelo contexto econômico e cultural a que estas mulheres se encontram submetidas.

Nos municípios de costa oceânica, é fato que os mercados comunitários de pescadores são potencializadores das unidades produtivas que possuem acesso e decidem utilizá-los como local de venda. A presença desses estabelecimentos já se mostra como resultado da organização coletiva e certa coesão entre os pescadores de cada uma das regiões. Os pescadores, concentrando a venda de várias unidades de produção num mesmo entreposto comercial, conseguem assegurar aos compradores maior regularidade de oferta criando um ponto de referência para aqueles que procuram por pescados no litoral.

Nos três casos analisados, o contexto urbano provavelmente oferece às mulheres algumas oportunidades de emprego fora da pesca equivalentes ou até melhores que as que têm nos mercados, mas diminuir os custos do beneficiamento ou agregar valor ao pescado, gerando mais lucro para a família na pesca é tarefa importante para garantir que os homens (marido ou outro familiar ao que esteja ligada a mulher) possam continuar exercendo a profissão de pescadores.

A presença dos mercados é fundamental para melhorar os rendimentos econômicos de muitos pescadores que sem eles teriam somente o atravessador como forma mais segura de escoamento de sua produção e é também um fator fundamental para que as mulheres participem do processo produtivo. Mas pensando de outro ângulo, pode se dizer, que sem elas a frente dos processos de pós-captura nenhum dos mercados se constituiria hoje de forma tão presente e lucrativa. De forma que cumprindo sua função, no que lhe cabe a atividade produtiva, as mulheres são ao mesmo nível dos homens responsáveis pela maior autonomização de suas famílias como unidades produtivas.

As mulheres que realizam a venda nos mercados estão relacionadas à pesca realizada com embarcações motorizadas e em mar aberto. Em Shangri-lá, Matinhos e Piçarras, grande parte dos pescadores está voltado à exploração dos ambientes de plataforma. Este contexto já induz a uma gama de fatores possíveis para explicar a diferença quanto aos tipos de trabalho realizados por elas e aquelas que estão envolvidas com a pesca na baía: a pesca exige maior esforço e risco,

exige também qualificações quanto ao manejo da embarcação a motor e a complexidade de algumas das práticas de pesca. Mas muito provável que o maior determinante seja a maior acumulação de capital dessas unidades produtivas. A menor necessidade econômica possibilita pagar aos não apetrechados (quinhoeiros), antes de recorrer à mão-de-obra da família.

Apesar do predomínio de famílias que se dedicam ao arrasto de fundo do camarão, uma diversidade de outras práticas é possibilitada pelo ambiente de exploração, o que supõe que suas famílias tenham maior oportunidade de aderir estratégias oportunas que àquelas que pescam nos ambientes de baía. Como conseqüência, as mulheres que pertencem a famílias desses pescadores estão muito mais longe de realizar a fase de captura.

Todos os mercados abrigam um leque de produtores em situações econômicas distintas, relacionada à diversidade presente na pesca de pequena escala hoje modernizada. E em alguns casos, são utilizados até mesmo pelos produtores mais capitalizados. No que diz respeito às diferenças na acumulação de capital entre os produtores de mar aberto, estas não necessariamente se explicam nos processos de concorrência, diferenciação e concentração de capital na própria pesca. Podem estar relacionadas a fatores fora da pesca, tais como heranças de terrenos que hoje são valorizados nos municípios turísticos, heranças de família, ou capital trazido de outros estados por pescadores imigrantes (de Santa Catarina, por exemplo). Outras fontes de acumulação e diferenciação podem ser as indenizações ambientais recebidas pelos pescadores, o maior acesso aos benefícios (crédito) oferecidos pelo governo, o desempenho de funções de governo no município, etc. Isto, mereceria ser pesquisado para melhor compreender a situação da pesca e as possibilidades reais de acumulação de capital que esta hoje apresenta.

O contexto interno aos mercados também mostram algumas diferenças importantes. Enquanto o mercado de Shangri-lá é de responsabilidade total dos pescadores, em Matinhos a presença da Colônia de Pesca é marcante e tem se mostrado um aspecto positivo em melhorar a organização, em mediar alguns conflitos e garantir recursos para auxiliar em melhorias e na sua manutenção. Em Piçarras, a forte presença da prefeitura, com a aplicação de recursos em melhorias estruturais e de 'propaganda' e com a disponibilização de um funcionário para cuidar dos aspectos administrativos e auxiliar às trabalhadoras é determinante para a

segurança do funcionamento contínuo do entreposto de venda. Mas, nesse caso, a intenção do agente externo parece 'prejudicar' há alguns pequenos produtores.

Nos dois primeiros estabelecimentos, os pescadores acordaram só ser permitida a venda de pescado local. E, apesar de algumas mulheres se mostrarem contrárias a essa decisão, a maioria delas e dos pescadores tem consciência de que essa restrição garante uma concorrência mais justa e permite os demais produtores locais que não possuem a banca de venda tenham sua produção colocada em uma comercialização mais lucrativa quando a demanda aumenta. No mercado de Piçarras, sob a administração e as regras da prefeitura, se restringe que as trabalhadoras sejam de famílias da pesca, mas ao permitir que aqueles produtores já bastante capitalizados também tenham ali um entreposto de venda, tira a chance dos pequenos de ter acesso há um local onde teriam baixo custo para sustentar a venda direta. Além, disso o fato de se permitir e incentivar a venda produtos de fora, faz com que as produtoras não procurem pela produção originada pelos pescadores locais do município, sendo a local só interessante a venda dos produtos de sua família.

O balneário de Pontal do Sul é o mais distante das áreas centrais do município de Pontal do Paraná, o que acentua a dependência de seus moradores as atividades econômicas relacionadas ao turismo. Dentre as oportunidades proporcionadas pela atividade econômica as mulheres se mostram mais frágeis em conseguir manter uma renda significativa. Na construção civil e nos trabalhos de segurança das residências de turistas, as mulheres não estão entre as contempladas. Restando aquelas que procuram um emprego competir com eles pela oportunidade de trabalhar como caseiros (as) e jardineiros (as), e entre elas, principalmente pela atividade de domésticas ou outros serviços no comércio que não exijam qualificações específicas.

A demarcação do território de pesca de certa forma privatiza o espaço de praia e de mar, pelo menos durante a safra de pesca, o que assegura a produtora uma renda extra, mesmo que as capturas não sejam satisfatórias. Para as mulheres que se inserem como caboeiras, dentre as opções de trabalho que possuem o arrastão ainda se mostra importante. A oportunidade de participar da pesca parece ser possibilitada pela movimentação econômica relacionada à valorização balneária, que estimula o setor da construção civil e tem se mostrado como importante oportunidade de renda para os homens que até pouco tempo eram parte da mão-

de-obra disponibilizada pelos pescadores. Talvez seja justamente a falta de homens nessa prática de pesca que possibilite o emprego da mão-de-obra feminina. O que para eles já não se mostra tão importante, para elas ainda parece ser significativo.

Segundo as declarações da patroa de pesca, ainda se resguarda a preferência por empregar pescadores homens e familiares. Porém, o fato dela se reconhecer nas demais trabalhadoras no papel de mãe e dona de casa, lhe atribui certa responsabilidade em acolher na pescaria as demais trabalhadoras, por se encontrar sob as mesmas responsabilidades de garantir pelo menos o alimento da família.

As trabalhadoras que beneficiam o camarão e o pescado no mercado de Paranaguá, possivelmente são as mulheres economicamente mais marginalizadas entre as trabalhadoras investigadas neste estudo. Essas mulheres vivem na região que apresenta os melhores resultados econômicos e a maior quantidade e variedade de oportunidades de emprego que todos os demais municípios, mas são exemplo do contingente de pessoas pobres que não possui a qualificação mínima necessária para se inserir em algum processo produtivo. Assim, vão ao mercado sem mesmo saber se terão ou não há oportunidade de realizar algum trabalho, dependendo sempre de uma boa movimentação de produtos no mercado e da boa vontade dos comerciantes em requisitar seu serviço.

## 8 CONCLUSÃO

Num quadro geral, a realidade enfrentada pelos trabalhadores e trabalhadoras da pesca do litoral é influenciada pelos elementos ao qual se encontra submetida atualmente à pesca realizada em pequena escala: imprevisibilidade e irregularidade nas capturas e escassez dos recursos. Algumas especificidades aparecem dependentes das condições oferecidas pelo contexto local do município em que a comunidade está inserida. E sua condição econômica difere, num mesmo espaço geográfico, dependente da proporção de capital acumulado por cada unidade produtiva, que pressupõe maior ou menor capacidade de esforço de pesca e a possibilidade de se adotar mais de uma estratégia de captura ou ainda apostar em mais atividades produtivas.

Para a mulher, se inserir no processo produtivo da pesca é determinante o fato de pertencer uma comunidade pesqueira. Quando pertence à família de pescadores, sua presença é fundamental nas estratégias adotadas pelas unidades produtivas. Quando não pertence, sua inserção se dá no nível mais frágil da cadeia produtiva.

As trabalhadoras se dividiram entre produtoras mercantis, mais ou menos capitalizadas e trabalhadoras assalariadas. Essas duas categorias são formadas por figuras femininas que ocupam papéis econômicos muito distintos, mas que também apresentam diferenças internas, apesar de não diferir, na grande parte dos casos, os processos técnicos do trabalho realizados por elas.

Corroborando as hipóteses sugeridas por PIERRI *et al.*, (2005) os trabalhos das mulheres na pesca do litoral do Paraná estão relacionado a aspectos do cenário natural e social do local onde vivem. No tocante aos espaços geográficos, este influencia diretamente sobre o tipo de trabalho que pode ser realizado pelas mulheres, porque determina certas dificuldades e facilidades técnicas na realização das tarefas e o recurso disponível. Contudo, o elemento determinante para inserção da mulher na atividade condiz ao encontro das necessidades econômicas, que corresponde ao nível de pobreza ou riqueza apresentada por sua família, com as possibilidades que a mulher tem frente às oportunidades que se oferecem dentro da cadeia produtiva, que são determinados pela propriedade dos meios de produção e pelas capacidades físicas e de qualificação profissional de cada trabalhadora. É o melhor custo benefício apresentado pelo trabalho na pesca em questão comparado as demais alternativas de trabalho remunerado que se apresenta no mesmo



contexto geográfico, considerando às determinações sociais de divisão sexual do trabalho e de discriminação de gênero, que determinam o lugar de cada mulher dentro da atividade pesqueira marinha do litoral do Estado.

## REFERÊNCIAS

- ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; TORRES, R. F.; TOMAZ, L. M. 1998. Interações, fatores de mudança e sustentabilidade das práticas materiais e dinâmicas ambientais nos sistemas técnicos da pesca artesanal. In: LIMA, R. E.; NEGRELLE, R.R.B (coords.) **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná: diagnóstico**. Ed. UFPR, Curitiba, pp. 95-104
- \_\_\_\_\_. 1999. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. Curitiba. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná. 242p.
- \_\_\_\_\_. MARCHIORO, N.P.X. Diagnóstico e problemática para pesquisa, 2002. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente: Em busca da Interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais/** Claude Raynaut...[et al.]. 296p. n.77. Curitiba: Ed. UFPR, p. 159-194.
- \_\_\_\_\_. A mudança técnica e o processo de diferenciação dos sistemas de produção pesqueira do Litoral do Paraná, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 8, 43-58, 2003.
- \_\_\_\_\_; CHAVES, P. T.; SANTOS, C.; LIBERATI, S. A. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Paraná . In: **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais**. In: V. J. ISAAC, A. S. MARTINS, M. HAIMOVICI, J. M. ANDRIGUETTO-FILHO (eds). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, 2006. p. 117–140.
- \_\_\_\_\_; KRUL, R.; FEITOSA, S. Analysis of natural and social dynamics of fishery production systems in Parana´, Brazil: implications for management and sustainability. **Journal of Applied Ichthyology**, v. 25, p. 277-286, 2009.
- ANGULO, R. J. ; ARAÚJO, A. D. Classificação da Costa Paranaense Com Base Na Sua Dinâmica, Como Subsídio À Ocupação da Orla Litorânea. **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba, v. 44, p. 7-17, 1996
- \_\_\_\_\_. SOARES, C. R.; MARONE, E.; SOUZA, M. C.; ODRESKI, L. L. R.; NOERNBERG, M. A. 2004. Atlas de erosão costeira do Estado do Paraná. In: Dieter Muehe. (Org.). **Atlas de erosão e progradação do litoral do Brasil**. Rio de Janeiro, PP.1-45.
- ARAGÃO J. A. N., CASTRO ; SILVA, S. M. M., Censo estrutural da pesca Coleta de dados e estimação de desembarques de pescado. Belém. IBAMA 2006.
- BARLETTA, M.; CORRÊA, M. F. M. 2002. Ictiofauna e Pesca. Vol. II. In: KOLM, H. E.; MACHADO, E. C. **Avaliação dos impactos da dragagem do Canal Navegável que liga o Porto de Paranaguá aos terminais portuários da Ponta do Félix**, 2001-2002. Relatório Técnico. 2 v.
- BECK, A. Pertence à Mulher: Mulher e Trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. In: **Fórum de Discussão sobre o universo social da**

**mulher, a pesca e sua relação com a ecologia.** Natal, Rio Grande do Norte, 26-27, out., 1989.

BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R.; POMEROY, R. (autores da versão original em inglês). KALIKOSKI, D.C. (Org. edição em português). **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos.** Ed. Furg, Rio Grande. 360 p., 2006.

BIGARELLA, J.J.; BECKER R. D.; MATOS D. J.; WERNER A. **A Serra do Mar e a porção oriental do Estado do Paraná.** Curitiba, Secretaria Estadual de Planejamento/Associação de Defesa e Educação Ambiental. 1978.

\_\_\_\_\_. **Matinho: Homem e Terra - Reminiscências....** 2ª.ed. Matinhos: Prefeitura Municipal de Matinhos: Associação de Defesa e Educação Ambiental, 1999. 212p.

BRANDINI, F. P. ; SILVA, A. S. ; SILVA, E. T. ; KOLM, H. E. . Sources of nutrients and seasonal dynamics of chlorophyll in the inner shelf of Paraná State - South Brazil Bight. **Journal of Coastal Research**, EUA, v. 23, p. 200-226, 2006.

BRUSCHINI,C.(2000). Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil/1985-95. In: **Trabalho e Gênero – Mudanças, Permanências e Desafios**, ROCHA, M.I. B. (Org.) São Paulo, Ed. 34, pp.13-58.

CALDEIRA, G.A. **Diagnóstico socioeconômico e caracterização dos parques ostreícolas das populações tradicionais do litoral do Paraná: subsídios para o gerenciamento da atividade.** Monografia (Graduação.em Oceanografia) Universidade Federal do Paraná. 151p. 2004.

CALDEIRA, G.A. **Diagnóstico socioecológico da pesca no município de Pontal do Paraná (PR): Subsídios para a gestão compartilhada da atividade.** Dissertação (Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceânicos) Universidade Federal do Paraná. 279p. 2009.

CARREIRA, D. (org.) **Igualdade de gênero no mundo do trabalho: projetos brasileiros que fazem a diferença.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Fundo de Gênero Brasil-Canadá (FIG). 2004

CELESTE, F. L.; HENKEL, J. A. S.; MANESCHY, M. C. A. A Seguridade Social para os Pescadores Artesanais no Brasil: Estudo de Caso no Pará. **Monografia SAMUDRA.** Chennai: ICSF, 52 p. 2006.

CHAVES, P., PICHLER, H. and ROBERT, M. 2002. Biological, technical and socioeconomic aspects of the fishing activity in a Brazilian estuary. **Journal of Fish Biology** 61 (Suppl. A):52-59.

COMISSÃO EUROPÉIA. **The Role of Women in the Fisheries Sector.** Final Report. March 2002;

\_\_\_\_\_. **O papel das mulheres no sector da pesca.** Relatório .23 e 24 de Janeiro de 2003a. Bruxelas;

\_\_\_\_\_. **A Pesca na Europa. As mulheres na pesca: um papel pouco conhecido.** n. 17, 2003b. p. 6-10.

CORRÊA, M. F. M.; LEMOS, P. H. B. ; AGUIAR, C. R. Z. 1993. **A pesca artesanal da tainha no litoral do Estado do Paraná.** Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura e Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 70p.

DESCHAMPS, M. Estudo demográfico. In: ANGULO, R.; BRANDINI; F. PIERRI, N. (Coords.), **Estudo de Impacto Ambiental Porto Pontal Paraná**, AMB Planejamento ambiental, 2008.

\_\_\_\_\_. KLEINKE, M. de L. U. Os fluxos migratórios e as mudanças sócioespaciais na ocupação contínua litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento** – IPARDES. Julho/dezembro, 2000. p. 45-59.

DIAS-NETO, J.; DORNELES, L. D. C. **Diagnóstico da Pesca Marítima no Brasil.** Brasília: IBAMA, 1996.

DIAMOND, N. K.; SQUILLANTE, L.; HALE, L. Z. Cross currents: navigating gender and population linkages for integrated coastal management. **Marine Policy**, n. 27, p. 325-331, 2003.

DIEGUES, A.C.S. **Pescadores, Camponeses e trabalhadores do mar**, São Paulo: Ática, 1983

\_\_\_\_\_. **A pesca construindo sociedades.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2004. 315 p.

\_\_\_\_\_. Artisanal Fisheries in Brazil. **SAMUDRA Monograph.** Chennai: ICSF, 2006.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS (FAO). **Role of Women in Small-Scale Fisheries of the Bay of Bengal.** BOBP/REP/4 (GCP/RAS/040/SWE). 1980. 40p;

\_\_\_\_\_. **Fisheries management: FAO Technical Guidelines for Responsible Fisheries**, v. 4. Rome: 1997, 82 p. Disponível em: <<https://www.fao.org>> Acesso em: 10 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. **The state of world fisheries and aquaculture.** Rome: FAO, 2004. 168p. Disponível em: <<https://www.fao.org>> Acesso em: 10 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. **Women in the fisheries sector of Argentina, Uruguay and Southern Brazil.** FAO Fisheries Circular n° 992, FIIU/C992 (En), 2004. 25p.;

\_\_\_\_\_. **Código de Conducta para la Pesca Responsable.** Rome: FAO, 2007. Disponível em: <<https://www.fao.org>> Acesso em: 10 de agosto de 2008.

FOLADORI, G. **Proletarios y campesinos.** México: Editorial Universidad Veracruzana, 1986.

\_\_\_\_\_. **Limites do desenvolvimento sustentável**, São Paulo: Imprensa Oficial-Ediora da Unicamp, 2001

\_\_\_\_\_. MELAZZI, G. **Economia de La Sociedad Capitalista**. 5. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1987. 214 p.

\_\_\_\_\_. Economía política marxista y medio ambiente. In: Pierri; Foladori. (Orgs.). **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. 1 ed. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001, v. 1, p. 197-230.

FRANCO, A. C.N. P. Caracterização da Comunidade Pesqueira de Antonina, Paraná. **Monografia de Graduação**. Centro de Estudos do Mar - CEM. Pontal do Paraná: UFPR, 2004.

FURTADO, L. G. **Pescadores do Rio Amazonas**. Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GAZZOLA, T.; AZAMBUJA, M. L. F. **A Mulher e o Processo Produtivo**. Porto Alegre (RS): UEPG – Ciências Humanas – Publicatio, 2000.

GOES, L. O. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. 2008, 219f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GUTERRES, S. **Classe social e gênero: elementos para uma controvérsia**. 2001. Dissertação, (Mestrado em Sociologia), Instituto de filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17/18, 2001/02

JOINT GROUP OF EXPERTS ON THE SCIENTIFIC ASPECTS OF MARINE ENVIRONMENTAL PROTECTION (GESAMP). **“The contributions of science to integrated coastal management.”** Gesamp Reports and Studies, n.61. Rome. 65p. 1996

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Estatística da pesca 2006 Brasil: grandes regiões e unidades da federação** Brasília: Ibama, 2008. 174 p. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br>> Acesso em 30 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da pesca artesanal marítima e estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Convênio SEAP/IBAMA/PROZEE Nº 110/2004. Itajaí :Ibama, 2005. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br>> Acesso em 30 de agosto de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem populacional 2007**. Disponível em <[https:// www.ibge.gov.br](https://www.ibge.gov.br)> Acesso em 2 de setembro de 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba**. IPARDES, Curitiba, 1990, 2 v., 257 p.

\_\_\_\_\_. **Zoneamento da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba**, IPARDES, Curitiba, 2001

IPÊ, Instituto de Pesquisas Ecológicas (2003). **Desenvolvimento de Bases Sustentáveis para o Manejo de Recursos Pesqueiros na Região do Parque Nacional do Superagüi (Guaraqueçaba – Paraná – Brasil)**. Relatório Técnico Final. Convênio 011/2001 – Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA.

KERGOAT, D. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-Posições**, Campinas, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, v. 13, n. 1, p. 37, jan./abr. 2002.

KUMAR, K.G. Women in fisheries: a collection of articles In: **Gender Agenda, SAMUDRA Report**, India, ICSF, 2004.

LIMA, J. L. **Pescadoras e donas-de-casa: a invisibilidade do trabalho das mulheres numa comunidade pesqueira – o caso da Baía do Sol** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará (UFPA), 2003.

LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.

LOPEZ, M.T. 1997. Perspectiva de género para el desarrollo sustentable en las comunidades costeras: trabajo y pesca responsable. **Redes, Boletín informativo de la mujer rural latinoamericana**, n. 6, p. 13-19, 1997;

LOYOLA e SILVA, J.; TAKAI, M. E.; VICENTE DE CASTRO, R. M. 1977. A pesca artesanal no litoral do Paraná. **Acta. Biol. Par**, Curitiba, v.6 (1,2,3,4): 95-121.

MAFRA, T. V. **Caracterização da atividade de ostreicultura na Baía de Guaratuba Paraná Brasil**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Oceanografia) - Centro de Estudos do Mar UFPR. 111p.

MALHEIROS, H. Z. **Avaliação da pesca do camarão-sete-barbas (Xiphopenaeus kroyeri) realizada por duas vilas do entorno do Parque Nacional do Superagüi - Paraná, Brasil**. 105 p. Dissertação (Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceânicos) - Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2008.

MANDEL, E. El lugar del marxismo en la historia. **Cuadernos de Inprecor**. 1. Montevideo: Pulacayo. 1986.

MANESCHY, M.C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Paraná. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série. Antropol. 11 (2) 1995. (p.145-166).

\_\_\_\_\_. ESCALLIER, C. Parceiras de terra: o trabalho das mulheres na pesca em Vigia, litoral do Pará. In: FURTADO, L.G.; QUARESMA, H. D.; BARBOSA, A. (Orgs). **Gente e Ambiente no Mundo da Pesca Artesanal**, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi (Coleção Eduardo Galvão), 2002 (p.57-90).

\_\_\_\_\_. ALVARES, M.L. Identities in construction and in conflict: restructuring and the social roles of women in the fishing communities of Pará State, Brazil. In: NEIS, B; BINKLEY, M.; GERRARD, S.; MANESCHY, M.C. (eds.), **Changing tides. Gender, fisheries and globalization**, Halifax: Fernwood Publishing, 2005, p. 51-63.

Mantovanelli, A.; Marone, E.; Silva, E.T.; Lautert, L.F.C.; Klingenfuss, M.S.; Prata JR, V.P.; Noernberg, M. A.; Knoppers, B.A. & Angulo, R.J. 2004. Combined tidal velocity and duration asymmetries as a determinant of water transport and residual flow in Paranaguá Bay Estuary. **Estuarine, Coastal and Shelf Science**. 59:523-537.

MARONE, E.; CAMARGO, R. 1994. Marés meteorológicas no litoral do Estado do Paraná: o evento de 18 de agosto de 1993. **Nerítica**. 8:73-85.

\_\_\_\_\_. JAMIYANAA, D. 1997. Tidal characteristics and a variable boundary numerical model for the M2 tide for the Estuarine Complex of the Bay of Paranaguá, PR, Brazil. **Nerítica**. 11(1-2):95-107.

MARRUL-FILHO, S. **Crise e Sustentabilidade No Uso Dos Recursos Pesqueiros**. Brasília: Ibama, 2003.

MARX, K. **Trabajo asalariado y capital**. Moscú: Editorial Progreso. 1979.

\_\_\_\_\_. **El capital**. Tomo I, Vol. 1 e Vol. 2. México: Siglo XXI. 1987.

MESQUITA, E.F.M. Conferência proferida na "**Primera Reunión de Puntos Focales de la Red Latinoamericana de las Mujeres del Sector Pesquero - Acuícola**" - Informe Final - 5 y 6 de octubre del 2000;

Miranda, R.B. 2004. **Dinâmicas de apropriação e saberes comunais dos recursos bênticos de manguezais de interesse econômico no Complexo Estuarino da Baía de Paranaguá, Paraná**. Curitiba. Tese de Doutorado. Meio ambiente e Desenvolvimento – Universidade Federal do Paraná. 465p.

MOTTA-MAUÉS, M. A. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**. Lisboa. v. III, n. 2, p. 377-399, 1999.

NOERNBERG, M. A. ; ANGELOTTI, R. ; CALDEIRA, G. A. ; SOUSA, A. F. R. . Determinação da sensibilidade do litoral paranaense à contaminação por óleo. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, v. 12, p. 49-59, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT), 2004. **Conditions of work in the fishing sector**. A comprehensive standard (a Convention supplemented by a Recommendation) on work in the fishing sector. Report V (1). Relatório da Organização Internacional do Trabalho, Genebra, Suíça. Disponível em: <<https://www.ilo.org>> Acesso em 10 de julho de 2008.

PAIVA, M. P. 1997. **Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil**. UFC Edições, Fortaleza. 270 p.

PIERRI, N. 2003. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 8. Editora UFPR. Curitiba. p. 25-41.

\_\_\_\_\_. CHANG, M.Y.; FRANCO, A.C.; ALMEIDA, T. A mulher na pesca de pequena escala no Litoral do Paraná. **Relatório preliminar**. Programa Women ; Sea, International Ocean Institute, 2005.

\_\_\_\_\_. ANGULO, R. J. ; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 13, p. 137-167, 2006.

\_\_\_\_\_. DESCHAMPS, M.; CHANG, M.Y.; SAMPAIO, R.; ANDRIGUETTO, J.M. Diagnóstico meio sócio-econômico. In: ANGULO, R.; BRANDINI, F.; PIERRI, N. (Coords.), **EIA-Estudo de Impacto Ambiental Terminal Portuário localizado no Município de Pontal do Paraná (PR)**, AMB Planejamento Ambiental, Curitiba: 2008, Tomo 3.

PINHEIRO, L. **O declínio da pesca de arrastão de praia face às mudanças nos regimes de uso e apropriação dos recursos pesqueiros no litoral do Paraná**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. 258p.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA, P. O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver? In: RAYNAUT, C. *et al* (Eds.). **Desenvolvimento & meio ambiente**. Em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: UFPR, 2002. p. 235-248.

RODRIGUES, A.; TOMMASINO, H.; FOLADORI, G.; GREGORCZUK, A. É correto pensar a sustentabilidade a nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma área de proteção ambiental no litoral sul do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 1, 2003.

ROSSETI, J.P. **Introdução à economia**, São Paulo: Atlas, 1975.

ROUGEULLE, MD. 1989. Pescas artesanais de Guaraqueçaba. In Diegues, A.C. (org). **Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade**. III Encontro de Ciências Sociais e o Mar, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, São Paulo, 281-288.

SAMPAIO, R. **Uso balneário, apropriação do espaço e meio ambiente em Pontal do Paraná, litoral paranaense**. 242 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SERAVAL, T.A. **O papel das mulheres na reprodução econômica e social de uma comunidade de pescadores. O caso da Vila das Peças (Guaraqueçaba, Paraná)**. Monografia. (Graduação em Oceanografia). Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná. Pontal do Paraná, 2006. 150 p.

SINGER, P. **Curso de Introdução à economia política**, Rio de Janeiro, Forense universitária, 1975.

VASCONCELLOS, M. DIEGUES, A.C.; SALES, R.R. **Relatório integrado: diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o fortalecimento**



institucional da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, Brasília: PNUD/SEAP. Versão preliminar, 2004.

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 41-60, fev. 1992.

YANNOULAS, S. C. (2002). **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA.





5.									
6.									
7.									
8.									
9.									
10.									

### HISTÓRICO E VIDA PROFISSIONAL

8. Com que idade a senhora começou a trabalhar?

9. Já teve outro tipo de emprego que não o atual?

( ) Sim ( ) Não, se não pular para pergunta 11.

10. Se sim, quais tem sido suas ocupações desde que começou a trabalhar?

Profissão/ atividade	Período (de que idade a que idade?)	Em qualidade de que (familiar/ empregado/ autônomo)	Tinha registro em carteira?

11. Se a entrevistada realiza atualmente outro tipo de atividade remunerada perguntar sobre suas ocupações:

Ocupações/ atividade	Período (Desde quando trabalha nisso?)	Carga horária (semanal/ diária)	Período do ano (contínuo/eventual, quando?)	Em qualidade de que? (familiar/empregado – possui registro em carteira?/autônomo )

12. A senhora é responsável pelo trabalho domestico em sua casa? Se sim alguém mais auxilia, quem?

13. Seu marido ou família é ou são contra você trabalhar fora? Por que?

### EM RELAÇÃO AO TRABALHO NA PESCA:

14. Com quem aprendeu este ofício?

15. Desde quando realiza esta atividade (idade ou ano)?

16. Porque senhora trabalha nesta atividade?

17. A senhora gosta?

18. Quantas horas a senhora trabalha por dia?

- durante a temporada: \_\_\_\_\_ fora de temporada: \_\_\_\_\_

19. Quantos dias na semana? (descrever se é de segunda a sexta ou fim de semana/ feriados)

- durante a temporada:

- fora de temporada :

20. Como a senhora vem até o seu local de trabalho e quanto tempo leva da sua residência ao local de trabalho?

21. A senhora pode descrever que tipo de atividades realiza em seu trabalho (qual o tipo de beneficiamento e com quais espécies?)

#### TRABALHADORAS DO MERCADO DE PARANAGUÁ, GUARATUBA E MATINHOS

22. Qual é seu vínculo empregatício (empregado/ proprietário da banca/ autônomo)?

23. Como é feita a remuneração?

24. De onde vêm os produtos com que a senhora trabalha?

25. Qual é a postura na qual passa maior parte do tempo em seu local de trabalho? Quanto tempo fica nesta mesma postura?

26. A senhora acha que em seu ambiente de trabalho existe algo que prejudique sua saúde?

( ) Sim ( ) Não

- Se sim, o que?

27. Já sofreu algum tipo de acidente em seu trabalho?

( ) Sim ( ) Não, se não pular para pergunta 29.

-Se sim, descrever o/s tipo/s de acidente, quando e quantas vezes:

---

28. A senhora acha que este acidente poderia ter sido evitado? Como? tem algum equipamento de segurança no seu trabalho (LUVAS)?

---

29. A senhora sente dores freqüentes em algum lugar do corpo? Já apresentou algum tipo de alergia ou infecção por causa do contato com o pescado?

Sim       Não, se não pular para pergunta 35.

30. Que lugar? (não dar opções)

Dedos       Mãos/punho       Braços       Ombros       Pescoço       Cabeça       Pernas       Pés (INCHAÇO)       Costas (Tronco)

---

31. Como é esta dor? (intensa/ fraca, aguda/freqüente, sente formigamento, sente calor), somente enquanto esta trabalhando, ou também fora do horário de trabalho?

---

32. Há quanto tempo sente esta/ s dor/es?

---

33. A senhora já foi ao médico por alguma desses (acidentes ou ferimentos/ dores) ? Qual o diagnostico?

---

34. A senhora acha que pode estar relacionado às condições de ambiente de trabalho? Se sim, o que poderia melhorar?

---

E as condições do ambiente de trabalho?

35. A senhora sente muito calor aqui, é abafado, é quente demais no verão? , é frio demais no inverno?

---

36. E a iluminação é boa pra trabalhar?

---

37. A senhora utiliza algum tipo de ferramenta de trabalho? Qual/is?

---

38. Elas podem provocar ferimentos? Que tipo?

---

39. Acha que são adequadas? Estão em boas condições?

---

40. Já recebeu algum tipo de auxilio técnico para o trabalho? (higiene/ equipamentos de segurança/ uso do descarte)

Sim       Não, pular para 42.

41. Se sim, de quem? Foi Bom?

---

42. Como fica a falta no trabalho (alguém substitui? Precisa se justificar com alguém?)

43. A senhora é associada?(associação /sindicato/colônia/outros) Qual?

44. A senhora tem carteira de pesca?

45. Qual a classificação na carteira? (pescadora/ marisqueira)

46. Se sim, Desde quando?

47. A senhora tem ou procura informações sobre seus direitos e deveres previdenciários ou trabalhistas? (aposentadoria/ maternidade/ seguro saúde)

Obs:

**ESTUDO SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA DA MULHER NA PESCA**

Laboratório Sócio-ambiental/ FUNDACENTRO

LOCAL: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_\_

**DESCRIÇÃO DO OBSERVADOR:**

1. Quantas mulheres trabalham neste grupo?

2. Qual/ is são as atividade/ s que realizam?

- Como é a divisão de trabalho? (Fazem rodízio/ todas fazem tudo/ hierarquia/ especialização)

3. Com quais espécies trabalham?

4. Quem são os donos das bancas? Tem parentesco com a trabalhadora?

5. Qual o vínculo empregatício das mulheres? (é formal ou informal)?

6. Como é a remuneração das mulheres? (Salário fixo/ porcentagem/ por quilo) É igual em todas as bancas?

7. Qual o horário de trabalho?

8. É estipulado por quem? ou pelo que?

9. Qual é a diferença nos horários em temporada e fora de temporada?

10. Como funcionam as folgas?

11. Elas recebem algum tipo de fiscalização? Qual tipo?

12. Tem carteira de pesca? Como estão classificadas? Faz quanto tempo?(marisqueiras/pescadoras)

13. Qual é a postura de trabalho? (em pé? Sentadas?)

14. Como são os esforços? (empurrar/ puxar/ carregar/ baixar)

15. Qual é a vestimenta de trabalho, incluindo os sapatos?

- É própria? Se não quem disponibiliza?

- Elas utilizam vestimentas adequadas ao trabalho, incluindo os sapatos? (higiênica, confortável)

16. Quais são as ferramentas utilizadas no trabalho? (manuais, rede, canoa...)

-Quais são as condições das ferramentas (para limpar/ conservar /beneficiar/ transportar)

-É delas? Se não, quem disponibiliza?

- São ferramentas adequadas?

- Provocam ferimentos?

17. Elas se protegem de alguma maneira? (tem algum cuidado com as ferramentas ou com o pescado para não se ferir ou irritar a pele/ou os olhos)?

18. Já aconteceu algum tipo de acidente enquanto trabalhavam? Relacionado ao trabalho? (corte/ tombo/ irritação)

19. Tem algum tipo de ferimento ou lesão nas mãos (alergias/ infecções) Nos pés? Aparente? Frequentemente? Antigamente que melhorou por utilizar alguma ferramenta?

- Foi causado pelo que?



20. Como é armazenado o pescado?

---

---

21. Elas buscam? Alguém traz ate o local?

---

22. Pra onde vai o descarte do pescado?

---

23. Como ele é jogado?

---

24. Como é a higiene do local?

---

25. Como é o processo de limpeza do local de trabalho?

---

---

26. Quais são os produtos que utilizam na limpeza?

---

---

27. Os produtos são comprados por elas? Se não, quem disponibiliza?

---

---

28. Como são as condições térmicas? Tem ventilação adequada? É abafado? É frio? É úmido? Empoeirado?

---

29. Como são as condições de iluminação?

---

30. Tem proteção adequada para chuva/ vento?

---

31. Tem local de descanso (cadeiras)?

---

32. Qual é o local de descanso?

---

33. Aonde fazem as refeições? Como é o local?é adequado?

---

34. O tamanho do local é apropriado para o numero de pessoas trabalhando?

---

35. Tem lugar pra guardar os objetos pessoais?

---

36. Como são os banheiros?

37. Se quiser ir ao banheiro ou se ausentar como fazem?

---

38. Como fica a falta no trabalho?

---

39. Tem crianças no local de trabalho? Se não, onde ficam?

---

40. Como é a questão da licença maternidade?

---

41. Já fizeram algum tipo de curso para qualificação (higiene/ segurança) no trabalho ou de tratamento do descarte? Pelo mercado? Ou por conta própria? - Como foi? Quem deu? Quem disponibilizou?

---

42. Interessa? Qual tipo interessa?

---

43. Alguma das trabalhadoras foi aos encontros de pesca? Qual?

---

44. Conhecem o movimento de Articulação das Mulheres? Estão interessadas?

---

---

---

Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
 Centro de Estudos do Mar (CEM)  
 International Ocean Institute (IOI)

Pesquisa Women and Sea  
 O papel da mulher na pesca e seu potencial para auxiliar na gestão pesqueira.  
 Responsável: Carolina Mello  
 Laboratório Sócio-ambiental (LABSOC)

#### Roteiro de perguntas - Colônias de Pescadores do Litoral do Paraná

- 1) Quantas pessoas estão registradas como pescadores nesta Colônia de Pesca?
- 2) Quantos homens e quantas mulheres?
- 3) Os pescadores registrados são somente pessoas que trabalham no município ou existem pessoas de outros municípios do litoral?
- 4) Esse número representa a quantidade de trabalhadores que trabalham com a pesca no município? Existem mais ou menos? Homens e mulheres?
- 5) Em que tipo de atividade de pesca as mulheres estão envolvidas? O que elas fazem? Quantas mulheres participam de cada atividade?
- 6) Em quais vilas são realizadas cada uma das atividades das mulheres?
- 7) Existe alguma(s) mulher(es) ocupando cargo na Colônia atualmente? Qual cargo?
- 8) Para cada uma das atividades realizadas pelas mulheres perguntar: - existe alguém que possa repassar informações sobre a participação das mulheres nessa atividade? - onde mora? - você pode me por em contato com ele(a)?

Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
 Centro de Estudos do Mar (CEM)  
 International Ocean Institute (IOI)

Pesquisa Women and Sea  
 O papel da mulher na pesca e seu potencial para auxiliar na gestão pesqueira.  
 Responsável: Carolina Mello  
 Laboratório Sócio-ambiental (LABSOC)

#### Roteiro de perguntas - Informantes-chave

- 1) A senhora (senhor) pode me contar um pouco sobre a pesca local?
- 2) Como se distribuem as práticas? Que atividade realizam em cada época do ano? Que espécies capturam?
- 3) Quais são os pescados de maior valor? Por quanto se vende?
- 4) Quais são os tipos de embarcações utilizadas para cada atividade?
- 5) Quais são os apetrechos/instrumentos utilizados?
- 6) Quanto custa em média cada uma dessas embarcações? E os instrumentos?
- 7) Como se dá as capturas de cada espécie? Quantos pescadores participam? O que ele(s) fazem na embarcação? Quanto tempo ficam no mar? Como recebe cada pescador?
- 8) Aqui na comunidade, quantas pessoas trabalham na captura? Existem mulheres que participam da captura? Se existe quem são elas (nome e local onde mora)?
- 9) Como se dá o beneficiamento de cada espécie? Quem são as pessoas que realizam o beneficiamento? Quantas pessoas participam do beneficiamento? Existem homens que realizam o beneficiamento? Onde ocorre o beneficiamento? Quanto tempo essas pessoas trabalham por dia? Quantas vezes na semana? Como é feito o pagamento dessas pessoas? Quanto elas recebem?
- 10) Como são vendidos os pescados? Quem são as pessoas que vendem o pescado?
- 11) Existe algo que prejudica a pesca de alguma das espécies? A quantidade de pescado capturada varia dependente da época do ano? Das chuvas? Dos períodos de seca? O que a senhora (senhor) acha que influencia na quantidade de pescado?
- 12) Quem escolhe quando se deve sair ao mar e os locais das capturas? Como e porque são escolhidos esses locais?
- 13) A senhora (o senhor) pode me contar detalhadamente quais são os instrumentos que uma pessoa necessita para realizar o beneficiamento do pescado?
- 14) E para a comercialização?

- 15) De quem são os instrumentos utilizados no beneficiamento e na comercialização? De cada trabalhador(a)? De quem contrata? Do atravessador? Do pescador?
- 16) Quanto custa cada um destes instrumentos?
- 17) Existem outros custos relacionados ao beneficiamento e a comercialização além dos instrumentos? Local? Água, luz, telefone, alimentação, transporte? Quem banca esses custos?